

ORGANIZAÇÃO
ANDRÉ ELIAS MORELLI RIBEIRO
JÚLIA LOMBARDI CARNEIRO
MARCUS VINÍCIUS DO AMARAL GAMA SANTOS
ARTHUR ARRUDA LEAL FERREIRA

BOLETIM DO PORTAL HISTÓRIA DA PSICOLOGIA 3



Organização

André Elias Morelli Ribeiro

Júlia Lombardi Carneiro

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos

Arthur Arruda Leal Ferreira

Boletim do Portal História da Psicologia 3

Editora do Portal História da Psicologia

Rio das Ostras/RJ

2024

Editora do Portal História da Psicologia

A editora do Portal História da Psicologia é parte integrante do
Portal História da Psicologia

COORDENAÇÃO

André Elias Morelli Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL

André Elias Morelli Ribeiro

Arthur Arruda Leal Ferreira

Luiz Eduardo Prado da Fonseca

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos

© 2024

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora do Portal História da Psicologia

Equipe de realização

Editor Responsável: André Elias Morelli Ribeiro

Revisão final: André Elias Morelli Ribeiro e Júlia Lombardi Carneiro

Capa: André Elias Morelli Ribeiro e Neil Ângelo Santos, com auxílio de imagens geradas por inteligência artificial (DALL-E 3)

Projeto gráfico e diagramação: André Elias Morelli Ribeiro

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Pâmella Priscilla Negrão
Braga CRB-7/6062

B688 Boletim do Portal da História da Psicologia 3. / Organização
 André Elias Morelli Ribeiro et. al. – Rio das Ostras, RJ: 2024.
 p.219 : em PDF.

E-book.

ISBN: 978-65-997325-4-6

DOI: 10.5281/zenodo.14511624

Inclui bibliografia.

1. Psicologia - Brasil - História. 2. Psicologia I. Ribeiro, André Elias Morelli Ribeiro (Organizador). II. Carneiro, Julia Lombardi (Organizador). III. Marcus Vinicius do Amaral Gama Santos (Organizador). IV. Ferreira, Arthur Arruda Leal (Organizador). V. Título

CDD 150.9

Sumário

Tradução

Universalismo e Indigenização na História da
Psicologia Moderna...13

Verbetes

William James...45
O Caso dos Irmãos Reimer...84
Experimento de Aprisionamento de Stanford...107
Teste de Apercepção Temática (TAT)...136
John E. Douglas...166
CAPS Clarice Lispector...184

Resenha

Locuras en Primera Persona, de Rafael Huertas...197

Sobre os Autores...209

Apresentação

A Editora do Portal História da Psicologia apresenta ao seu público a terceira edição do Boletim do Portal História da Psicologia. Trata-se de um volume mais enxuto e simples quando comparado às edições anteriores. Isso se deve a um ano especialmente desafiador para a Editora, que conta com uma equipe bastante reduzida para manter os custos bastante baixos e, assim, poder continuar distribuindo seus materiais de forma gratuita e com qualidade.

Ademais, a equipe que está envolvida com a Editora do Portal também atua em diferentes esferas do projeto Portal História da Psicologia. Dentro dele, a grande novidade de 2024 está na forte expansão do Sistema de Referências em História da Psicologia, o Sirehp, que compila uma série de referências bibliográficas voltadas para a história da psicologia. O sistema já conta com mais de quatro mil referências selecionadas e submetidas à curadoria, todas no campo da filosofia, epistemologia e história da psicologia, com destaque para esta última, o que já transforma o Sirehp em uma ferramenta importante para o ensino e pesquisa em história da psicologia. Seu diálogo fácil com o Zotero e outras ferramentas que facilitam a organização de referências e suas funcionalidades nativas colocam o Sirehp em um lugar de destaque, facilitando o ensino, a pesquisa e a extensão.

O Portal História da Psicologia também reformulou sua faceta de ensino, com uma profunda transformação neste campo, o que drenou as limitadas energias de sua pequena, mas muito engajada equipe. Mesmo assim, o Portal manteve sua qualidade e

crescimento, com aumento de verbetes e de acessos na Enciclopédia Eletrônica de História da Psicologia (WikiHP), de vídeos e expectadores no Canal História da Psicologia TV, além da participação em eventos e a organização do I Encontro do Trecho, rede de pesquisadores em história da psicologia, em agosto de 2024, em Rio das Ostras. Todos estes produtos podem ser encontrados no *website* do Portal.

Essa pequena digressão sobre o Portal se deve a uma constatação necessária: falar do Boletim e da Editora do Portal é falar do Portal História da Psicologia, devido à íntima conexão entre todos eles. As partes do Portal são apenas a manifestação, na forma de diferentes produtos, da mesma ideia, que é apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão em história da psicologia, promovendo esta mistura de tal forma que os pilares da universidade brasileira, conforme consolidado na Constituição de 1988, se tornem efetivamente indissociáveis. O Boletim, seguindo na esteira desta visão sobre a integração da Universidade com a sociedade por meio digital, também se conecta com as outras partes do Portal, oferecendo assim material de apoio de qualidade, se desta vez não de forma tão extensa como nos dois primeiros volumes, porém igualmente interessantes e bem fundamentados.

Nesta edição, podem ser encontrados três tipos de textos: uma tradução, uma resenha e, como já é tradicional, verbetes, mantendo assim a premiação aos autores dos melhores trabalhos publicados na Enciclopédia Eletrônica de História da Psicologia (WikiHP) na forma de um capítulo de livro revisado e aperfeiçoado.

O texto que abre o livro é a tradução do capítulo de Kurt Danziger, “Universalismo e Indigenização na História da Psicologia

Moderna”, que conta com a tradução de Emanuelle Mesquita Alves da Fonseca e André Elias Morelli Ribeiro. Continuando volumes anteriores, onde o problema da história policêntrica e as questões da internacionalização da psicologia e da própria história da psicologia são abordados em capítulo específicos, este em particular oferece uma discussão já madura de Kurt Danziger sobre o assunto, lançando muitos problemas e questionamentos relevantes que são úteis e interessantes para a discussão atual.

Abrindo a seção de verbetes, encontra-se o material traduzido da Stanford Encyclopedia of Philosophy sobre o filósofo e psicólogo norte-americano William James. Escrito pelo professor do Departamento de Filosofia da New Mexico University, Russell Goodman, um dos maiores especialistas globais em pragmatismo e filosofia dos EUA, o verbete foi traduzido por Pietra Blankenheim Mainfeld, com revisão da tradução de André Elias Morelli Ribeiro e Isabela Ventura Rodrigues. Trata-se de um texto que poderá trazer uma importante contribuição para o entendimento da vida e obra de William James no Brasil, pois o eminente psicólogo conta com poucos materiais em português. O verbete traz uma visão panorâmica bastante extensa, com muitas citações diretas e conexões de James com seus contemporâneos, o que permitirá aos leitores uma nova compreensão do norte-americano e do contexto do debate da psicologia dos EUA em suas origens.

Em sequência, o verbete “O Caso dos Irmãos Reimer” foi encomendado para esta edição do Boletim para Júlia Lombardi Carneiro. A autora trata de um tema bastante sensível e polêmico com a maior neutralidade possível, apresentando os eventos com base em boa e variada literatura e trazendo uma seção com vários

comentários de diferentes matizes sobre o caso. Espera-se que o conteúdo deste capítulo, que foi pensado para apresentar acontecimentos históricos da melhor forma possível e uma grande diversidade de opiniões e posicionamentos, colabore para um debate maduro e informado sobre o tema.

O próximo capítulo é o verbete “Experimento de Aprisionamento de Stanford”, escrito em contexto de ensino de graduação por Mariana Souza Rodrigues, Izabella Simões da Cruz, Alice Nascimento Moraes Fernandes, Vitoria Amaral de Oliveira, Bruna Lenaz dos Santos e Evelyn de Carvalho, sem esquecer o papel preponderante da equipe de monitoria no processo. Este é um tema muito importante para a história da psicologia nos EUA e, por conta de suas peculiaridades e escândalos associados a detalhes de seu desenrolar, é alvo frequente de notícias falsas, vídeos baseados em um tom sensacionalista entre outras estratégias desenvolvidas no universo da propaganda e marketing para transformar um tema científico em um palco de entretenimento. Neste sentido, a orientação para as autoras foi a manutenção absoluta de fontes acadêmicas e a centralidade do relatório produzido pelos pesquisadores envolvidos com o experimento como fonte. O alcance do verbete é bom e serve de ponto de partida para estudos mais completos e profundos sobre este assunto de farta e controversa literatura.

Da mesma forma, o verbete “Teste de Apercepção Temática (TAT)”, que vem em seguida, escrito sob a pena de Débora Pinheiro de Oliveira, Luísa Mello da Silva, Maria Formiga Menezes, Maria Luíza Marchezini Saliba, Mikaelle Vitória Sousa de Almeida e Rayca Rafaelly Pereira Siqueira Lobato. Também criado em contexto de

ensino de graduação e com auxílio da equipe de monitoria da UFF, é bem menos polêmico que o tema do capítulo anterior, mas frequentemente alvo de vídeos e conteúdos escritos que visam converter a ciência em entretenimento. Desta vez, além da orientação de usar rigidamente apenas materiais acadêmicos, os manuais disponíveis para acesso amplo foram a espinha dorsal da pesquisa. O produto obtido é uma compilação interessante das informações sobre o teste, sua história e seu funcionamento, que poderá servir para estudantes se informarem e compreenderem melhor a ferramenta.

Seguindo com assuntos em alguma medida sensíveis, Júlia Lombardi Carneiro retorna para um capítulo encomendado e dedicado ao psicólogo e agente do FBI “John E. Douglas”. Carneiro dedica-se a separar os muitos mitos e fontes de qualidade questionável do personagem que se transformou em tema de filmes e séries, aparecendo na mídia e em produções de Hollywood de diferentes formas. Assim, o verbete mantém o rigor acadêmico necessário, apresentando a história, as dificuldades e as muitas críticas ao trabalho de Douglas, fornecendo ao público um material mais confiável, livre das paixões dos fãs de cinema que caracterizam muitas das fontes sobre o assunto.

A seção de verbetes é encerrada por um muito especial, dedicado ao “CAPS Clarice Lispector”, uma obra da equipe do Prof. Dr. Arthur Arruda Leal Ferreira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e contando com a autoria de Stella Costa Angelo, Amanda Albernaz de Freitas, Maurício Coutinho Pereira, Raphaela Silveira de Oliveira, Lucas Vieira Coutinho, Lorenzo Miguel Donato de Oliveira Santos e do próprio Arthur Arruda Leal Ferreira. Trata-se

de um dos poucos verbetes disponíveis na WikiHP e nas edições do Boletim construídos principalmente a partir de fontes primárias. Este procedimento não é comum em verbetes, geralmente considerados fontes terciárias, ou seja, construídos a partir da literatura já produzida sobre o assunto. A equipe do Prof. Arthur buscou preencher uma lacuna inexplicável para o campo da história da psicologia, trazendo a história de um espaço disruptivo, vinculado tanto à história da saúde mental no Brasil quanto ao próprio movimento antimanicomial, e sua presença é tanto uma honra para os organizadores do Boletim quanto um presente para seus leitores.

Por fim, o Boletim do Portal 3 é encerrado por uma resenha, a primeira publicada em uma edição do Boletim. Trata-se da análise livro “Locuras en primera persona”, de Rafael Huertas, escrito novamente pela equipe coordenada pelo Prof. Dr. Arthur Arruda Leal Ferreira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A resenha oferece um resumo crítico do livro e suas muitas conexões filosóficas na abordagem da questão da loucura, como Donna Haraway e Peter Pelbart, apresentando uma obra complexa e relevante para os leitores do volume.

O Boletim do Portal História da Psicologia 3 contempla alguns dos objetivos e interesses da equipe do Portal História da Psicologia. Primeiro, traz materiais inéditos e relevantes para interessados e pesquisadores em história da psicologia, além de uma tradução inédita. Além disso, envolve-se com as polêmicas mais recentes que arrastam consigo a psicologia e sua história, oferecendo uma alternativa segura, acadêmica e sólida para os interessados em conhecimentos cientificamente construídos. Ao

fazer isto, premia atores envolvidos na história da psicologia em todos os níveis, desde pesquisadores clássicos, passando pelos atualmente reconhecidos, além de estudantes de todos os níveis de formação. Isto garante a visibilidade e diversidade que caracterizam o Portal História da Psicologia desde a sua fundação, em 2020, como um lugar de pluralidade e afeto, recebendo seus amigos e oferecendo aos seus leitores qualidade, seriedade e competência. Esperamos que apreciem o material.

Os Organizadores

Rio das Ostras, 26 de dezembro de 2024

Tradução

Universalismo e Indigenização na História da Psicologia Moderna

Kurt Danziger

Tradução de Emanuelle Mesquita Alves da Fonseca e André Elias Morelli Ribeiro

Publicado originalmente em: Danziger, K. Universalism and indigenization in the history of modern psychology. In A. C. Brock (Ed.). Internationalizing the history of psychology. New York University Press, 2006, pp. 208-225. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18574/nyu/9780814739082.003.0015>

O problema da coerência na história da psicologia moderna

Nenhum estudo histórico, seja de psicologia ou de outra área, jamais consiste apenas em um amontoado de fatos não relacionados. Sempre há alguma unidade temática que liga os fatos. Eles todos podem ter alguma relação com uma pessoa em particular, por exemplo, ou uma escola de pensamento, ou talvez algum tipo de prática psicológica. Sem tal princípio conectivo, ninguém seria capaz de especificar qualquer história acerca de qualquer conjunto de fatos históricos.

De onde vem essas conexões temáticas? Diferentemente da massa de informações históricas assentadas em arquivos empoeirados, esperando para serem coletadas, tais conexões temáticas do discurso histórico precisam ser construídas pelo historiador. Não que, em algum momento, elas tenham sido construídas arbitrariamente. Na maioria dos casos, os historiadores seguem as pegadas de seus predecessores e adotam os princípios

conectivos que se tornaram incontrovertidos segundo a tradição. Para serem plausíveis, esses princípios precisam também aparecer para poderem corresponder aos “laços” naturais do mundo o qual a história está explorando. Indivíduos que estiveram atuando como psicólogos, por exemplo, constituem tais laços naturais. Pode-se escrever suas biografias ou uma narrativa de suas contribuições, sem que seja necessário pensar duas vezes sobre as propriedades do tema conectivo de sua escolha.

Mas nem todos os temas são tão diretos. A maioria das conexões possuem bordas mal delimitadas, e requerem decisões acerca do que incluir e do que excluir. Essas decisões afetam, inevitavelmente, a definição do assunto da história. Quanto mais voltamos no tempo, mais incontroláveis essas decisões se tornam (Smith, 1988).

Entretanto, na era moderna, durante a qual a psicologia tornou-se uma disciplina praticada por profissionais que se enxergavam como cientistas e operadores de processos técnicos considerados científicos, constituiu-se uma base institucional sólida na forma de laboratórios, clínicas, jornais científicos, processos de reconhecimento, conferências organizadas com regularidade, associações profissionais, entre outros. Ainda que os formatos dessas instituições tenham variado bastante de um país para outro, eles mantinham similaridade genérica suficiente para prover ao menos uma justificativa plausível para tratar a história da psicologia moderna como um tópico unitário ou unificado.

Surpreendentemente, histórias da psicologia moderna raramente enfatizaram os recursos institucionais de tal unidade na mesma medida em que o tópico o possuía. Para que isso fosse

realizado, se deveria sugerir que os fatores constituintes da psicologia como uma disciplina seriam externos ao contexto do conhecimento psicológico. O que a maioria das histórias da psicologia moderna preferem sugerir, entretanto, é que a existência da disciplina depende de uma coerência intrínseca do seu referido assunto. Isso se dá porque tais histórias têm sido vendidas como anúncios na socialização profissional dos aspirantes a membros da disciplina. A suposição da coerência intrínseca do assunto é uma importante força unificadora contrária às perigosas tendências centrífugas testemunhadas pela comunidade profissional.

Quando um conjunto particular de informação histórica é apresentada sob um grupo de máscaras como história da psicologia moderna, há uma clara implicação de que tudo nesse conjunto está ligado, como uma reflexão de um aspecto complexo, mas, na última instância, unitário e distinto do mundo natural. Contudo, há dois grupos de fatos que são ambos inegáveis e dificultantes para essa abordagem. Primeiramente, há uma evidente heterogeneidade do assunto “psicologia”. Ademais, há uma falta de unidade associada à dispersão territorial do assunto.

Em períodos diferentes, diferentes lugares foram proeminentes no acúmulo de conhecimento psicológico. e a natureza desse conhecimento foi, por vezes, profundamente divergente de um lugar para outro.

Como a historiografia da psicologia lidou com esses tipos de diversidade? A resposta curta é privilegiando certos aspectos do cenário histórico em detrimento de outros. Como pressuposto pela heterogeneidade do assunto, o exemplo clássico desse movimento é provido por E. G. Boring em *A History of Experimental Psychology*

(1950), onde as partes experimentais tradicionais da disciplina são o centro da atenção, e todo o resto se torna uma questão de interesse relativo periférico. Foi sugerido que essa inclinação estava ligada ao envolvimento do autor em políticas interdisciplinares, nas quais ele era representante do interesse dos experimentalistas (O'Donnell, 1979). Mais genericamente, a própria associação de historiadores com uma parte específica da disciplina provavelmente os conduzirá a comprometerem-se num papel centralizador e unificante, substituindo até a história de seu campo pela história do campo como um todo.

Isso certamente se aplica ao modo ao qual a diversidade nacional é manejada em interpretações-padrão da história da psicologia. Tais descrições geralmente apresentam a psicologia moderna como originária na Europa no final do século dezanove, posteriormente e pouco a pouco indo para os Estados Unidos, e possivelmente submetida a algum crescimento no resto do mundo na parte final do século vinte. Essa interpretação é mais notável pelo que exclui do que pelo que inclui. Sua tendência é descrever a circulação internacional do conhecimento psicológico em termos quantitativos e geográficos. Há um forte crescimento em um lugar, os Estados Unidos, um crescimento lento em algumas partes do mundo e extraordinários altos e baixos em outros, especialmente na Europa e parte da Ásia Oriental. Se o progresso for equiparado ao crescimento, houve certamente um progresso, ainda que a maior parte dele tenha sido proporcionado por apenas um único país. Isso torna fácil de equivaler o progresso da psicologia com seu progresso nos Estados Unidos e à apresentação de uma trajetória histórica essencialmente linear.

Um problema com esse esquema linear é que a disciplina psicologia não se desenvolveu a partir de uma única semente que brotou num local específico. Se caso se desejasse traçar as raízes da psicologia moderna, seria necessário não somente ir ao laboratório de Wundt em Leipzig, mas também ao laboratório antropométrico de Galton em Londres, à clínica de Charcot em Paris, ao Escritório de Pesquisa de Estratégias de Vendas do Instituto de Tecnologia Carnegie, em Pittsburgh, entre tantos outros lugares. Diferentes versões da psicologia moderna apareceram mais ou menos ao mesmo tempo em um certo número de países. Nenhuma dessas versões sofreu uma fusão progressiva. Ao contrário, durante as três décadas entre 1915 e 1945 a diferença entre diferentes psicologias nacionais não se estreitou, mas alargou-se.

É certamente verdade que o intercâmbio internacional foi uma característica da psicologia moderna desde o começo. Assim que os primeiros laboratórios apareceram, estudiosos de outros países começaram a visitá-los. Alguns vieram por pouco tempo, outros permaneceram por anos e obtiveram doutorados ao final de seu período de visita. Livros didáticos da nova ciência foram traduzidos para outras línguas, aparatos e equipamentos experimentais foram copiados em outros países e logo o Congresso Mundial de Psicologia estava sendo agendado para acontecer em intervalos regulares.

Mas a mesma disciplina exibiu um profundo localismo em praticamente todas as contribuições significativas, de modo que eram profundamente marcadas pelo contexto cultural de seus locais de origem e que, posteriormente, não seriam transportadas facilmente para outros locais. Antes da Segunda Guerra Mundial,

houve diferenças bastante notáveis no tipo de conhecimento psicológico predominante em cada localidade. Essas diferenças foram referidas em termos de diferenças entre “escolas” de psicologia, sendo o uso do termo “escolas” como um meio de mascarar o fato de que havia um desacordo fundamental sobre o assunto da psicologia e o modo apropriado de estudá-lo. Todas essas escolas tiveram raízes sem dúvidas locais, e as tentativas de se fazer proselitismo eram frequentemente malsucedidas. A predominância relativa dessas escolas variava de país para país e sua “exportabilidade” variava consideravelmente. A Alemanha foi o lugar onde a *Ganzheitspsychologie* (psicologia holística) floresceu, da qual a Psicologia da Gestalt provou ser a única versão exportável. O Behaviorismo foi um fenômeno americano que não foi levado a sério em lugar nenhum até aquele momento. A psicologia britânica foi reconhecida pela sua forte tradição de avaliação mental e o tipo de psicologia de faculdades que a sustentava, contudo, apesar de ter sido exportada para a América do Norte e para a *Commonwealth*, foi rejeitada ou alterada a ponto de ficar totalmente diferente em outros lugares. Diferenças nacionais de estilo ocorreram não meramente no nível das teorias e conceitos, mas também no nível da prática de pesquisa. A investigação psicológica paradigmática parecia diferente quando se viajava de uma escola nacional para outra.

Ainda assim, todas as escolas de psicologia tornaram explícita ou implícita sua reivindicação de uma validade universal. O que todas elas concordavam era acerca da existência de uma realidade psicológica subjacente, e que havia formas certas e erradas de compreender tal realidade. Simplesmente diferiam sobre qual era o modo certo e o errado. Ironicamente, a escola de psicologia

predecessora à guerra que fez a reivindicação mais forte de universidade, a psicanálise, frequentemente encontrava-se fora dos limites da psicologia como disciplina.

A geografia intelectual do centro e da periferia

Após a Segunda Guerra Mundial, tais diferenças tornaram-se menos pronunciadas ou desapareceram, para serem substituídas por uma síntese neobehaviorista, originada nos EUA, que prescrevia como a pesquisa psicológica empírica se desenvolveu, como questões de pesquisa foram formuladas e que tipo de dados eram cientificamente relevantes. A posição de liderança dos Estados Unidos em termos quantitativos de produção de conhecimento já havia se estabilizado, mas por volta de, aproximadamente, 1940 essa liderança tornou-se imbatível. Os recursos sociais que sustentavam a pesquisa e a prática psicológicas eram muito superiores às existentes no resto do mundo. Tais fatores associados à economia americana e o expansionismo político, levaram a situação a um padrão de intercâmbio internacional de conhecimento psicológico que era bem diferente do que existia anteriormente no referido século. Ao invés de uma circulação limitada entre um número aproximado de centros autônomos, agora encontramos uma considerável livre circulação entre um centro e outros centros mais ou menos autônomos, de tal modo que se formou uma certa periferia ao redor do centro “verdadeiro”.

Durante o a segunda metade do século XX, o fluxo internacional de conhecimento científico psicológico avançou rapidamente, devido à regularidade das conferências internacionais,

à circulação massiva de revistas especializadas e a propaganda dos livros didáticos, às missões de pesquisa de personagens bem estabilizados para ensinar psicologia no exterior, ao treinamento de graduação de um grande número de estudantes estrangeiros, pesquisas colaborativas internacionais e vários contatos relativamente informais. Ocorreu uma circulação de pessoas, muitas viagens e um fluxo inegável de informação. Contudo, a maior parte desse fluxo não era tanto uma troca entre centros locais mais ou menos semelhantes, mas, essencialmente, um fluxo unidirecional de um recurso nacional para determinados receptores nacionais. No Ocidente, a fonte foi, indubitavelmente, os Estados Unidos, e os receptores eram encontrados em lugares variados no resto do mundo que não estavam sob a esfera Soviética de influência. Havia também algumas outras circulações, mas eram ofuscadas por este efeito maior. Em outras palavras, o fluxo do conhecimento psicológico foi essencialmente assimétrico. (Tal fato também se aplica à esfera de influência soviética, ainda que, em psicologia, a quantidade de atividades fosse mínima se comparada ao Ocidente.) Em ambos os casos, havia uma central geográfica e uma periferia, e o fluxo de informação era, majoritariamente, no sentido centro-periferia, e não o contrário. No Ocidente, se psicólogos de fora dos Estados Unidos permanecessem pobremente informados acerca do desenvolvimento americano, eles arriscariam sofrer uma perda de seu nível profissional, ao passo que psicólogos americanos habitualmente ignoravam o trabalho realizado em outros lugares, sem qualquer consequência.

Este estado de coisas chegou ao seu extremo nas décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial. (A Alemanha foi

uma exceção parcial, porque o legado de seu passado recente impôs um certo atraso antes que ela também se alinhasse). A consequência foi um grau sem precedentes de homogeneização internacional no que se refere ao conhecimento psicológico científico.

O fato de existir, dentro da disciplina, um centro geográfico reconhecido, impôs uma estrutura particular à historiografia (Danziger, 1991). Livros didáticos americanos acerca da história da psicologia poderiam ignorar, essencialmente, tudo para além dos limites dos Estados Unidos, e ainda reivindicar, com certa plausibilidade, a apresentação não de uma história da psicologia americana, mas a história da psicologia moderna em si mesma. Embasamentos com narrativas de outras nacionalidades, por outro lado, teriam de contentar-se com a fama de histórias meramente locais.

Além disso, o esquema de centro e periferia foi aplicado metaforicamente à estrutura interna da disciplina. Certas áreas dela, geralmente envolvendo compromissos metodológicos específicos, foram designadas como áreas “básicas” ou “centrais”, e outras como áreas de “aplicação”. Nas áreas centrais, a pesquisa experimental deveria descobrir princípios universais do funcionamento psicológico, enquanto nas áreas periféricas procedimentos menos rigorosos poderiam ser suficientes para estudar as manifestações locais desses princípios. Os princípios básicos sempre foram concebidos como a-sociais e a-históricos, e sua investigação geralmente era conduzida de maneira descontextualizada. Exemplos desses princípios são as chamadas leis da aprendizagem ou os princípios da cognição. Supõe-se que não há nada intrinsecamente social sobre essas leis e princípios; eles

são considerados aplicáveis a organismos individuais e mentes individuais, independentemente do contexto social da aprendizagem ou da cognição. Assume-se desde o início que as leis da aprendizagem e os princípios da cognição são os mesmos em todos os lugares e em todos os tempos. Eles possuem o mesmo tipo de universalidade das leis e princípios da química. No entanto, assim como na química, as condições locais podem afetar os resultados de sua aplicação. Na psicologia, essas condições locais são geralmente de natureza social.

Assim, obtemos um modelo dualista: por um lado, processos básicos que são considerados características inerentes aos organismos individuais e mentes individuais; por outro lado, condições sociais locais que afetam as manifestações específicas desses processos. O núcleo da ciência psicológica é constituído pela investigação de processos básicos universalmente válidos; o estudo da psicologia humana no contexto social e histórico, no entanto, é considerado periférico a esse esforço central, sendo menos importante porque seus resultados não são universalmente generalizáveis.

Sempre houve um paralelismo muito marcado entre o núcleo e a periferia no nível geográfico e no nível do conteúdo disciplinar. Aqueles na periferia geográfica geralmente não tinham os recursos para realizar grandes investigações de processos básicos. Esse tipo de coisa geralmente permanecia como prerrogativa dos que estavam no centro geográfico. Os que estavam na periferia geográfica, tipicamente tinham que se contentar em estar também na periferia científica. Se reivindicassem a validade universal para suas descobertas, poderiam esperar que essas reivindicações fossem

ignoradas. Mas, com frequência, eles não faziam tais reivindicações; aceitando a liderança de um centro distante, atribuíam ao seu próprio trabalho uma importância puramente periférica em termos da disciplina como um todo. Eles adotariam as categorias conceituais e os imperativos metodológicos do centro e fariam o melhor para aplicá-los em condições locais que diferiam profundamente daquelas que prevaleciam no centro. Eles estavam sujeitos às limitações impostas pelo que às vezes foi chamado de "consciência emprestada" (Easton, 1991).

Em nenhum lugar isso foi mais evidente do que nas regiões coloniais, quase-coloniais e pós-coloniais do mundo. A exportação do conhecimento psicológico moderno para essas áreas começou em pequena escala após a Primeira Guerra Mundial e, ocasionalmente, até mesmo antes disso. Na última parte do século, essa exportação gradualmente ganhou impulso e mudou de conteúdo. A posição dominante das exportações americanas, já um fato na Europa Ocidental, tornou-se ainda mais marcante na maior parte do resto do mundo. Uma enxurrada de estudantes de pós-graduação da Ásia, América Latina e da *Commonwealth* britânica recebeu sua formação profissional nos Estados Unidos e, muitas vezes, retornou aos seus países de origem para ensinar e praticar o que haviam aprendido em contextos acadêmicos ou não acadêmicos. Os prestigiados periódicos da disciplina eram publicados e editados na América, e estudiosos ambiciosos de outros países almejavam publicar lá, enquanto o processo inverso era quase inexistente. Fundos para pesquisa em países em desenvolvimento, distribuídos por agências americanas, frequentemente eram as únicas fontes viáveis de apoio à pesquisa

nesses países. Devido a essa extrema assimetria de recursos, o padrão do que constituía uma boa pesquisa e prática psicológica científica continuava a ser fornecido por exemplares americanos. Presumia-se que as categorias conceituais e as práticas de pesquisa que haviam evoluído historicamente dentro da psicologia americana forneceriam acesso às generalizações universalmente válidas que eram o objetivo da psicologia como uma ciência natural.

Mas essa transferência unidirecional de conhecimento psicológico de um centro dominante para uma periferia dispersa nem sempre ocorreu de maneira tranquila. Questionamentos localizados sobre a adequação das noções americanas de ciência psicológica aos diferentes locais eram frequentemente expressos e, em certos casos, essas dúvidas se solidificaram em tentativas articuladas de oposição que às vezes assumiam o caráter de um movimento. Um exemplo relativamente precoce disso ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, quando se buscou diferenciar uma "psicologia social europeia" de uma "psicologia social americana" (Moscovici, 1972).

Posteriormente, a resistência às forças de homogeneização surgiu com certa intensidade em vários países em desenvolvimento. O movimento adquiriu o nome de "indigenização da psicologia" que, nesse contexto, não se refere à "psicologia popular", das pessoas comuns, mas a uma tentativa consciente de desenvolver variantes da psicologia profissional moderna que estejam mais alinhadas com as condições dos países em desenvolvimento do que a psicologia ensinada nas instituições acadêmicas ocidentais. Os primeiros sinais desse movimento surgiram após o período de descolonização pós-Segunda Guerra Mundial, alcançando

gradualmente alguma visibilidade global dentro da disciplina na década de 1980 (Moghaddam, 1987; Kim e Berry, 1993; Sinha, 1997; Yang, 1997).

Embora parte do programa da moderna psicologia indigenista possa envolver uma maior abertura para tradições locais pré-modernas, tanto acadêmicas quanto populares, o movimento de indigenização em si é inequivocadamente um fenômeno da psicologia moderna. Uma crítica às doutrinas e práticas psicológicas ocidentais contemporâneas forma o ponto de partida das reformas propostas; os defensores das reformas foram treinados e certificados profissionalmente por instituições acadêmicas ocidentais, e a maior parte do discurso público sobre psicologia indigenizada é conduzida por meio de canais profissionais regulares (Allwood e Berry, no prelo). Em alguns casos, a indigenização envolve mudanças relativamente superficiais nas práticas disciplinares recebidas. Variáveis anteriormente não reconhecidas da psicologia da personalidade da psicologia social podem ser adicionadas àquelas investigadas no Ocidente, ou a pesquisa pode ser direcionada a problemas e áreas problemáticas anteriormente negligenciadas ou esquecidas. Mas, em outros casos, as mudanças decorrentes da indigenização são mais profundas, levando a uma reestruturação fundamental dos métodos de pesquisa psicológica (Smith, 1999) e à substituição das categorias e conceitos psicológicos tradicionais por alternativas aparentemente incomensuráveis (Enriquez, 1987, 1993; Nsamenang, 1992, 1995).

Ecos históricos da indigenização

A partir da literatura mais recente sobre indigenização, tem-se a impressão de que este é um fenômeno relativamente novo na história da psicologia moderna. É verdade que a identificação e o nome do fenômeno são novos, o que indica um grau de reflexividade característico desta forma mais recente de indigenização. Mas o processo agora descrito como "indigenização" é algo que tem sido uma característica da psicologia moderna desde seus primeiros dias. O que se tornou a ciência universalista da psicologia tinha suas raízes em distintas tradições locais de ciência e filosofia na Europa do século XIX. A biologia evolutiva britânica, a psiquiatria francesa e a fisiologia experimental alemã deram origem a diferentes maneiras de conceituar e investigar a subjetividade humana cientificamente (Danziger, 1990), e a exportação de cada uma dessas formas de psicologia foi sempre acompanhada por considerável modificação da coisa original. Esse processo tinha alguns elementos em comum com o que agora se refere como indigenização, mas quando se passa da circulação de conhecimento psicológico de dentro da Europa para a exportação desse conhecimento para os Estados Unidos, encontra-se a indigenização em uma escala maciça.

Comparar a exportação da psicologia experimental da Alemanha para os Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX com a exportação da psicologia dos Estados Unidos para as áreas colonizadas pelas potências no final do século XX é instrutivo. Em ambos os casos, a transferência de conhecimento foi unidirecional, de uma fonte academicamente mais prestigiosa para a

periferia do mundo acadêmico. Também em ambos os casos, os estudantes avançados foram os principais agentes dessa transferência. (Os livros didáticos desempenharam algum papel no caso anterior, mas não tanto quanto mais tarde, em parte por problemas de idioma e em parte porque as editoras de livros didáticos ainda não haviam se tornado uma força econômica significativa.) Então, como agora, o fluxo de estudantes de psicologia fazia parte de um fluxo muito mais amplo que cobria praticamente todas as disciplinas acadêmicas. A Universidade de Göttingen, por exemplo, matriculou mais de mil estudantes americanos entre o final do século XVIII e o início do século XX (Sokal, 1981, p. 2) — um total impressionante em relação ao número de estudantes naquele período. Foram publicados guias para uso e auxílio dos estudantes americanos, que, em meados do século XIX, haviam estabelecido uma colônia quase oficial com suas próprias regras, regulamentos e rituais (Sokal, 1981, p. 2). Em psicologia, o fluxo de estudantes americanos começou quase assim que Wilhelm Wundt estabeleceu o primeiro laboratório de psicologia experimental, na Universidade de Leipzig em 1879. Entre os estudantes de Wundt que posteriormente desempenharam um papel fundamental no estabelecimento da psicologia experimental nos Estados Unidos estavam James McKeen Cattell, Edward B. Titchener, Hugo Münsterberg, Frank Angell, Edward W. Scripture e Lightner Wittmer (Tinker, 1980). Todos esses completaram doutorados em Leipzig, mas houve muitos, frequentemente um pouco mais velhos, que passaram um tempo em Leipzig e em outros lugares na Alemanha sem se preocupar com a formalidade de um

doutorado. Stanley Hall, William James e James Mark Baldwin são alguns desses exemplos.

Depois que este grupo retornou aos Estados Unidos, fundaram laboratórios tomando o modelo de Wundt, equipados com aparelhos que foram importados da Alemanha ou copiados de modelos alemães. Inspirado pela revista que Wundt começou a publicar em 1880, o *The American Journal of Psychology* apareceu em 1887, seguido por outros alguns anos depois. Nas páginas dessas revistas, havia relatos de investigações experimentais cujos problemas e métodos eram muito semelhantes aos de seus modelos alemães. O número de laboratórios de psicologia nos Estados Unidos expandiu-se muito rapidamente, e muitos dos alunos de Wundt rapidamente começaram a treinar a próxima geração de experimentalistas que dominaram o campo no início do século XX.

Mas, apesar da enorme influência inicial da psicologia experimental alemã, a psicologia americana logo tomou um rumo muito diferente e se desenvolveu ao longo de linhas que eram realmente antitéticas à visão da psicologia científica que havia motivado o trabalho de pessoas como Wundt (Rieber, 2001). Na década de 1920, muitos psicólogos americanos passaram a considerar o tipo de experimentalismo que havia sido importado da Alemanha como um modelo de como não fazer psicologia, e logo a figura de Wundt, outrora altamente respeitado como um dos pais fundadores, passou a representar a alternativa negativa para uma disciplina que estava desesperadamente tentando estabelecer suas credenciais científicas na América. Após um período relativamente breve de colonialismo acadêmico, a psicologia americana tornou-se verdadeiramente indigenizada.

É natural que, quando uma ciência é transplantada de uma parte do mundo para outra, haja alguma mudança de prioridades, alguma alteração nos tópicos que recebem mais atenção e certas modificações e adaptações nas técnicas consideradas mais adequadas. Alguns considerariam que isso constitui indigenização. Mas eu duvido que precisemos de uma categoria especial para descrever tais eventos cotidianos que não levantam questões fundamentais para a historiografia da ciência. No entanto, a transformação da disciplina da psicologia ao longo de sua migração transatlântica parece levantar tais questões. Em primeiro lugar, esta foi uma transformação que mudou o próprio objeto que a ciência se propôs a investigar.

A psicologia experimental foi inventada na Alemanha como uma investigação sistemática da consciência individual com o auxílio de um aparato de instrumentos padronizados da física. Logo surgiram diferentes visões sobre as categorias mais apropriadas para conceituar a vida da consciência individual, mas em todos esses debates havia um acordo tácito sobre o objeto a ser investigado, que permanecia sendo a mente consciente individual. Por consequência, também havia uma concordância básica de que os dados da psicologia experimental deveriam ser baseados em autorrelatos, embora isso não excluísse discussões sobre os limites do que constituía um autorrelato cientificamente admissível.

Nem o objeto científico original da psicologia moderna nem seu método preferido de coleta de dados sobreviveram por muito tempo à migração transatlântica. Certamente houve corajosas tentativas de reproduzir algo como a psicologia da consciência alemã nos primeiros laboratórios americanos. Mas isso não foi o que

forneceu o combustível para o avanço meteórico da nova ciência na América. Isso dependia da abertura de campos completamente diferentes para o exercício da *expertise* psicológica, tais como o estudo infantil, a educação, a psicologia clínica, a ergonomia, a seleção de pessoal e, de forma mais geral, o estudo científico das diferenças individuais. Curiosamente, alguns desses campos foram iniciados pelos mesmos indivíduos que haviam ido aprender com os mestres alemães alguns anos antes. E não demorou muito para que algumas das figuras mais proeminentes da psicologia americana comesçassem a levantar dúvidas, não apenas sobre o valor de definir o objeto primário investigado pela psicologia em termos de consciência, mas também sobre o valor da coleta de dados baseada em autorrelatos (Cattell, 1904; James, 1904). Pouco antes da Primeira Guerra Mundial, esse processo gradual de indigenização deu origem a uma forma mais radical de movimento, um movimento que se autodenominava "behaviorismo".

A disciplina da psicologia que emergiu desse movimento baseava-se na negação da maioria das características que definiram a disciplina em sua configuração anterior na Europa Central. O comportamento observável substituiu a consciência interna como objeto principal de investigação psicológica; a psicologia tornou-se "a psicologia do outro", como disse um dos primeiros behavioristas (Meyer, 1921), e as "respostas" cuja forma e significado eram determinados pelo investigador, não pelo sujeito, tornaram-se a única fonte de dados psicológicos legítimos.

Estavam bastante relacionadas a essas mudanças as alterações nos interesses do conhecimento da disciplina. Em sua primeira configuração, a psicologia experimental tinha como

objetivo compreender questões epistemológicas por meio de métodos empíricos: a natureza *a priori* da percepção espacial, por exemplo, ou a transformação da energia física em experiência sensorial. Wundt, sua figura mais proeminente, foi um prolífico contribuidor da literatura filosófica de sua época e não escondia sua forte oposição à ideia de psicologia como uma ciência prática ao invés de filosófica (Wundt, 1909). No entanto, com uma ou duas exceções, seus alunos americanos não demonstraram interesse em compartilhar suas preocupações filosóficas e passaram a se engajar em vários projetos práticos assim que se estabeleceram de volta ao seu país de origem. Cattell, que havia se tornado assistente oficial de Wundt durante sua estadia na Alemanha, logo se tornou um fornecedor de instrumentos para medir diferenças individuais, os "testes mentais" [*mental tests*]. Muitos dos alunos americanos de Wundt partiram para aplicações práticas da psicologia que não eram exatamente o que ele havia imaginado para a nova ciência. Witmer fundou a primeira clínica psicológica; Judd enveredou pela psicologia educacional; Scripture estudou distúrbios da fala, e assim por diante.

Isso não quer dizer que tendências semelhantes não ocorressem entre alguns dos alunos alemães de Wundt. Ernst Meumann, por exemplo, outro de seus assistentes, acabou se tornando um psicólogo educacional com uma forte orientação prática e recebeu a desaprovação de seu mentor. Mas a disseminação da psicologia aplicada encontrou muitos obstáculos na Alemanha e só teve sucesso sob os nazistas na área específica da psicologia militar (Geuter, 1992). Em 1929, a Sociedade Alemã de Psicologia publicou um protesto contra a tendência de reduzir o número de

posições acadêmicas em psicologia em favor da filosofia. Mas defendeu a psicologia em termos de seu valor filosófico, não prático: “A influência recíproca entre a psicologia e a filosofia tornou-se cada vez mais forte, especialmente em relação à fenomenologia, à epistemologia e à teoria dos valores” (Bühler et al., 1930). Nessa época, havia pouca coincidência entre o conteúdo da disciplina de psicologia na Alemanha e nos Estados Unidos.

Rumo a uma história policêntrica

Ao final da Segunda Guerra, o sistema mundial de uma disciplina já seriamente fragmentada havia colapsado, sendo substituído por um sistema em que ainda havia diferenças locais, mas em que uma variante local específica constituía o centro inquestionável da disciplina. Todo o resto era uma espécie de periferia, como descrito na segunda seção deste capítulo. Essa situação forneceu uma legitimação convincente para uma historiografia da psicologia moderna que se concentrava na história da psicologia americana, e tratava todo o resto em termos de sua relação com essa narrativa central.

A história da psicologia moderna parece ser marcada por tensões recorrentes entre as reivindicações da disciplina sobre a universalidade de seu conhecimento e as diferenças, por vezes profundas, entre os tipos de conhecimento produzidos em diferentes locais. Na medida em que a psicologia é considerada como a ciência capaz de fornecer conhecimento sobre a natureza universal dos indivíduos humanos, os locais onde esse conhecimento é obtido não têm importância intrínseca para o

próprio conhecimento. No entanto, na medida em que a psicologia é vista como um projeto social que produz conhecimento localmente fundamentado, as características dos locais de produção desse conhecimento tornam-se bastante importantes. O conhecimento localmente fundamentado tende a ter tipos diferentes, conforme as diferenças entre os locais de produção de conhecimento são profundas. Mas, se tais diferenças são consideradas irrelevantes para a natureza universal do conhecimento psicológico, que é o mesmo em toda parte, então torna-se muito fácil identificar um tipo de conhecimento socialmente limitado e o que é verdadeiramente universal.

Se esse erro deve ser evitado, então os locais onde o conhecimento psicológico é produzido devem ser levados muito mais a sério, não simplesmente como localizações geográficas, mas como locais de diversidade cultural e socioeconômica. Mas o reconhecimento da relação entre os resultados da produção do conhecimento psicológico e o contexto local para essa produção representa apenas um primeiro passo. Se não formos além, acabaremos com uma multiplicidade de histórias locais que geralmente não têm mais do que um interesse paroquial. Essa romantização daquilo que é local constitui um lado da moeda; já o triunfalismo universalista representa o outro lado. Ambos precisam ser substituídos por um foco na interligação de influências locais, nas inter-relações mutáveis entre centros, que têm constituído a história mundial do assunto no período moderno. O verdadeiro desafio para o historiador é fazer justiça ao fato de que, desde o início, a psicologia moderna dependia tanto de diversos locais para

seu cultivo quanto de uma troca internacional organizada de conhecimento psicológico, prática e academia.

As relações internacionais sempre desempenharam um papel importante na formação da psicologia moderna, uma situação que se refletiu na historiografia da psicologia apenas na medida em que se adota uma perspectiva global. Mas a tradição de apresentar a história disciplinar em termos de “contribuições” para um único assunto levou à negligência das relações mutáveis entre os centros locais de produção científica do conhecimento psicológico. O que uma história “policêntrica” revela é um mundo de objetos e práticas psicológicas contestadas, imposições e resistências bem-sucedidas e malsucedidas, adaptações seletivas e uma incorporação de valores locais aos quais frequentemente se atribui validade universal. O termo “indigenização” fornece um rótulo conveniente para esse complexo conjunto de relações.

A indigenização na emergência da transferência internacional de conhecimentos psicológicos ocorreu ao longo de toda a história da psicologia moderna. Ela levou a mudanças significativas em conceitos e teorias psicológicas, na escolha e formulação de problemas psicológicos, e nos métodos aplicados à solução desses problemas. Às vezes, teve um resultado espetacularmente bem-sucedido, como foi no caso germano-americano; em outras, o resultado foi incerto, como o que ocorre atualmente em muitos países em desenvolvimento. Uma historiografia que seja adequada ao curso desses eventos deve necessariamente adotar um ponto de vista policêntrico. Ela deve trabalhar com categorias que busquem perceber as inter-relações entre os diferentes centros, em vez das características dos centros

considerados isoladamente. A migração intelectual é talvez a mais óbvia dessas categorias, não apenas em referência a pessoas, mas, mais significativamente, em relação a conceitos e práticas. O que aconteceu com os conceitos, teorias e procedimentos psicológicos quando se tentou transplantá-los? Por que alguns deles se mostraram viajantes muito melhores do que outros? Como a viagem os mudou, às vezes além do reconhecimento? Quem os achou úteis e por quê? Existem histórias de transferências bem-sucedidas a serem contadas aqui, mas também histórias de mal-entendidos, traduções erradas, incompreensão total e hostilidade aberta que muitas vezes são mais elucidativas.

Em geral, uma compreensão policêntrica da história da disciplina favorece uma historiografia contextualista. Enquanto houve uma equação de uma verdade gerada localmente com a verdade como tal, a questão das raízes sociais dessa verdade provavelmente não seria levantada. Mas, com o fim do privilégio tanto no nível geográfico quanto conceitual, a inteligibilidade de relatos alternativos está em vê-los nos termos de seu contexto social. Para uma historiografia policêntrica, a questão de como caracterizar o contexto social torna-se crucial. Historiadores com formação em psicologia enfrentam um perigo particular aqui, devido à tendência, estabelecida de longa data da disciplina, de ignorar o contexto social da ação humana ou, mais recentemente, de representá-lo em termos de categorias mal analisadas e frequentemente mal aplicadas, como "cultura" e "ecologia". Há uma certa ironia no despertar da psicologia para a importância das diferenças culturais justamente quando as diferenças culturais tradicionais estão sendo erodidas em níveis sem precedentes e a hibridização cultural e a interpenetração

tornaram-se a norma (Hermans e Kempen, 1998). Aceito que referências a diferenças culturais possam ter um papel útil como uma espécie de abreviação para fatores complexos cuja análise completa requer tratamento separado. A reificação das culturas em termos de entidades geograficamente baseadas e essencialistas não tem mais lugar na ciência social séria (Kuper, 1999).

A tendência de conceitualizar o contexto social exclusivamente em termos de "cultura" quase invariavelmente anda de mãos dadas com uma tendência de ignorar a importância das relações de poder. Isso pode ser aceitável dentro da psicologia *mainstream*, mas não serve de base para o trabalho histórico, especialmente em um contexto internacional. É compreensível que uma interpretação das relações internacionais em termos de diferenças culturais, em vez de desigualdades de poder e recursos, deva atrair aqueles no que estão no centro privilegiado (tanto geograficamente quanto intelectualmente). Mas um relato histórico adequado também deve refletir as vozes da periferia que interpretam muitos aspectos da transferência assimétrica de conhecimento psicológico, em termos de "imperialismo cultural" ou "colonialismo intelectual" (Ho, 1988; Oommen, 1991), e que se ressentem da "exotização" das psicologias não ocidentais e do "orientalismo" que há muito tempo desfigura a representação de povos colonizados e anteriormente colonizados pela ciência social ocidental (Misra, 1996; Bhatia, 2002).

Outra dúvida, mas poderosa convenção da historiografia tradicional da psicologia é seu foco marcadamente disciplinar. A história da psicologia moderna é comumente identificada com a história da disciplina psicologia, onde seus limites são definidos por

estruturas organizacionais acadêmicas e profissionais, não pelo assunto em si. Se algum tópico é considerado parte da história da psicologia moderna, isso depende de sua aceitação por departamentos acadêmicos e associações profissionais. Mas isso também está sujeito a variações locais e temporais. Exemplos comuns de tópicos com *status* variável são a psicanálise, a grafologia, a parapsicologia e grande parte da psicologia social. No entanto, em vez de serem aceitos sem questionamento, os limites organizacionais e administrativamente impostos tornam-se um foco principal de investigação para uma historiografia policêntrica. As diferentes razões locais para a criação de tais limites, bem como seus efeitos históricos, constituem características importantes dos variados desenvolvimentos em diferentes partes do mundo. É claro, quando a construção histórica das fronteiras disciplinares se torna um objeto de investigação, a perspectiva de uma história puramente intradisciplinar precisa ser abandonada (Staeuble, 2004).

Uma historiografia policêntrica da psicologia teria que explorar a dependência histórica das categorias e procedimentos da psicologia científica em crenças culturalmente embutidas e em formas locais de prática institucionalizada (Danziger, 1997). Isso provavelmente reforçará as tendências existentes na direção de uma prática disciplinar menos autocrática e mais autorreflexiva. Mas o local é apenas um lado do processo histórico. O outro lado envolve a interação dos centros e a consequente emergência de entendimentos comuns, bem como a renovação da diferenciação. No passado, certas categorias geradas localmente do discurso psicológico eram frequentemente consideradas como as únicas descrições verdadeiras dos atributos universais de uma "natureza

humana" atemporal. Na medida em que foram incorporadas à metodologia a-histórica da chamada psicologia transcultural, tornaram-se imunes à refutação empírica. No entanto, uma abordagem diferente da história da psicologia oferece a possibilidade de outra perspectiva sobre a questão da universalidade dos fenômenos psicológicos. Em vez de considerar essa universalidade como garantida, pode-se tratá-la como um possível resultado de condições históricas específicas que estão abertas à investigação. "Significados transociais emergem não como resultado de truques metodológicos, mas de um verdadeiro processo histórico" (Stompka, 1990, p. 52).

A mudança de uma história linear unifocal para uma história policêntrica contextualizada socialmente não é uma questão de mero interesse de antiquário. Isso implica em um vínculo aprimorado entre a reflexão histórica e a prática atual, o que provavelmente reduzirá o alto nível de etnocentrismo que desfigura grande parte do que é considerado psicologia central. Ao incentivar uma verdadeira historicização do conhecimento psicológico, isso abriria as categorias e práticas da disciplina para possibilidades até então impensáveis (Shweder, 2000). Quem sabe um dia poderíamos até acabar com uma história da psicologia moderna que realmente contribua para o desenvolvimento futuro do conhecimento psicológico.

Referências

Allwood, C. M. and Berry, J. W. (in press). Origins and development of indigenous psychologies: international analysis. *International Journal of Psychology*.

Bhatia, S. (2002). Orientalism in Euro-American and Indian psychology: historical representations of “natives” in colonial and postcolonial contexts. *History of Psychology*, 5, 376-398.

Boring, E. G. (1950). *A history of experimental psychology* (2nd ed.). New York: Appleton- Century- Crofts.

Buhler, et al. (1930). *Kundgebung der deutschen Gesellschaft far Psychologie* In H. Volkelt (Ed.), Bericht uber der XI. Kongressfür experimentelle Psychologic in Wien 1929 (pp. vii-x). Jena: Fischer.

Cattell, J. McK. (1904). The conceptions and methods of psychology. *Popular Science Monthly*, 66,176-186.

Danziger, K. (1990). *Constructing the subject: historical origins of psychological research*. New York: Cambridge University Press.

Danziger, K. (1991). Introduction: special issue on new developments in the history of psychology. *History of the Human Sciences*, 4, 327-333.

Danziger, K. (1997). *Naming the mind: how psychology found its language*. London: Sage.

Easton, D. (1991). The division, integration and transfer of knowledge. In D. Easton and C. S. Schelling (Eds.), *Divided knowledge: across disciplines, across cultures* (pp. 7-36). Newbury Park, GA: Sage

Enriquez, V. G. (1987). Decolonizing the Filipino psyche: Impetus for the development of psychology in the Philippines. In G. H. Blowers and A. Turtle (Eds.). *Psychology moving East* (pp. 365-287). Boulder, CO: Westview.

Enriquez, V. G. (1993). Developing a Filipino psychology. In U. Kim and J. W. Berry (Eds.). *Indigenous psychologies: research and experience in cultural context* (pp. 152-169). Newbury Park, CA: Sage.

Geuter, U. (1992). *The professionalization of psychology in Nazi Germany*. New York: Cambridge University Press.

Hermans, J. M., and Kempen, H. J. G. Moving Cultures: the perilous problems of cultural dichotomies in a globalizing society. *American Psychologist*, 53, 1111-1120.

Ho, D. Y. F. (1988). Asian psychology: a dialogue on indigenization and beyond. In A. C. Paranjpe D. Y. F. Ho and R. W. Rieber (Eds.), *Asian contributions to psychology* (pp. 53-77). New York: Praeger.

James, W. (1904). Does consciousness exist? *Journal of Philosophy*, 1, 497-491.

Kim, U., and Berry, J. W. (1993). *Indigenous psychologies: research and experience in cultural context*. Newbury Park: Sage.

Kuper, A. (1999). *Culture: the anthropologist's account*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Meyer, M. F. (1921). *Psychology of the other-one: an introductory textbook of psychology*. Columbia, Mo.: Missouri Book Co.

Misra, G. (1996). Toward indigenous Indian psychology. *American Psychologist*, 51, 497-499.

Moghaddam, F. M. (1987). Psychology in the Three Worlds: as reflected by the crisis in social psychology and the move toward indigenous third-world psychology. *American Psychologist*, 42, 912-920.

Moscovici, S. (1972). Society and theory in social psychology. In J. Israel and H. Tajfel (Eds.), *The context of social psychology: a critical assessment*. (pp. 17-68). London: Academic Press.

Nsamenang, A. B. (1992). *Human development in cultural context: a third world perspective*. Newbury Park, CA: Sage.

Nsamenang, A. B. (1995). Factors influencing the development of psychology in sub-Saharan Africa. *International Journal of Psychology*, 30, 729-739.

O'Donnell, J. M. (1979). The crisis of experimentation in the 1920's: E. G. Boring and his uses of history. *American Psychologist*, 34, 289-295.

Oommen, T. K. (1991). Internationalization of sociology: a view from developing countries. *Current Sociology*, 39, 67-84.

Rieber, R.W. (2001). Wundt and the Americans: From flirtation to abandonment. In R. W. Rieber and D. K. Robinson (Eds.). *Wilhelm Wundt in history* (pp. 145-160). New York: Kluwer Academic.

Shweder, R. A. (2000). The psychology of practice and the practice of the three psychologies. *Asian Journal of Social Psychology*, 3, 207-222.

Sinha, D. (1997). Indigenizing psychology. In J. W. Berry, H. Poortinga, and J. Panday (Eds.), *Handbook of cross-cultural psychology*, vol. 1 (pp. 129-170). Boston: Allyn and Bacon.

Smith, L. T. (1999). *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. London: Zed Books.

Smith, R. (1988). Does the history of psychology have a subject? *History of the Human Sciences*, 1, 147-177.

Sokal, M. M. (1981). *An education in psychology*: James McKeen Cattell's letters from Germany and England, 1880-1888. Cambridge, MA: MIT Press.

Staeuble, I. (2004). De-centering Western perspectives: Psychology and the disciplinary order in the first and third world. In A. C. Brock, J. Louw, and W. van Hoorn (Eds.), *Rediscovering the history of psychology*: essays inspired by the work of Kurt Danziger (pp. 183-205). New York: Kluwer.

Stompka, P. (1990). Conceptual frameworks in comparative inquiry: Divergent or convergent? In M. Albrow and E. King (Eds.), *Globalization, knowledge and society* (pp. 47-58). London: Sage.

Tinker, M. A. (1980). Wundt's doctorate students and their theses. In W. G. Bringmann and R. D. Tweney (Eds.), *Wundt studies* (pp. 269-279). Toronto: Hogrefe.

Wundt, W. (1909). Über reine und angewandte Psychologie. *Psychologische Studien*, 5,1-47.

Yang, -S. (1997). Indigenizing Westernized Chinese psychology. In M. (Ed.), *Working at the interface of cultures*: eighteen lives in social science (pp. 62-76). London: Routledge.

Verbetes

William James

Russell Goodman

Tradução de Pietra Blankenheim Mainfeld

Revisão da tradução de André Elias Morelli Ribeiro e Isabela Ventura Rodrigues

Publicado originalmente em: Goodman, Russell "William James", The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.), <<https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/james/>>.

William James foi um pensador nas disciplinas de fisiologia, psicologia e filosofia. Sua obra de mais de 1200 páginas “The Principles Of Psychology” [Princípios de Psicologia] (1890), é uma rica mistura de fisiologia, psicologia e fisiologia e uma reflexão pessoal que nos deu conceitos como o “fluxo de pensamento” e a percepção infantil do mundo “como um grande florescer, confusão de unidos” (p. 462). Contém as sementes do pragmatismo e da fenomenologia, e influenciou gerações de pensadores nos Estados Unidos e Europa, incluindo Edmund Husserl, Bertrand Russell, John Dewey, e Ludwig Wittgenstein. James estudou na Faculdade Científica Lawrence e na Escola de Medicina, ambas de Harvard, mas sua escrita desde o princípio era conectada tanto à filosofia quanto à ciência. “Some Remarks on Spencer’s Notion of Mind as Correspondence” [Algumas Observações na Noção de Spencer de Mente como Correspondência] (1878) e “The Sentiment of Rationality” [O Sentimento de Racionalidade] (1879, 1882) precedem seu futuro pragmatismo e pluralismo, e contém os

primeiros indícios de sua visão de que as teorias filosóficas são reflexos do temperamento de um filósofo.

James apresenta algumas de suas preocupações religiosas nos seus primeiros ensaios em “The Principles”, porém eles se tornam mais explícitos em “The Will to Believe and Other Essays in Popular Philosophy” (1897) [A Vontade de Acreditar e Outros Ensaios em Filosofia Popular], “Human Immortality: two supposed objections to the doctrine” [Imortalidade Humana: dois supostos objetos para a doutrina] (1898), “The Varieties of Religious Experience” [As Variedades da Experiência Religiosa] (1902) e “A Pluralistic Universe” [Um Universo Plural] (1909). James oscilava entre pensar que um “estudo da natureza humana” assim como em “Varieties” poderia contribuir para uma ciência da religião e a crença de que a experiência religiosa envolve uma experiência sobrenatural dominante, inacessível pela ciência, mas acessível para o sujeito individual.

James fez algumas das mais importantes contribuições filosóficas na última década de sua vida. Em uma explosão de escritos em 1904-5 (coletados em “Essays in Radical Empiricism” [Ensaaios em Empirismo Radical] (1912) ele expôs uma visão metafísica mais conhecida como “monismo neutro”, corrente que aponta a existência de uma coisa fundamental que não é nem material, nem mental. Em “A Pluralistic Universe” [Um Universo Plural] ele defende uma visão mística e anti-pragmatista, na qual os conceitos distorcem em vez de revelar a realidade, e em seu influente “Pragmatism” [Pragmatismo] (1907), ele apresenta, de forma sistemática, um conjunto de ideias sobre verdade, conhecimento,

realidade, religião e filosofia que permeia seus escritos do final dos anos de 1870 em diante.

1. Cronologia da vida de James

1842. Nasce em Nova Iorque, o primeiro filho de Henry James e Mary Walsh James. Educado por tutores e em escolas privadas em Nova Iorque.

1843. Nascimento de seu irmão Henry.

1848. Nascimento de sua irmã Alice.

1855-8. A família se muda para a Europa. William frequenta escolas em Genebra, Paris e, em Boulogne-sur-Mer; desenvolve interesse em pintura e ciência.

1858. A família instala-se em Newport, Rhode Island, onde James estudou pintura com William Hunt.

1859-60. A família instala-se em Genebra, onde William estudou ciência na Academia de Genebra; depois retorna a Newport, quando decide que deseja retomar seus estudos de pintura.

1861. William abandona a pintura e entra na Faculdade Científica Lawrence, na Universidade de Harvard

1864. Entra na Faculdade de Medicina de Harvard.

Junta-se a uma expedição na Amazônia, organizada por seu professor, Louis Agassiz, na qual contrai uma forma leve de varíola, se recupera e viaja pela Amazônia, coletando espécimes para o Museu de Zoologia de Harvard, de Agassiz.

1866. Retorna para a Faculdade de Medicina. Sofre de cansaço ocular, problemas nas costas, depressão e pensamentos suicidas no outono.

1867-8: Viaja para a Europa por motivos de saúde e educação: Dresden, Bad Teplitz, Berlin, Genebra, Paris. Estudou na Universidade de Berlin, lê sobre filosofia, fisiologia e psicologia (Wundt, Kant, Lessing, Goethe, Schiller, Renan, Renouvier)

1869. Recebe um diploma em M.D, mas nunca chega a praticá-la. Depressão severa no outono.

1870-1. Continuidade do caso de depressão e saúde frágil.

1872. Aceita a oferta do Presidente de Harvard, Eliot, para ensinar um curso de graduação em fisiologia comparativa.

1873. Aceita uma nomeação para ensinar anatomia e fisiologia por um ano completo, mas adia lecionar para passar um ano viajando pela Europa.

1874-5. Começa a lecionar psicologia; estabelece o primeiro laboratório de psicologia americano.

1878. Casa-se com Alice Howe Gibbins. Publica “Some Remarks on Spencer’s Notion of Mind as Correspondence” [Algumas Observações na Noção de Spencer de Mente como Correspondência] no Journal of Speculative Philosophy,

1879. Publica “The Sentiment of Rationality” [O Sentimento de Racionalidade] na Mind.

1880. É nomeado professor assistente de filosofia em Harvard. Continua a lecionar psicologia.

1882. Viaja para a Europa. Conhece Ewald Hering, Carl Stumpf, Ernst Mach, Wilhelm Wundt, Joseph Delboeuf, Jean Charcot, George Croom Robertson, Shadworth Hodgson e Leslie Stephen.

1884. Conferências sobre “The Dilemma of Determinism” [O Dilema do Determinismo] e publica “On Some Omissions of

Introspective Psychology” [Sobre Algumas Omissões da Psicologia Introspectiva] na Mind.

1885-92. Ensina filosofia e psicologia em Harvard: lógica, ética, filosofia empírica inglesa, pesquisa psicológica.

1890. Publica “The Principles of Psychology” [Princípios de Psicologia] com Henry Holt, de Boston, doze anos após concordar em escrevê-lo.

1892. Publica “Psychology: briefer course” [Psicologia: um curso Breve] 1892 com Henry Holt.

1897 Publica “The Will to Believe and Other Essays in Popular Philosophy” (1897) [A Vontade de Acreditar e Outros Ensaios em Filosofia Popular], junto a Longmans, Green & CO. Conferências sobre “Human Immortality” [Imortalidade Humana] (publicada em 1898).

1898. Se identifica como um pragmatista em “Philosophical Conceptions and Practical Results” [Concepções Filosóficas e Resultados Práticos], ministrado na Universidade da Califórnia, Berkeley. Desenvolve problemas de coração.

1899. Publica “Talks to Teachers on Psychology and to Students on Some of Life’s Ideals” [Conversas com Professores Sobre Psicologia e com Estudantes sobre Alguns Ideais de Vida] (incluindo “On a Certain Blindness in Human Beings” “On a Certain Blindness in Human Beings” [Sobre uma Certa Cegueira em Seres Humanos] e “What Makes Life Worth Living?” [O Que Faz a Vida Valer a Pena ser Vivida?]) com Henry Holt. Tornou-se um membro ativo da Anti-Imperialist League, oposição das políticas americanas nas Filipinas.

1901-2. Ministra na Gifford Lectures sobre “The Varieties of Religious Experience” [As Variedades da Experiência Religiosa], em Edinburgh (publicada em 1902)

1904-5. Publica “Does Consciousness Exist?” [A Consciência Existe?], “A World of Pure Experience” [Um Mundo de Pura Experiência], “How Two Minds Can Know the Same Thing” [Como Duas Mentes Podem Saber a Mesma Coisa?], “Is Radical Empiricism Solipsistic?” [O Empirismo Radical é Solipsista?] e “The Place of Affectional Facts in a World of Pure Experience” [O Lugar dos Fatos Afetivos em um Mundo de Pura Experiência], todos no Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods. Todos foram republicados em “Essays in Radical Empiricism” [Ensaaios sobre empirismo radical] (1912).

1907. Renuncia à carreira de professor em Harvard. Publica “Pragmatism: a new name for some old ways of thinking” [Pragmatismo: um novo nome para algumas formas antigas de pensar], com Longmans, Green & Co, baseado em palestras dadas em Boston e em Colúmbia.

1909. Publica “A Pluralistic Universe” [Um Universo Plural], com Longmans, Green e Co., baseado nas Hibbert Lectures ministradas na Inglaterra e em Harvard no ano anterior.

1910. Publica “A Pluralistic Mystic” [Uma Mística Pluralista] no Hibbert Journal. Abandona a tentativa de completar um sistema filosófico. (Seu manuscrito parcial foi publicado postumamente como “Some Problems of Philosophy” [Alguns Problemas da Filosofia]. Morreu de problemas no coração na casa de verão em Chocorua, New Hampshire.

2. Primeiros escritos

2.1 Remarks on Spencer's Definition of Mind as Correspondence (1878)

Embora ele fosse oficialmente um professor de psicologia quando publicou esta obra, a discussão de James sobre Herbert Spencer traz temas característicos de sua filosofia: a importância da religião e das paixões, a variedade de respostas humanas sobre a vida, e a ideia de que nós ajudamos a “criar” a verdade que “registramos” (E 21). Valendo-se do ponto de vista de Spencer, para quem a adaptação do organismo ao ambiente é uma característica básica da evolução mental, James acusa Spencer de projetar sua própria visão sobre o que deveria estar nos fenômenos que ele diz descrever. O filósofo assegura que a sobrevivência é somente um dos inúmeros interesses dos seres humanos: “As afeições sociais, todas as variadas formas de jogo, as emocionantes insinuações das artes, os prazeres da contemplação filosófica, o resto da emoção religiosa, a alegria da autoaprovação moral, o encanto da fantasia e da sagacidade - alguns ou todos são requisitos para fazer a mera noção de existência tolerável;...” (E13). James sustenta que todos nós somos, na base, criaturas teleológicas, cada um com um conjunto de valores e categorias *a priori*. Spencer “apenas toma partido pelo *telos* que ele acaba preferindo” (E 18).

O empirismo característico de James se faz presente na sua acusação que valoriza e categoriza o combate no curso da experiência humana, e que seus conflitos “só podem ser resolvidos *ambulando*, e não por nenhuma definição *a priori*”. A “fórmula que prova ter o destino mais massificado” ele conclui “será a verdadeira”

(E17). Mesmo assim, James desejava defender seu senso de que qualquer formulação como essa será determinada como um ato livre da mente humana pelo mundo, uma posição que depois (em “Pragmatism”) ele chama de “humanismo”: “Pertence à mente, desde seu nascimento, uma espontaneidade, um voto. Está no jogo, e não um mero espectador; e seus juízos sobre o dever ser, seus ideais, não podem ser arrancados do corpo do *cogitandum* como se fossem excrescências...” (E 21)

2.2 The Sentiment of Rationality (1879, 1882)

A substância desse ensaio foi publicada primeiramente na *Mind* em 1879 e na *Princeton Review* em 1882, e depois republicado em “The Will to Believe and Other Essays in Popular Philosophy” [A Vontade de Acreditar e Outros Ensaios em Filosofia Popular] em 1897. Mesmo que ele nunca tenha dito especificamente que a racionalidade é um sentimento, James aponta que o sentimento - melhor dizendo, um conjunto de sentimentos - é uma “marca” da racionalidade. O filósofo, James escreve, irá reconhecer a racionalidade de uma concepção “como ele reconhece todo o resto, por certas marcas subjetivas com aquilo que o afeta. Quando ele adquire a marca, ele poderá saber que tem a racionalidade”. Essas marcas incluem “um sentimento forte de tranquilidade, paz e descanso” (WB 57), e um “sentimento de suficiência do momento presente, de sua qualidade absoluta” (WB 58). Também existe a “paixão pela parcimônia” (WB 58) que é sentir-se na apreensão das unificações teóricas, bem como uma paixão por distinguir uma “lealdade à clareza e integridade da percepção, um desgosto por

contornos borrados, por identificações vagas” (WB 59). O filósofo ideal, James aponta, mistura essas duas paixões da racionalidade, e mesmo alguns grandes filósofos vão longe demais em uma ou em outra direção: a unidade de Spinoza de todas as coisas em uma substância é “estéril”, assim como a “frouxidão e separação de tudo” de Hume (WB 60).

Sentimentos de racionalidade operam não somente na lógica ou na ciência, mas na vida comum. Quando nós entramos pela primeira vez em um cômodo, por exemplo, “nós não sabemos quais correntes de ar podem soprar em nossas costas, quais portas podem se abrir, quais formas podem entrar, quais objetos interessantes podem ser achados nos cantos.” Essas incertezas menores agem como “irritações mentais” que desaparecem conforme nos familiarizamos com o quarto, e nos “sentimos em casa” (WB 67-8).

James começa a segunda parte deste ensaio considerando o caso em que “duas concepções são igualmente adequadas para satisfazer a demanda lógica” por fluência ou unificação. Nesse ponto, sustenta, deve considerar um componente “prático” da racionalidade. O conceito que “desperta o impulso ativo, ou satisfaz outra demanda estética melhor que a outra, será considerada como uma concepção mais racional, e merecidamente irá permanecer” (WB 66). James coloca este ponto tanto como de psicologia - uma previsão do que ocorrerá - como de julgamento, pois ele sustenta que irá prevalecer “mercidamente.”

Como no seu ensaio sobre Spencer, James explora as relações entre temperamentos e teorias filosóficas. O idealismo, assegura, “será escolhido por um homem de uma constituição emocional, o materialismo, por outro.” O idealismo oferece um

senso de intimidade com o universo, o sentimento que enfim eu “sou tudo.” Mas materialistas acham no idealismo uma “atmosfera estreita, fechada e doente” e preferem conceber um incerto, um perigoso e selvagem universo que “não tem respeito pelo nosso ego”. Deixem “as marés fluírem”, pensa o materialista, “ainda que fluam sobre nós” (BM 76). James simpatiza tanto com a ideia de que o universo é algo com o que se pode ser íntimo quanto com a ideia de que o universo é selvagem e imprevisível. Se ele critica o idealismo por seu “ar doente”, James critica formas reducionistas de materialismo por negar “nossos maiores poderes íntimos... toda a relevância nos casos universais” (WB 71). A intimidade e a selvageria retratadas nessas filosofias contrastantes respondem às paixões, propensões e poderes nos seres humanos, e a “contenda” dessas duas formas de “temperamento mental”, James prevê, sempre se verá na filosofia (WB 76). Certamente, ela sempre é vista na filosofia de William James.

3. The Principles of Psychology

Em 1878, James concordou em escrever um livro texto de psicologia para o editor americano Henry Holt, mas demorou doze anos para produzir o manuscrito e, quando pronto, o descreveu para Hold como “uma massa repugnante, distendida, intumescida, inchada e hidrópica, que atesta apenas dois fatos: 1º, que não existe ciência da psicologia, e 2º, que W. J. era um incapaz” (“The Letters of William James” [As Cartas de William James], ed. Henry James. Boston: Little, Brown, 1926, p. 393–4). Todavia, essas milhares de páginas de psicologia, fisiologia e filosofia provaram ser sua obra-

prima, contendo posições de suas ideias filosóficas dominantes em capítulos ricos, com tópicos como “The Stream of Thought,” [O Fluxo de Pensamento], “The Consciousness of Self” [A Consciência de Si], “Emotion” [Emoção], “Will” [Vontade], entre muitos outros.

James nos diz que, em “The Principles”, ele seguirá o método psicológico da introspecção, que ele define como “olhar a nossa própria mente e reportar aquilo que nela descobriremos” (PP 185). Na realidade, ele usa um certo número de diferentes abordagens metodológicas no livro. Inicialmente, ele inclui capítulos sobre “The Functions of the Brain” [As Funções do Cérebro] e “On Some General Conditions of Brain Activity” [Sobre Algumas Condições Gerais da Atividade Cerebral], que refletem seus anos lecionando anatomia e fisiologia em Harvard, e ele defende a tese reducionista e materialista de que o hábito é “no fundo, um princípio físico” (PP 110). Conforme o livro segue, ele se envolve em discussões com filósofos – como, por exemplo, Hume e Kant no seu capítulo de cem páginas sobre o *self*, e se encontra fazendo afirmações metafísicas que antecipam seu pragmatismo quando ele escreve: “*não existe propriedade ABSOLUTAMENTE essencial para qualquer coisa. A mesma propriedade que figura como essencial de uma coisa em uma ocasião, torna-se uma característica bastante não essencial na outra*” (PP 959).

Até mesmo “introspecção” cobre uma gama de relatos. James discute os experimentos que seus contemporâneos Wundt, Stumpf e Fechner conduziram em seus laboratórios, que os levaram para resultados como “os sons são menos delicadamente discriminados em intensidade do que as luzes” (PP 513). Porém,

várias das observações mais importantes e memoráveis sobre introspecção vem de sua própria vida. Por exemplo:

O ritmo de uma última palavra pode estar lá sem um som para fechá-la... Todos devem conhecer o efeito tentador do ritmo vazio de algum verso esquecido, dançando sem descanso na mente, esforçando-se para ser preenchido com palavras (PP 244).

Nosso pai e mãe, filhos e esposa, são ossos de nossos ossos e carne da nossa carne. Quando eles morrem, uma parte de nós se vai. Se fazem algo errado, é nossa vergonha. Se insultados, nossa raiva surge tão rapidamente como se nós estivéssemos no lugar deles. (PP 280).

Existe uma excitação durante o ataque de choro que não é isenta de um prazer em si mesmo; mas seria preciso um gênio de felicidade para descobrir qualquer pitada de qualidade redentora no sentimento de tristeza seca e encolhida (PP 1061).

“Você vai ou não vai querer isso?” é a pergunta mais avaliadora que nos fazem; perguntam-nos todas as horas do dia, e sobre as menores e maiores coisas, as mais teóricas e mais práticas. Nós respondemos com consentir ou não consentir, e não por meio de palavras. Que maravilha que essas respostas estúpidas pareçam

nossos órgãos mais profundos de comunicação com a natureza das coisas! (PP 1182).

Nessa última citação, James analisa um problema filosófico por uma perspectiva psicológica. Embora ele se abstenha de responder à pergunta se essas “respostas” são, de fato, órgãos profundos de comunicação com a natureza das coisas – relatando apenas que elas nos parecem ser assim – em seus escritos posteriores, como “The Varieties of Religious Experience” [As Variedades da Experiência Religiosa] e “A Pluralistic Universe” [Um Universo Plural], ele confessa, e em algum grau defende sua crença de que a questão deve ser respondida afirmativamente.

No seu famoso capítulo “The Stream of Thought” [O Fluxo de Consciência], James se leva a oferecer um relato de experiência mais rico do que o de empiristas tradicionais como Hume. Ele acredita que as relações, os limites vagos e as tendências são experimentadas diretamente (um ponto de vista que ele posteriormente defende como parte de seu “empirismo radical”). James acredita na consciência como um fluxo, e não como uma sucessão de ideias. Suas águas se misturam, e nossa consciência individual – ou, como ele prefere denominar algumas vezes, nossa senciência - é “mergulhada e tingida” nas águas da senciência ou pensamento que a cerca. Nossa vida física possui um ritmo: é uma série de transições e locais de descanso, de “voos e poleiros” (PP 236). Nós descansamos quando lembramos o nome que estávamos procurando; e ligamos novamente quando ouvimos um som que pode ser um bebê acordando de seu sono.

O interesse - e seu parente próximo, a atenção - é um grande componente não só para a psicologia de James, mas para epistemologia e metafísica que emergem em suas discussões. A coisa, James assegura em “The Stream of Thought” [O Fluxo da Consciência] é um grupo de qualidades “*que acontecem praticamente ou esteticamente para nos interessar, aos quais nós damos nomes substantivos...*” (PP 274). E realidade “significa simplesmente relacionar-se com nossa vida ativa e emocional... qualquer coisa que estimula nosso interesse é real” (PP 924). Nossa capacidade de dar mais atenção a uma coisa do que a outra para James é o sinal de um “elemento ativo em toda a consciência... uma coisa espiritual... que parece sair para entrar em contato com essas qualidades e conteúdos, enquanto eles parecem sair para recebê-la” (PP 285). Diante da tensão entre determinismo científico e nossa crença em nossa própria autonomia e liberdade, James - falando não como psicólogo, mas como um filósofo que ele se tornou - argumenta que a ciência “deve ser constantemente lembrada de que seus propósitos não são os únicos, e que a ordem de causalidade uniforme para a qual ela tem uso e, portanto, tem razão em postular, pode ser envolta em uma ordem mais ampla, sobre a qual ela não tem nenhuma pretensão” (PP 1179).

Em sua discussão sobre consciência, James parece ser um materialista, um dualista, um proto-fenomenologista, e um psicólogo neutro que não ousaria considerar perguntas filosóficas. Uma das camadas mais originais de “The Principles” está na busca de uma descrição “pura” do estado do fluxo de consciência que não pressupõe que seja mental ou material, uma busca que antecipa não somente seu futuro “empirismo radical”, mas a fenomenologia de

Husserl. No capítulo “Sensation” [Sensação], por exemplo, James expressa dificuldade em negar que sensações estão “na mente” e depois “por um ato especial de nossa parte, “extraditado” ou “projetado” para aparecer localizado em um mundo exterior” (PP 678). Ele argumenta que nossas experiências originais são objetivas, que “só quando o reflexo começa a se desenvolver nós começamos a ficar cientes do mundo interior” (PP 679). Entretanto, o mundo objetivo originalmente experimentado não é um mundo de relações espaciais que pensamos:

Certamente uma criança nascida em Boston, que recebe a sensação da chama de uma vela que ilumina o quarto, ou do prendedor de sua fralda, não sente nenhum desses objetos situados na longitude 71W. e latitude 42N... A chama preenche seu próprio lugar, a dor preenche seu próprio lugar; mas até agora esses lugares não foram identificados, não foram discernidos de outros lugares. Isso vem depois. Os lugares conhecidos inicialmente pelos sentidos são elementos do espaço-mundo da criança que permanecem com ela por toda a sua vida. (PP 681-2).

O capítulo de James “Habit” [Hábito], no começo do livro, inicia com a ideia de hábito como uma característica física, mas termina considerando suas implicações éticas. James argumenta que as leis da natureza são, elas próprias, hábitos, “nada além de hábitos imutáveis que diferenciam classificações elementares de matérias seguindo suas ações e reações umas sobre as outras” (PP 109). No

nosso cérebro, hábitos são caminhos de energia nervosa, como os rios e correntes são o caminho do fluxo da água. No âmbito da pele, até uma cicatriz é um tipo de hábito, “mais provável de ser abrasada, inflamada, sofrer frio e dor, do que as partes vizinhas” (PP 111). Também no nível psicológico, “qualquer sequência de ações mentais que são frequentemente repetidas, tendem a se perpetuar...” (PP 116). Hábitos são úteis para diminuir a atenção que nós damos aos nossos atos, com isso nos permitindo desenvolver “nossos poderes superiores da mente” (PP 126). No nível social, o hábito “é o enorme volante da sociedade, o agente conservador mais precioso. Por si só é o que mantém todos no limite da ordem, e salva as crianças ricas das revoltas invejosas dos pobres” (PP 125). As “implicações éticas da lei do hábito” (PP124), como James as vê, referem-se a quais hábitos são escolhidos para serem desenvolvidos, e quando. Muitos hábitos devem começar cedo na vida: “Quase nunca uma língua aprendida depois dos vinte é falada sem sotaque estrangeiro” (PP 126). Nós deveríamos lutar para fazer com que nosso sistema “nervoso seja nosso aliado, não um inimigo”, formando a maior quantidade de bons hábitos possível, o mais cedo possível. Mesmo em idades mais avançadas, temos que manter nossa capacidade de resistência em forma para a cada dia fazer “algo que não tenha outro intuito além de ser uma coisa a qual você prefira não fazer” (PP 130).

Dois capítulos notáveis em “The Principles” são “The Emotions” [As Emoções] e “Will” [Vontade]. A primeira define a teoria - também enunciada pelo fisiologista dinamarquês Carl Lange - que emoções seguem, mais do que causas, sua expressão corporal: “O senso comum diz, nós perdemos nossa fortuna, nos

arrependemos e choramos; nós encontramos um urso, ficamos apavorados e corremos; somos insultados por um rival, ficamos irritados e atacamos. As hipóteses aqui defendidas dizem que a ordem dessa sequência está incorreta... que nós nos arrependemos porque choramos, ficamos bravos porque atacamos, com medo porque trememos...” (PP 1065-6). O significado desse ponto de vista, de acordo com James, é que nossas emoções estão conectadas com nossa expressão corporal. O que, ele pergunta, seria o luto “sem suas lágrimas, seus soluços, a dor no coração, sua dor no esterno?” Não uma emoção, James responde, porque “uma emoção puramente separada do corpo não é uma entidade” (PP 1068).

No seu capítulo “Will” [Vontade], James opõe-se à teoria de seu contemporâneo Wilhelm Wundt, para quem existe um sentimento especial - um “sentimento de inervação” - presente em todas as ações intencionais. Em sua pesquisa sobre uma série de casos, James descobre que algumas atividades envolvem um ato de saída de energia nervosa, mas outros não. Por exemplo:

Eu me sento em uma mesa depois do jantar e me vejo de tempos em tempos pegando nozes ou passas do prato e as comendo. Meu jantar propriamente dito acabou, e no calor da conversa eu mal percebo o que faço; porém a percepção da fruta, e a ligeira percepção que eu talvez a coma, parecem fatalmente provocar o ato. Certamente não há vontade que impele a fazer [*express fiat*] isso... (PP 1131).

O capítulo “Will” [Vontade] também contém passagens

marcantes que antecipam as preocupações de “The Varieties of Religious Experience” [As Variedades da Experiência Religiosa]: sobre humores, “mudanças no coração” e “despertar da consciência”. Esses, James observa, podem afetar “toda a escala de valores nossos motivos e impulsos” (PP 1140).

4. Ensaios sobre Filosofia Popular

A influente e popular obra “The Will to Believe and Other Essays in Popular Philosophy” [A Vontade de Acreditar e Outros Ensaios em Filosofia Popular], publicado em 1897, contém trabalhos dos dezenove anos anteriores, incluindo “The Sentiment of Rationality” [O Sentimento de Racionalidade], “The Dilemma of Determinism” [O Dilema do Determinismo], “Great Men and Their Environment” [Grandes Homens e seus Ambientes] e “The Moral Philosopher and the Moral Life” [O Filósofo Moral e a Vida Moral]. O ensaio título - publicado dois anos antes - provou ser controverso por parecer recomendar crenças irresponsáveis ou irracionalmente sustentadas. Posteriormente, James escreveu que ele deveria ter chamado o estudo de “The *Right* to Believe” [O Direito de Acreditar], para indicar seu intuito de *justificar* a manutenção da crença em *certas circunstâncias*, não alegando que podemos (ou devemos) acreditar nas coisas simplesmente por um ato de vontade.

Na ciência, James aponta que podemos aguardar o resultado da investigação antes de chegar a uma conclusão, mas em outros casos somos “forçados” a confiar mesmo se nem todos os aspectos relevantes estão disponíveis. Se eu estou em uma trilha nas montanhas e me deparo com um trecho com gelo beirando um

penhasco, e não sei se consigo passar, sou forçado a considerar se consigo ou devo acreditar que consigo atravessar. Essa questão não é só forçada, mas “momentânea”: se estou errado posso cair e morrer, e se acredito fielmente que sou capaz de atravessar, minha crença pode contribuir para meu sucesso. Nesse caso, James assegura, eu tenho o “direito de acreditar” - precisamente porque essa crença pode me ajudar. Este é um caso “onde um fato não pode ocorrer a menos que exista uma fé anterior” (WB, 25).

James aplica sua análise nas crenças religiosas, particularmente no caso em que a salvação do ser depende da crença em Deus, sem possuir nenhuma prova de que Deus exista. Nesse caso, a crença pode ser justificada pelo resultado ao qual a crença leva. Ele estende sua análise para além do campo religioso, numa ampla gama da vida secular humana:

Um organismo social de qualquer tipo é o que é, pois, cada membro cumpre com o seu dever com a confiança de que os outros estão fazendo sua parte... Um governo, um exército, um sistema comercial, um navio, uma faculdade, um time esportivo, todos existem sob essa condição, sem isso nada seria obtido, pois nada nem mesmo seria tentado (WB 24).

Questões morais também são momentâneas e improváveis de serem sustentadas por “provas sensíveis”. Elas não são questões científicas, mas “o que Pascal chama de nosso coração” (WB 22). James defende nosso direito de acreditar em certas respostas para essas questões.

Outro trabalho da coleção, “Reflex Action and Theism” [Ação Reflexa e Teísmo], engloba uma reconciliação entre ciência e religião. A expressão “ação reflexa” de James faz alusão ao cenário biológico do organismo reagindo a sensações com uma série de ações. Em animais mais evoluídos, um estágio teórico ou de pensamento intervém entre sensação e ação, e nesse momento, em seres humanos, o pensamento de Deus surge. James assegura que esse pensamento é uma resposta humana natural ao universo, independentemente de qualquer prova de que Deus exista, e ele prevê que Deus será o “centro de todas as tentativas de resolver o enigma da vida” (WB, 116). Ele termina o ensaio defendendo um “teísmo” que postula “uma opacidade nas coisas, uma dimensão do ser que escapa ao nosso controle teórico” (WB 143).

“The Will to Believe” [A Vontade de Crer] também contempla o mais desenvolvido relato de moralidade de James, “The Moral Philosopher and the Moral Life” [O Filósofo Moral e a Vida Moral]. A moralidade para James repousa na senciência - sem ela não existem acusações ou obrigações morais. Porém, assim que a senciência existe, uma reivindicação é feita e a moralidade ganha “uma âncora no universo” (WB 198). Embora James insista que não existe uma essência comum para a moralidade, ele encontra um princípio que serve de guia para filosofias éticas em um princípio que nos “satisfazemos todas as vezes o máximo de demandas que pudermos” (WB 205). Essa satisfação é atingida trabalhando em direção a “um universo mais rico... o bem que parece mais organizado, que melhor encaixe para combinações complexas, mais apto para ser uma parte de um todo mais inclusivo” (WB 210). Esse trabalho procede uma série de experimentos, por meio dos quais

aprendemos a viver (em sua maioria) sem “poligamia e escravidão, guerra privada e liberdade para matar, tortura judicial e poder real arbitrário.” (WB 205). Entretanto, James assegura que “não há nada definitivo em qualquer equilíbrio dos ideais humanos, de modo que como nossas leis atuais e costumes lutaram e conquistaram outras passadas, por sua vez serão descartadas por qualquer nova descoberta que abafará questionamentos, sem produzir outros ainda mais fortes” (WB 206).

O ensaio de James, “On a Certain Blindness in Human Beings” [Sobre uma Certa Cegueira nos Seres Humanos], publicado em seu livro “Talks to Teachers on Psychology and to Students on Some of Life’s Ideals” [Conversas com Professores Sobre Psicologia e com Estudantes sobre Alguns Ideais de Vida] de 1899, ilustra outro elemento importante de sua visão moral. A cegueira a qual James se atenta é aquela de um humano para o outro, uma cegueira que ele ilustra com uma história de sua própria vida. Cavalgando nas montanhas da Carolina do Norte, ele se depara com uma paisagem devastada, sem árvores, cicatrizes na terra, um pouco de milho crescendo aqui e ali sob a luz do sol. Porém depois de conversar com os colonos que limpavam a floresta para construir sua fazenda, James começou a olhar com os olhos deles (pelo menos temporariamente): não como um lugar devastado, mas uma manifestação de “dever, luta e sucesso”. E conclui: “Eu estava cego diante da peculiaridade de suas condições, assim como eles pela minha, e eles tiveram uma amostra de minhas estranhas maneiras acadêmicas vindas da vida em Cambridge” (IT 233-4). James retrata uma pluralidade de visões no ensaio, ao qual ele atribui uma

importância metafísica, epistemológica e ética. Sobre essa pluralidade, ele escreve:

nos exige tolerar, respeitar e permitir naqueles em quem vemos um interesse e felicidade inofensivos à sua própria maneira, mesmo que pareça impossível, para nós, entender. Não interfira: nem a total verdade ou todo o bem é revelado a um único observador, embora cada observador ganhe uma superioridade parcial de uma visão clara da posição peculiar onde ele se encontra. Até mesmo prisioneiros e doentes acamados tem suas revelações especiais (IT 264).

Embora “On a Certain Blindness” seja sobre tolerar e apreciar diferentes pontos de vista, James estabelece seu próprio ponto de vista romântico na sua escolha de heróis em seu trabalho: Wordsworth e Shelley, Emerson, e W. H. Hudson, todos aqueles que se diz terem um senso do “significado limitado das coisas naturais” (IT 244). Mesmo na cidade, onde há “significado e importância insondáveis” (IT 254) nos eventos cotidianos nas ruas, rios e multidões. James louva Walt Whitman, um “velho vadio” por saber como lucrar com as oportunidades comuns da vida: depois de uma manhã escrevendo e um banho, Whitman anda de ônibus Broadway da 23rd Street até Bowling Green e vice-versa, somente pelo prazer de fazê-lo. “Quem sabe a maior das verdades?”, James pergunta, “Whitman em seu ônibus, cheio da alegria que o inspira, ou você, cheio de desdém, com a excitação fútil de sua ocupação?” (IT 252). O interesse de James na vida interior dos outros, e em escritores

como Tolstoy com quem compartilha seu entendimento dos “fluxos e refluxos misteriosos” (TT 255), leva ele para o prolongado estudo da experiência religiosa humana, a qual ele apresenta na Gifford Lectures em 1901-2, publicadas em “The Varieties of Religious Experience” [As Variedades da Experiência Religiosa] em 1902.

5. The Varieties of Religious Experience

Assim como em “The Principles of Psychology” [Princípios de Psicologia], “Varieties” é um “estudo da natureza humana”, como diz o subtítulo. Porém, suas cerca de 500 páginas são apenas metade do tamanho de “The Principles of Psychology” [Princípios de Psicologia], condizente com seu escopo mais restrito, embora seja mais abrangente. Para os estudos de James, essa parte da natureza humana é, ou se relaciona com a experiência religiosa. Seu interesse não está em instituições religiosas, rituais ou até mesmo ideias religiosas, mas sim em “sentimentos, atos e experiências de indivíduos em sua solidão, até o momento em que eles se aprisionam em uma relação com qualquer coisa que possam considerar divina” (V 31).

James estabelece uma distinção central nos primeiros capítulos do livro em “The Religion of Healthy-Mindedness” [A Religião da Mente Saudável] e “The Sick Soul” [A Alma Doente]. Pessoas religiosas com a mente saudável – sendo Walt Whitman como um dos maiores exemplos - detém um profundo senso de bondade da vida (V 79) e uma alma “pintada de azul celestial” (V 80). Mentes saudáveis podem ser involuntárias, naturais a alguém, mas normalmente aparecem de maneiras mais intencionais. O

cristianismo liberal, por exemplo, representa o triunfo de uma devoção de uma mente saudável, ao contrário de uma mórbida “velha teologia do fogo do inferno” (V 91). James também cita o “movimento de cura mental” de Mary Baker Eddy, para quem “o mal é simplesmente uma mentira, e qualquer um que o mencione é um mentiroso” (V 107). Em “The Sick Soul” [A Alma Doente], por outro lado, “o mal radical ganha um lugar” (V 163). Não importa quão seguros se sintam, a alma doente encontra naquilo “insuspeitadamente escondido no fundo de cada fonte de prazer, como um velho poeta disse, alguma mágoa antiga: um toque de náusea, uma decadência sem vida do prazer, um aroma de melancolia...”. Esses estados não são simplesmente sensações desagradáveis, pois para eles trazem uma “sensação de virem de uma região mais profunda e geralmente possui uma terrível capacidade de convencimento” (V 136). Os maiores exemplos de James são Minha Confissão, de Leo Tolstoy, a autobiografia de John Bunyan e um relatório de um terrível pavor - supostamente de um correspondente francês, mas na verdade de obra do próprio James. Algumas almas doentes nunca ficam bem, enquanto outras se recuperam ou até triunfam, esses são os “renascidos”. Nos capítulos “The Divided Self, and the Process of Its Unification” [O Eu Dividido e o Processo de sua Unificação] e em “Conversion” [Conversão], James discute Santo Agostinho, Henry Alline, Bunyan, Tolstoy, e uma gama de evangelistas populares, focando no que ele chama de “o estado de garantia” (V 247), que eles atingiram. No centro desse estado está “a perda de toda a preocupação, o senso de que tudo está bem, a paz, a harmonia, a *vontade de ser*, mesmo que as condições externas sigam as mesmas” (V 248).

O clássico capítulo de “Varieties” denominado “Mysticism” [Misticismo] oferece “quatro marcas, que quando presentes em uma experiência, a podem qualificar como mística...” (V 380). A primeira é ser inefável: “desafia a expressão... sua qualidade precisa ser diretamente experienciada; não pode ser transferida para outros.” A segunda é uma “qualidade noética”: estados místicos se apresentam como estados de conhecimento. Terceira, estados místicos são transitórios; e por fim os sujeitos são passivos em relação a eles: não podem controlar suas idas e vindas. Esses estados são, James termina o capítulo questionando, “janelas pelas quais a mente olha para um mundo mais extenso e inclusivo?” (V 428).

No capítulo intitulado “Philosophy” [Filosofia] - voltado em grande parte ao pragmatismo - e “Conclusions” [Conclusões], James acredita que a experiência religiosa é, em geral, útil, mesmo “dentre as mais importantes funções biológicas dos homens”, mas ele concede crédito à ideia de que isso não faz com que a experiência seja verdadeira. Todavia, James articula sua própria crença - a qual ele não pretende provar - que a experiência religiosa nos conecta com uma realidade melhor, ou mais distante, não acessível nas nossas relações cognitivas no mundo: “Os limites mais profundos do nosso ser, parece para mim, mergulham em uma dimensão diferente da existência sensível e meramente “compreensível” do mundo” (V 515).

6. Escritos tardios

6.1 Pragmatism (1907)

O primeiro anúncio do comprometimento de James ao pragmatismo se deu em uma palestra em Berkeley em 1898, intitulada “Philosophical Conceptions and Practical Results” [Concepções Filosóficas e Resultados Práticos]. Fontes tardias de “Pragmatism” foram palestras na Wellesley College em 1905, no Instituto Lowell e na Columbia University, em 1906 e 1907. O pragmatismo emerge nos livros de James como seis aspectos: um temperamento filosófico, uma teoria da verdade, uma teoria do significado, uma compreensão holística do conhecimento, uma visão metafísica e um método de resolver disputas filosóficas.

O temperamento pragmatista aparece no capítulo de abertura do livro, onde (seguindo um método que ele determinou primeiramente em “Some Remarks on Spencer’s Definition of Mind as Correspondence” [Algumas Observações na Noção de Spencer de Mente como Correspondência]), James classifica filósofos de acordo com seu temperamento: nesse caso “cabeça dura” ou “mente terna”. O pragmatista é o mediador entre esses extremos, e alguém, como o próprio James, que tem “lealdade científica aos fatos”, mas também “a velha confiança nos valores humanos e espontaneidade relutante, tanto do tipo religioso quanto romântico” (P 17). O método de resolver disputas e a teoria de significado estão dispostos nas discussões de James acerca de um argumento baseado na história de um homem que persegue um esquilo ao redor de uma árvore, e que também dá a volta no esquilo. Considerando o significado como os “efeitos concebíveis de um

tipo prático que o objeto pode envolver”, o filósofo pragmatista acredita que existem dois significados práticos de “envolver”: ou o homem vai a norte, leste, sul e oeste do esquilo, ou ele encara primeiramente a cabeça do esquilo, depois um lado, seu rabo e por fim seu outro lado. “Faça a distinção”, James escreve, “e não existe ocasião para futuras disputas.”

A teoria pragmática da verdade é o assunto do sexto (e em algum grau do segundo) capítulo. A verdade, James assegura, é uma “espécie de bem”, como a saúde. Verdades são boas porque nós podemos embarcar nelas no caminho do futuro sem sermos surpreendidos de maneira desagradável. Elas “nos guiam a setores verbais e conceituais úteis ao mesmo tempo que nos levam a úteis e sensíveis *termini*. Elas levam a relações humanas consistentes, estáveis e fluidas. Elas se distanciam da excentricidade e do isolamento do pensamento frustrado e estéril” (103). Entretanto, James assegura que verdades são “*construídas*” (104) no curso da experiência humana, e que na maioria das vezes elas vivem em um “sistema de crédito” de uma maneira que elas não estão sempre sendo verificadas, ele também trabalha com o viés empirista que “crenças verificadas concretamente por *alguém* são os pilares de uma superestrutura” (P 100).

O capítulo “Pragmatism and Humanism” [Pragmatismo e Humanismo] define sua epistemologia voluntarista. “Nós esculpimos tudo”, James afirma, “assim como moldamos constelações para servir nossos propósitos humanos” (P, 100). Todavia, existem “fatores de resistência em toda a experiência de construção da verdade” (P, 117), incluindo não só suas sensações e experiências presentes, mas todo o corpo de nossas crenças prévias.

James não acredita que criamos nossas verdades do nada, nem que a verdade é inteiramente desligada da humanidade. Ele abraça “o princípio humanista: você não pode se colocar à parte da contribuição humana” (P 122). Ele também defende um processo metafísico, afirmando que “para o pragmatismo a realidade ainda está sendo feita”, enquanto para “o racionalismo, a realidade é estática e completa para toda a eternidade” (P 123). O capítulo final de “Pragmatismo”, “Pragmatism and Religion” [Pragmatismo e Religião], segue a linha de James em “Varieties”, atacando o “absolutismo transcendental” por sua noção inverificável de Deus e na defesa de uma “religião moralista e pluralista” (144) baseada na experiência humana. “Nos princípios pragmáticos”, James escreve, “se a hipótese de Deus funciona de maneira satisfatória no mais amplo sentido da palavra, é verdadeira” (143).

6.2 A Pluralistic Universe (1909)

Originalmente apresentada em Oxford como um compilado de palestras “On the Present Situation in Philosophy” [Sobre a Situação Presente da Filosofia], James inicia seu livro, assim como em “Pragmatism”, com uma discussão da determinação temperamental de teorias filosóficas, as quais, James coloca que “são tantas visões, formas de sentir todo o impulso... forçado por alguém pelo seu caráter e pela experiência total e, no todo geral, *preferido* - não há outra palavra confiável - como a melhor atitude de trabalho de alguém” (PU 15). Mantendo que a “visão” de um filósofo é aquilo que é o importante sobre ele (PU 3), James condena

o “excesso de tecnicismo e o consequente desânimo dos discípulos mais novos das universidades americanas...” (PU 13).

James passa de discussões críticas do idealismo de Josiah Royce e do “intelectualismo vicioso” de Hegel para filósofos aos quais a visão ele admira: Gustav Fechner e Henri Bergson. Ele celebra Fechner por assegurar que “todo o universo está em diferentes espaços e comprimentos de ondas, exclusões e desenvolvimentos, é em todo lugar vivo e consciente” (PU, 70) e ele busca refinar e justificar a ideia de Fechner de que consciências de seres humanos, animais e vegetais, separadas, se fundem em uma “consciência de amplitude ainda maior” (72). James emprega a crítica de Henri Bergson sobre o “intelectualismo” para argumentar que “pulsos concretos de experiência aparecem sem limites definidos aos quais nossos substitutos conceituais são confinados. Eles se entrecruzam continuamente e parecem ser interpenetráveis” (PU 127). James conclui adotando uma posição de que ele tinha estabelecido de maneira provisória em “The Varieties of Religious Experience” [As Variedades da Experiência Religiosa]: de que experiências religiosas “apontam com a probabilidade razoável à continuidade de consciência com um ambiente espiritual mais amplo a partir do qual um homem comum e prudente (que é o único homem que a psicologia científica toma conhecimento) está desconectado” (PU 135). Considerando que em “Pragmatism”, James submete o religioso dentro do pragmático (como mais uma maneira bem-sucedida de trilhar o caminho pelo mundo), em “A Pluralistic Universe” [Um Universo Pluralista], ele sugere que a religiosidade oferece uma relação superior com o universo.

6.3 Essays in Radical Empiricism (1912)

Essa coleção *post-mortem* inclui os trabalhos inovadores de James em “Pure Experience” [Pura Experiência], publicadas originalmente em 1904-5. A ideia fundamental de James é que a mente e a matéria são dois aspectos ou estruturas formadas de uma coisa mais fundamental – a experiência pura - que (apesar de ser chamada de experiência) não é nem mental ou física. A experiência pura, James explica, é “o fluxo imediato de vida que fornece o material para nossa reflexão tardia com suas categorias conceituais... um *aquilo* que ainda não é definido, embora pronto para ser todos os tipos de o que...” (ERE 46). Esses “o ques” que podem ser a experiência pura são corpos e mentes, pessoas e objetos, mas isso depende não de uma diferença ontológica entre essas “experiências puras”, mas nas *relações* nas quais elas entram. Certas sequências de experiências puras constituem objetos, e outras constituem pessoas, mas outras como, por exemplo, a percepção de uma cadeira, podem ser as duas, uma constituindo a cadeira e outra, a pessoa. De fato, uma experiência pura pode fazer parte de duas mentes distintas, como James explica em um capítulo denominado “How Two Minds Can Know One Thing” [Como Duas Mentes Podem Saber uma Mesma Coisa].

O “empirismo radical” de James é diferente de sua metafísica sobre “experiências puras”. Nunca foi definido precisamente em “Essays” e é mais bem explicado em uma passagem em “The Meaning of Truth” [O Significado da Verdade], no qual James declara que o empirismo radical consiste em um postulado, uma declaração de um fato e uma conclusão. O

postulado é de que “as únicas coisas que devem ser discutíveis entre filósofos são coisas definidas em termos obtidos pelas experiências”, o fato é que relações são experienciadas tão diretamente quanto as coisas com o que se relacionam, e a conclusão é que “as partes da experiência se mantêm fortemente por relações que são elas mesmas partes da experiência” (MT 6-7).

James ainda estava trabalhando nas objeções à sua doutrina da experiência pura, respondendo a críticas de “Pragmatism”, e escrevendo uma introdução a problemas filosóficos quando morreu em 1910. Seu legado se estende pela psicologia, estudo da religião e filosofia, não somente na tradição pragmatista que ele fundou (junto de Charles Peirce), mas em fenomenologia e filosofia analítica. Edmund Husserl incorporou as noções de James de “*fringe*” [fronteira] e “*halo*” [aureola] em seus estudos de fenomenologia (Moran, p. 276-80). Bertrand Russell deve sua obra “The Analysis of Mind” [A Análise da Mente] à doutrina de James sobre “experiência pura” (Russell, 1921, pp. 22–6), Ludwig Wittgenstein aprendeu sobre “a ausência da força de vontade” pela obra de James “Psychology” [Psicologia] (Goodman, Wittgenstein e William James, p. 81), e as versões de “neopragmatismo” de Nelson Goodman, Richard Rorty e Hilary Putnam estão cheias das ideias de James. James é um dos mais atraentes e cativantes dos filósofos: por uma visão aberta e selvagem do universo que nunca é moldada por poderes humanos e por respostas a alguma necessidade, mas também, como Russell destacou em seu obituário, pela sua “grande tolerância e... humanidade” com a qual ele estabelece essas visões. (“The Nation”, 3 setembro 1910, p.793–4).

Bibliografia

Literatura primária: trabalhos de William James.

The Works of William James, Cambridge, MA and London: Harvard University Press, 17 vol., 1975–.

William James: Writings 1878–1899. New York: Library of America, 1992.

William James: Writings 1902–1910. New York: Library of America, 1987

“Remarks on Spencer’s Definition of Mind as Correspondence,” first published in The Journal of Speculative Philosophy, 1878. Contained in Essays in Philosophy, pp. 7–22.

The Principles of Psychology, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981. Originally published in 1890 [PP].

The Will to Believe and Other Essays in Popular Philosophy, Cambridge, MA and London: Harvard University Press, 1979; first published in 1897 [WB].

“Philosophical Conceptions and Practical Results,” 1898. Contained in Pragmatism, in The Works of William James, pp. 255–70.

Talks to Teachers on Psychology and to Students on Some of Life’s Ideals. New York: Henry Holt, 1899 [T’T].

The Varieties of Religious Experience, New York: Longmans, Green, 1916. Originally published in 1902 [V].

Pragmatism. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979. Originally published in 1907 [P].

A Pluralistic Universe. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1977. Originally published in 1909 [PU].

The Meaning of Truth, Cambridge, MA and London: Harvard University Press, 1979 [MT]. Originally published in 1909.

Essays in Philosophy. Cambridge, MA and London: Harvard University Press, 1978 [E].

Some Problems of Philosophy. Cambridge, MA and London: Harvard University Press, 1979. Originally published in 1911.

The Letters of William James, ed. Henry James, Boston: Little Brown, 1926.

The Correspondence of William James, ed. Ignas K. Skrupskelis and Elizabeth M. Berkeley, 12 volumes. Charlottesville and London, University Press of Virginia, 1992–.

Selected Letters of William and Henry James, Charlottesville and London, University Press of Virginia, 1997.

Literatura secundária

Baghramian, Maria and Sarin Marchetti (eds.), 2017, *Pragmatism and the European Traditions: Encounters with Analytic Philosophy and Phenomenology Before the Great Divide*, New York and London: Routledge.

Barzun, Jacques, 1983, *A Stroll with William James* New York: Harper and Row.

Benoist, Jocelyn, 2005, “A Phenomenology or Pragmatism?” in *Pragmatism, Critical Concepts in Philosophy*, vol. 2, Russell B. Goodman (ed.), London and New York: Routledge, pp. 89–112.

Bernstein, Richard, 2010, *The Pragmatic Turn*, Cambridge, U.K. and Malden, MA: Polity Press.

Bird, Graham, 1986, *William James (The Arguments of the Philosophers)*. London: Routledge and Kegan Paul.

Carrette, Jeremy, 2013, *William James’s Hidden Religious Imagination: A Universe of Relations*, New York: Routledge.

Edie, James, 1987, *William James and Phenomenology*, Indianapolis: Indiana University Press.

Feinstein, Howard M., 1984, *Becoming William James*, Ithaca, NY: Cornell University Press.

Gale, Richard M., 1999, *The Divided Self of William James*, Cambridge: Cambridge University Press.

_____, 2004, *The Philosophy of William James: An Introduction*, Cambridge: Cambridge University Press.

Girel, Mathias, 2004, "Les Angles de l'acte. Usages d'Emerson dans la Philosophie de William James," *Cahier Charles V*, XXXVII (October): 207–245.

Goodman, Russell B., 1990, *American Philosophy and the Romantic Tradition*, Cambridge: Cambridge University Press, Chapter 3.

_____, 2002, *Wittgenstein and William James*, Cambridge: Cambridge University Press.

_____, 2004, "James on the Nonconceptual," *Midwest Studies in Philosophy*, XXVIII: 137–148.

_____, 2008, "Emerson, Romanticism, and Classical American Pragmatism," in *The Oxford Handbook of American Philosophy*, ed. Cheryl Misak, Oxford: Oxford University Press, pp. 19–37.

_____, 2010, "William James's Pluralisms," *Revue Internationale de Philosophie*, 2: 155–76.

Jackman, Henry, 2008, “William James,” in *The Oxford Handbook of American Philosophy*, Cheryl Misak (ed.), Oxford: Oxford University Press, pp. 60–86.

Klein, Alexander, 2009, “On Hume on Space: Green’s Attack, James’s Empirical Response,” in *Journal of the History of Philosophy*, 47(3): 415–49.

Levinson, Henry S., 1981, *The Religious Investigations of William James*, Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Madelrieux, Stéphane, 2008, *William James, l’attitude empiriste*, Paris: Presses Universitaires de France.

Marchetti, Sarin, 2015, *Ethics and Philosophical Critique in William James*, New York: Palmgrave Macmillan.

Matthiessen, F. O., 1947, *The James Family*, New York: Knopf.

McDermott, John, 1986, *Streams of Experience: Reflections on the History and Philosophy of American Culture*, Amherst: University of Massachusetts Press.

Misak, Cheryl, 2013, *The American Pragmatists*, Oxford: Oxford University Press.

Moore, G. E., 1922, “William James’ ‘Pragmatism’”, in *Philosophical Studies*, London: Routledge & Kegan Paul, pp. 138.

Moran, Dermot, 2017, “Phenomenology and Pragmatism: Two Interactions. From Horizontal Intentionality to Practical Coping,” in Baghramian and Marchetti 2017, pp. 272–93.

Myers, Gerald, 1986, *William James: His Life and Thought*, New Haven: Yale University Press.

Pawelski, James O., 2007, *The Dynamic Individualism of William James*, Albany, NY: State University of New York Press.

Perry, Ralph Barton, 1935, *The Thought and Character of William James*, Boston: Little, Brown, 2 vols.

Pihlström, Sami, 2008, *The Trail of the Human Serpent is over Everything: Jamesian Perspectives on Mind, World, and Religion*, Lanham, MD: University Press of America.

Poirier, Richard, 1992, *Poetry and Pragmatism*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

Proudfoot, Wayne, ed., 2004, *William James and a Science of Religions*, New York: Columbia University Press.

Putnam, Hilary, 1987, *The Many Faces of Realism*, La Salle, IL: Open Court.

____ (with Ruth Anna Putnam), 1990, “William James’s Ideas,” in Putnam, Hilary, *Realism with a Human Face* (Cambridge, MA: Harvard University Press, pp. 217–231.

Putnam, Ruth Anna, 1997, *The Cambridge Companion to William James*, Cambridge: Cambridge University Press.

Richardson, Robert D., 2006, *William James: In the Maelstrom of American Modernism*, Boston: Houghton Mifflin.

Russell, Bertrand, 1921, *The Analysis of Mind*, London: George Allen and Unwin.

____, 1986, *The Collected Papers of Bertrand Russell* (Volume 6), London: George Allen and Unwin, pp. 257–306.

Simon, Linda, 1998, *Genuine Reality: a life of William James*, New York: Harcourt Brace.

Seigfried, Charlene Haddock, 1990, *William James’s Radical Reconstruction of Philosophy*, Albany: State University of New York Press.

Skillen, Anthony, 1996, “William James, ‘A Certain Blindness’ and an Uncertain Pluralism,” in *Philosophy and Pluralism*, ed. David Archard. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 33–45.

Slater, Michael R., 2009, *William James on Ethics and Faith*, Cambridge: Cambridge University Press.

Sprigge, T. L. S., 1993, *James and Bradley: American Truth and British Reality*, Chicago: Open Court.

Suckiel, Ellen Kappy, 1982, *The Pragmatic Philosophy of William James*, Notre Dame, IN and London: University of Notre Dame Press.

_____, 1996, *Heaven's Champion*, Notre Dame, IN and London: University of Notre Dame Press.

Tarver, Erin C. and Shannon Sullivan (eds.), 2015, *Feminist Interpretations of William James*, University Park, PA: The Pennsylvania State University Press.

Taylor, Eugene, 1996, *William James on Consciousness Beyond the Fringe*, Princeton, NJ: Princeton University Press.

Wilshire, Bruce, 1979, *William James and Phenomenology: A Study of "The Principles of Psychology"*, New York: AMS Press, 1979.

O Caso dos Irmãos Reimer

Júlia Lombardi Carneiro

O caso dos irmãos Reimer foi um grupo de procedimentos médicos e psicológicos desenvolvidos para converter Bruce Reimer, uma criança nascida com pênis em 1965, no Canadá, em Brenda, uma menina com uma vagina criada por procedimento cirúrgico. O caso foi acompanhado pelo célebre psicólogo neozelandês John Money, que sugeriu os procedimentos médicos e ofereceu acompanhamento psicológico. A história foi divulgada pelo próprio Money sob o título “John/Joan” como um caso bem-sucedido, o que inspirou a criação de um protocolo para situações similares. Contudo, Bruce, que havia sido rebatizado como Brenda como etapa para a sua redesignação de gênero, não aceitou ser identificada como do gênero feminino e, aos 13 anos, expressou seu desejo de ser reconhecido como um menino, quando a história foi-lhe revelada, assumindo, na ocasião, o nome David. A partir deste momento, David e sua família iniciaram os procedimentos para assumir a identidade de gênero masculina, estado em que permaneceu a vida toda até seu suicídio, em 2004. O caso é bastante polêmico e muito debatido entre psicólogos, sexólogos e outros profissionais. Money, por conta do caso, é acusado de postura antiética por muitos pesquisadores.

História

Acidente

Em 22 de Agosto de 1965, na cidade de Winnipeg, no Canadá, nasceram os gêmeos Bruce e Brian Reimer. Com sete meses de idade, os irmãos foram diagnosticados com fimose e encaminhados a um especialista para que passassem por uma cirurgia de circuncisão. Enquanto Bruce era operado, o aparelho utilizado pelos médicos apresentou uma falha elétrica que fez com que seu pênis fosse completamente queimado. Na época do acidente, as cirurgias plásticas não eram avançadas o suficiente para reconstruir esse órgão, o que deixou a família preocupada em relação à identidade de gênero da criança e as dificuldades que enfrentaria em uma futura vida sexual.

Contato da família com John Money

Meses após a circuncisão malsucedida de Bruce Reimer, Janet e Ronald Reimer, os pais de Bruce e Brian, assistiram na televisão uma entrevista com o psicólogo John Money, um pioneiro em estudos sobre gênero. Nessa entrevista, foi dito que o Hospital John Hopkins, em Baltimore, estava abrindo uma clínica de identidade de gênero, focada em pessoas que queriam mudar de sexo. Além disso, Money falou sobre suas perspectivas em relação ao assunto e apresentou ao público uma mulher transgênero que havia sido sua paciente. Essa narrativa trouxe esperança à família Reimer, que prontamente escreveu para o psicólogo.

John Money respondeu a Janet e Ronald e, posteriormente, se encontrou com o casal no hospital John Hopkins. Nesse

encontro, Money os disse que, nas condições em que se encontrava, Bruce teria uma vida solitária e se entenderia como um alguém incompleto e fisicamente defeituoso. Money argumentou que, para que essas questões não se tornassem realidade, Bruce poderia passar por uma cirurgia de redesignação sexual, ou seja, remover cirurgicamente o que havia sobrado do pênis de Bruce e criar uma vagina primitiva em seu lugar. O psicólogo explicou que reconstruir o pênis de Bruce não era possível, mas que uma vagina perfeitamente funcional poderia ser criada. Ele ainda assegurou que o fato de Bruce ter nascido homem era irrelevante porque, de acordo com sua Teoria da Neutralidade de Gênero, o gênero de um indivíduo era neutro durante seus primeiros anos de vida e o que o diferenciaria como masculino ou feminino seriam as experiências vivenciadas ao longo do crescimento. Assim, a partir daquele momento, as experiências de Bruce passariam a ser intermediadas por seus pais, para que ele acreditasse que sempre foi uma menina.

A cirurgia

Seguindo as orientações de John Money, em 3 de julho de 1967, com quase dois anos, Bruce Reimer foi levado até o Hospital John Hopkins, nos EUA, para passar por uma cirurgia de orquiectomia bilateral e construção de uma vagina. No procedimento, seus testículos foram removidos e seu órgão genital substituído por uma vagina rudimentar.

Bruce, então, passou a se chamar Brenda e a ser vestido e tratado como uma menina. Ele começou a tomar estrogênio no fim da infância, visando desenvolver traços femininos no período da

puberdade. O psicólogo também explicou que se a verdade fosse revelada a Brenda, a mudança de sexo seria um fracasso. O psicólogo passou a fazer consultas regulares com os gêmeos, para acompanhar esse processo de transição.

Consequências

O comportamento de Brenda não se mostrou como o esperado e, conforme ela foi crescendo, a situação foi se tornando cada vez pior. Diante dos efeitos do estrogênio, traços femininos, como o crescimento do busto, se desenvolveram no corpo de Brenda. Com isso, contudo, a menina passou a se sentir diferente. Ela tentava rasgar as roupas femininas em que era vestida e era incentivada a brincar com coisas geralmente relacionadas a meninas, como bonecas, mas sempre se interessava mais pelos brinquedos de seu irmão. Ela não era aceita pelas meninas, que a consideravam muito masculina, e também não era aceita pelos meninos, que não queriam uma menina entre eles. Brenda não se sentia feliz e demonstrava ter impulsos suicidas, além de ter desenvolvido uma relação conflituosa com seu irmão.

Temendo o possível fracasso de seu experimento, John Money resolveu ser mais incisivo durante as consultas de acompanhamento, buscando fazer com que Brenda enfim aceitasse sua identidade feminina. De início, o psicólogo focou em mostrar as diferenças entre as genitálias masculina e feminina. Ele começou fazendo uma série de perguntas íntimas sobre as características das genitais e mostrou para Brenda um livro chamado “Dois Nascimentos”, com imagens explícitas de mulheres dando à luz.

Sem sucesso, Money tentou convencê-la a fazer uma cirurgia de reconstrução de vagina, argumentando que, dessa forma, sua genitália se pareceria mais com a de outras meninas. Dizia que, dessa forma, ela seria “consertada” e se sentiria melhor, mais feminina. Brenda, sem intenções reais de fazer esse procedimento, disse a ele que ainda não estava pronta.

Percebendo que ainda estava longe de atingir seu objetivo, John Money teria tomado uma decisão drástica. Os gêmeos relatam que, durante os dois últimos anos do tratamento, foram obrigados a se despirem, frente a frente, para que Brenda pudesse observar e comparar as suas genitais com as do irmão. Money também teria os obrigado a fazer diferentes posições sexuais, evidenciando o papel de cada um numa relação, e tirado fotografias dos dois. No entanto, embora as práticas citadas anteriormente tenham sido comprovadas através das transcrições das consultas, não é possível confirmar as alegações referentes às fotografias e à nudez, uma vez que os arquivos referentes a esse período estão inacessíveis à consulta pública.

Em 1978, quando Brenda estava perto de completar 13 anos, Money tentou mais uma vez convencê-la a fazer a cirurgia de reconstrução vaginal. Para isso, convidou uma mulher transgênero para participar da sessão, acreditando que, ao conhecer uma adulta que se submeteu a essa cirurgia e que se sentia feliz sendo mulher, Brenda mudaria de ideia. A consulta, no entanto, a deixou tão incomodada que ela ameaçou cometer suicídio caso precisasse ver John Money novamente. Por conta disso, a partir daquele momento, os gêmeos se desvincularam de Money e passaram a ser atendidos por um profissional local, o Dr. McKenty.

Revelação

Com 13 anos, Brenda estava depressiva, já havia tentado suicídio e ameaçava tentá-lo novamente. Seus pais, então, associaram esse comportamento ao fracasso da redesignação sexual e, com o incentivo do médico que a estava acompanhando na época, decidiram que era o momento de contar a verdade.

Na tarde do dia 14 de março de 1980, Ronald foi buscar sua filha em uma de suas sessões de terapia, mas, ao invés de levá-la até em casa, como de costume, dirigiu até uma loja de sorvetes, local em que sempre levava seus filhos quando precisava contar alguma notícia ruim. Brenda ficou preocupada, começou a fazer perguntas e, após ter todos os seus questionamentos negados pelo pai, foi explicada quanto ao verdadeiro motivo de estarem ali. Naquele momento, Ronald revelou, em detalhes, o passo a passo de tudo o que havia acontecido com ela, que o respondeu com uma única pergunta, “Qual era o meu nome?”, e decidiu imediatamente que queria reverter o seu gênero e se tornar, biologicamente, um menino.

Enquanto isso acontecia, na casa da família, Janet contava tudo para Brian, que se mostrou transtornado com a situação e reagiu de maneira agressiva. Posteriormente, sua mãe relatou acreditar que essa reação se deu porque Brian não conseguiu aceitar que Brenda era, na verdade, seu irmão e que ele não era o único menino.

David após a revelação do experimento

Pelo fato de ter sido criada e apresentada como uma menina por tantos anos, Brenda e seus pais se preocuparam com os possíveis preconceitos e estranhamentos que sofreriam quando a redesignação de sexo ocorresse. Pensaram em várias formas de tornar esse momento mais fácil, como mudar de cidade por um tempo ou apresentá-lo como um primo distante, mas esperar por uma solução só deixou Brenda mais ansiosa para sua transição. Assim, durante a adolescência, pediu para ser chamada pelo nome de David e, diferentemente do que esperavam, essa mudança foi muito bem recebida por seus amigos e familiares, que perceberam que a melancolia que fazia parte do comportamento de Brenda foi substituída por alegria, no comportamento de David.

David passou a receber injeções de testosterona e fez uma mastectomia dupla e, em 2 de julho de 1981, fez uma cirurgia para criar um pênis rudimentar e implantar testículos. Durante o primeiro ano pós-cirurgia, David foi hospitalizado 18 vezes por bloqueios e infecções em sua uretra artificial e, durante os três anos seguintes, continuou sendo hospitalizado regularmente.

Ele foi apresentado para os amigos de Brian como um primo perdido e, para explicar o desaparecimento de Brenda, os gêmeos inventaram a história de que ela teria ido morar com um namorado, mas morrido em um acidente de avião. Quanto às hospitalizações frequentes de David, diziam que eram resultados de complicações de um acidente de moto.

Nos anos seguintes, David passou a se sentir muito angustiado em relação a sua vida amorosa. Com medo de ter seu

segredo revelado, desenvolveu uma estratégia para evitar que seus encontros românticos se tornassem íntimos: ele ingeria uma quantidade alta de bebida alcoólica e, quando se via em risco, dizia que estava cansado e que iria desmaiar.

Certa vez, David se descuidou e acabou dormindo junto a uma namorada e, enquanto ele dormia, ela olhou sua região íntima. No dia seguinte, a namorada o questionou sobre o que havia visto e recebeu a resposta de que ele havia sofrido um acidente. Em poucos dias, a notícia se espalhou e David começou a escutar tantos comentários e piadas a respeito de si que tentou cometer suicídio: ele ingeriu todos os comprimidos de um frasco de antidepressivos que pertencia à sua mãe e se deitou. Alguns momentos depois, David foi encontrado inconsciente por seus pais que, em um primeiro momento, se questionaram se realmente deveriam salvá-lo, porque o filho já havia sofrido demais.

No verão de 1987, Brian apresentou David a uma mulher chamada Jane Fontane, uma mãe solteira de três filhos. Os dois tornaram-se um casal rapidamente e, em 22 de setembro de 1990, David e Jane se casaram.

Toda a trajetória de David teve forte impacto, também, no ajustamento psicossocial de seus pais. Enquanto a verdade ainda não havia sido revelada, ambos entraram em estados depressivos, seu pai se tornou um abusador de álcool e sua mãe tentou suicídio. Com a revelação do caso e o início da história de David, a vida dos envolvidos foi se tornando cada vez melhor e menos dolorosa. Brian, no entanto, aparece como uma exceção dessa narrativa, porque nunca se recuperou por completo do choque da revelação e, ao longo dos anos, desenvolveu traços antissociais.

Durante a vida adulta, David descobriu que John Money continuava compartilhando o seu caso como se tivesse sido bem-sucedido, utilizando o pseudônimo “John/Joan” para referir-se à história e usando-a como uma prova de que suas teorias estavam certas. David, então, receoso que outras pessoas pudessem passar pelo que ele passou, convenceu Brian de que deveriam ir a público para que contassem suas histórias e, mediante uma publicação do sexologista Milton Diamond, teve sua verdadeira história revelada, o que gerou uma série de artigos, livros e personagens inspirados no caso e colocou John Money no centro de uma polêmica.

Final da vida dos irmãos Reimer

O relacionamento entre David e Brian não era bom. Brian não reagiu bem à revelação de que Brenda havia nascido um menino e, durante a adolescência, foi diagnosticado com esquizofrenia. Após vir a público expor o psicólogo John Money, a saúde mental de Brian, que já não era estável, foi se deteriorando ainda mais e, em 2002, ele faleceu, devido a uma overdose de antidepressivos.

A morte de Brian foi muito impactante para David, que já sofria de depressão e passava por problemas financeiros e conjugais na época. Assim, no dia 4 de maio de 2004, David Reimer, com 38 anos, se suicidou com um tiro na cabeça.

Repercussões do caso

John Money

A Teoria da Neutralidade de Gênero, idealizada por John Money, foi desenvolvida através de estudos com pessoas intersexo

e/ou que passaram por cirurgias de redesignação sexual e considera o gênero como algo essencialmente neutro. Nesses estudos, Money tinha contato frequente com cirurgias de redesignação sexual, as quais afirmava que costumavam ser bem-sucedidas e o fizeram acreditar na ideia de que a plasticidade do gênero não era exclusiva desse grupo, mas se aplicava a todos. Com essa perspectiva, ao conhecer a família Reimer, o psicólogo encontrou uma oportunidade de provar o que defendia. Mesmo que não houvesse estudos sobre esse procedimento em pessoas que não pertenciam ao grupo intersexo, Money deu início a um experimento de redesignação sexual em David Reimer, na época, com 22 meses de vida.

Embora se mostrassem evidentes as dificuldades enfrentadas por Brenda e a negação dela por um estilo de vida colocado como feminino, o psicólogo se recusou a tratar o caso como falho. John Money publicou o caso sem mencionar quaisquer aspectos negativos, com o pseudônimo de “John/Joan”, e construiu parte de sua carreira e reputação em cima dessa história, que foi apresentada como um grande sucesso. Mesmo sabendo que o experimento não havia ido ao encontro de sua teoria, através da repercussão positiva do caso, o psicólogo se tornou cada vez mais influente e utilizou dessa narrativa para se promover no meio científico.

Com o amplo reconhecimento da comunidade médica por seu trabalho e suas contribuições para o estudo do gênero, foi criado o “Protocolo Money”, que serviu como um guia para o tratamento de crianças intersexo, tendo como base as inverdades propagadas

por ele como ciência e sendo mantido, sem questionamentos, até a revelação do caso real pelos Reimer.

Com a revelação dos reais acontecimentos por parte dos irmãos Reimer e a enorme repercussão do caso, em 2002, John Money mencionou o assunto em parte de seu livro “A First Person History of Pediatric Psychoendocrinology” [Uma história em primeira pessoa da psicoendocrinologia pediátrica, tradução livre]. Em seu pronunciamento, disse que a confidencialidade médica o impedia de expor o caso, mesmo para sua autodefesa porque, se o fizesse, estaria violando os direitos de privacidade dos pacientes. Afirmou ainda que seu trabalho era fazer o máximo possível para ajudar pessoas em crise e que a narrativa apresentada pelos Reimer serviu apenas para manchar a reputação da sexologia e da ciência.

Respostas à Money

Grande parte das pessoas que comentam sobre o caso argumentam que Money publicou apenas as partes boas do experimento para que sua teoria parecesse verdadeira, ignorando seu real fracasso e propagando ideias errôneas como se fossem fatos. Em contrapartida, familiares, amigos próximos e outros profissionais que trabalharam diretamente com o psicólogo o defendem, afirmando que suas intenções ao compartilhar o experimento eram positivas e buscavam ajudar pessoas em situações difíceis e que só coisas boas constavam em sua publicação porque, até o momento dela, só coisas boas teriam acontecido. As datas, no entanto, comprovam que ele já sabia do fracasso de seu experimento antes de publicá-lo, em 1970.

Dentre as críticas recebidas pelo psicólogo, a principal constatação é a de que o caso Reimer foi utilizado para perpetuar uma falsa ciência. Em contrapartida, muitos pesquisadores afirmam que, na atualidade, os danos causados por John Money podem ser utilizados como fonte de aprendizado para jovens estudantes e para a educação dos responsáveis por crianças intersexo. Ademais, o estudo do caso Reimer, além de servir como recurso de pesquisa na área de sexo e gênero, se mostra relevante como um apoio para a formação dos conceitos éticos de todos os profissionais de saúde mental.

John Colapinto

O jornalista John Colapinto é autor de “As Nature Made Him: The Boy Who Was Raised as a Girl” [Como a Natureza o Fez: o Menino que Foi Criado como Menina], um livro baseado na história da família Reimer, cheio de críticas a John Money. Colapinto descredibiliza a teoria do psicólogo, afirmando que o gênero é algo essencialmente natural, biológico e que não pode ser socialmente construído, porque a natureza sempre prevalece na formação da identidade de gênero. A partir disso, discorre sobre como Money ter tratado David Reimer como uma menina trouxe prejuízos irreparáveis na vida dele e de toda a sua família.

Colapinto foi um dos principais críticos de John Money. Dentre suas alegações, acusava o psicólogo de ter escondido evidências de que o experimento era falho como forma de se promover, traumatizar os gêmeos Reimer durante as entrevistas e ter tido um comportamento inaceitável como cientista e clínico.

Thomas J Gerschick

Ao analisar o livro de Colapinto sobre o caso Reimer, Thomas Gerschick levanta indagações sobre a validade das afirmações que foram apresentadas para refutar a teoria de Money. Enquanto o autor baseia seu argumento na ideia de que o experimento falhou devido à determinação natural do gênero, Gerschick destaca que elementos interativos não foram devidamente contemplados nessa análise. Ele argumenta que fatores sociais também podem ter desempenhado um papel significativo na formação da identidade de gênero de Reimer. Gerschick observa, por exemplo, que nunca foi abordada a questão de como as pessoas que conheciam David quando criança o percebiam em termos de masculinidade, ou se a rejeição ao feminino decorria de uma imagem desvalorizada desse grupo.

Dessa forma, Gerschick não se posiciona como um apoiador incondicional de John Money, mas sim como um crítico da perspectiva de Colapinto, argumentando que esta não leva em consideração os elementos sociais que poderiam ter influenciado a construção da identidade de gênero.

Milton Diamond

Milton Diamond é um pesquisador e especialista em sexualidade humana que estudou a história de David Reimer, tendo sido o responsável por publicar a versão dos gêmeos sobre o ocorrido. De acordo com sua teoria, os hormônios pré-natais influenciam fortemente o cérebro e o comportamento, e são os reais

responsáveis pelo controle de uma identidade de gênero, indo totalmente contra o que era pregado por John Money. Ao comentar o caso, Diamond lamenta que tantas criações, teóricas e filosóficas, tenham sido estruturadas a partir de supostos resultados de um caso singular e não confirmado.

Wendy McKenna e Suzanne J Kessler

McKenna e Kessler lançam uma crítica fundamentada em Money, Diamond e vários outros acadêmicos, autores e pesquisadores, apontando o foco excessivo nesse caso específico e a sua utilização como a única base para inúmeras discussões acadêmicas sobre gênero. Elas argumentam que considerar automaticamente o sexo e o gênero como uma dicotomia é um erro significativo que persiste em ser perpetuado.

As autoras explicam que termos relacionados ao gênero, como orientação sexual, gênero em si e cérebro masculinizado, são componentes essenciais das características humanas. Contudo, simultaneamente, esses termos contribuem para a formação de papéis de gênero rigidamente definidos. Nesse sentido, elas afirmam que o gênero não é determinado nem pela natureza nem pela criação, mas sim que cada indivíduo cria e desenvolve de maneira única a autenticidade de seu sexo e gênero.

Além disso, McKenna e Kessler defendem a posição de Money, argumentando que se os papéis de gênero não fossem tão inflexíveis, talvez não houvesse a necessidade de Brenda se transformar em David. Essa perspectiva destaca a importância de

repensar e flexibilizar as normas de gênero para permitir uma expressão mais autêntica e individualizada do sexo e do gênero.

Leonore Tiefer

Tiefer acredita que o grande problema do caso Reimer não foi o fato de Bruce ter sido criado como uma menina e sim a realidade de ter crescido em um mundo que só permitia duas possibilidades de gênero, fazendo com que seus pais fossem forçados a enquadrá-lo em uma narrativa que acreditavam ser a ideal. Ademais, cita feministas e outros grupos que negam um sistema dividido por fatores biológicos como os verdadeiros vilões da história, por não lutarem contra uma perspectiva de mundo baseada em dois gêneros que, para Tiefer, é uma realidade cruel.

Richard C Friedman

Richard Friedman defende John Money através de uma perspectiva histórica. Ele afirma que, na época em que o caso Reimer ocorreu, a noção de que a criação poderia ser mais relevante que a natureza era algo totalmente crível. Diz que, naquele período, era comum que medidas terapêuticas heróicas fossem aplicadas e que muitos médicos acreditavam que permanecer como um menino traria uma vida de angústia a Reimer, assim, embora a mudança de gênero parecesse desafiadora, era a única alternativa que fornecia esperança à família. Dessa maneira, Friedman defende que a decisão de Money em realizar essa intervenção, considerando os fatores culturais da época, foi totalmente razoável e compreensível.

John Sloop

John Sloop argumenta que uma análise crítica do discurso médico e midiático em torno do caso revela o uso comum de signos de gênero (como roupas, cabelo, gestos e orientação sexual) por ambas as partes para respaldar suas concepções de gênero como construído ou biologicamente determinado. Ele propõe, então, a aplicação da teoria da performatividade de Judith Butler para questionar as categorias naturalizadas de gênero que sustentam a hegemonia masculina e o poder heterossexual. Além disso, busca explorar as oportunidades de performances de gênero diversas que foram "forçosamente fechadas" pelo desenrolar do caso.

Sloop também destaca a discussão dos efeitos associados à ideia de que o gênero é determinado pelo cérebro, argumentando que tal perspectiva implica na moralização dos comportamentos de gênero e na desvalorização do feminismo e dos estudos de gênero.

Variáveis analisadas

As variáveis analisadas pelo experimento são o gênero e a identidade sexual. Money defende, portanto, que o gênero tem uma influência puramente biológica e totalmente substituível por experiências pós-nascimento, e que a identidade sexual, por sua vez, se dá a partir do ambiente e das aprendizagens.

Nesse sentido, ao modificar o gênero de Bruce para fazê-lo se identificar como uma menina, o psicólogo pretende confirmar a hipótese de que o gênero é uma característica secundária e irrelevante para a formação de uma identidade sexual que se

constituiria, na verdade, das experiências vivenciadas ao longo do crescimento.

Teoria

O experimento de redesignação sexual de David Reimer foi baseado na Teoria da Neutralidade de Gênero, de John Money, desenvolvida através de estudos com pessoas intersexo. Essa teoria tinha como princípio a ideia de que o gênero de um indivíduo é essencialmente neutro e que sua formação se dá nos primeiros dois anos de vida, através das experiências, devido à plasticidade do gênero. Money acreditava, então, que qualquer menino poderia ser criado como uma menina e vice-versa, sem que isso causasse efeitos danosos aos envolvidos. Essa hipótese, no entanto, não tinha comprovação científica e precisava de um experimento para que fosse provada e utilizada no tratamento de pessoas intersexo. Assim, para John Money, o caso de Bruce e Brian Reimer parecia perfeito para essa tarefa.

Hipóteses e resultados

A hipótese de John Money era de que qualquer pessoa nascida como menino poderia ser criado como uma menina e vice-versa, sem que isso causasse efeitos danosos aos envolvidos, porque o que determina o gênero de um indivíduo é a criação que ele recebe e não sua natureza.

O resultado do experimento não se mostrou favorável a essa hipótese, visto que Bruce, nascido menino, nunca se sentiu confortável sendo criado como uma menina e disse só ter atingido

a felicidade quando voltou a ser anatomicamente masculino, mesmo que seus pais e psicólogo tenham trabalhado essa narrativa em sua mente durante mais de 10 anos.

Retratos do caso na mídia

O episódio “Boys Will Be Girls” de Chicago Hope foi inspirado na vida de David Reimer (2000);

David e sua mãe participaram de um episódio do The Oprah Winfrey Show (2000);

O livro *As Nature Made Him: The Boy Who Was Raised as a Girl* conta a história por trás do caso Reimer (2000);

O documentário *Dr. Money and the Boy With No Penis* ilustra a história defendida pela família (2004);

O episódio “Identidade” de *Law & Order: SVU* é inspirado no caso e nas alegações contra John Money (2005);

A música *Hymn of the Medical Oddity*, da banda canadense *The Weakerthans*, é sobre David Reimer (2010);

A peça *Boy* foi inspirada na vida dos Reimer (2016);

O filme *Born to be Human* conta uma história semelhante à de David (2021).

Personagens importantes

John Money

John Money nasceu em 8 de Julho de 1921 em Morrinsville, Nova Zelândia e emigrou para os Estados Unidos em 1947, concluindo seu PhD na Universidade de Harvard, em 1952. Money focou seus estudos em pessoas intersexo e foi o primeiro teórico a

se referir ao gênero, o diferenciando entre o sexo anatômico do que ele acreditava ser o sexo psicológico. A partir desse princípio, o psicólogo desenvolveu a Teoria da Neutralidade de Gênero, que considerava o gênero como algo relacionado à criação e não à natureza. Para provar essa teoria, em 1967, Money arquitetou um experimento de redesignação sexual com os irmãos David e Brian Reimer, mas os resultados não foram favoráveis às suas ideias.

Bruce/Brenda/David Reimer

David Reimer nasceu em 22 de Agosto de 1965, na cidade de Winnipeg, no Canadá, filho de Janet e Ronald Reimer. Após uma cirurgia de circuncisão malsucedida para curar uma fimose quando tinha apenas sete meses de idade, Reimer teve seu pênis irremediavelmente prejudicado. Essa circunstância o levou a se tornar parte principal de um experimento de redesignação sexual conduzido pelo psicólogo neozelandês John Money. Bruce, que assumiu o nome Brenda, passou então a ser tratado como uma menina, sob supervisão de Money. Após a revelação de sua história por parte de seu pai, pediu para ser chamado de David e assumiu uma identidade masculina.

Brian Reimer

Brian Reimer nasceu em 22 de agosto de 1965, na cidade de Winnipeg, no Canadá. Junto de seu irmão gêmeo, aos sete meses de idade, tornou-se parte de um experimento de redesignação sexual. Enquanto Bruce, seu irmão, passou a ser tratado como uma menina, Brian permaneceu como o gêmeo masculino, sendo observado para

comparações de comportamento. Ele acabou se tornando o caso controle.

Referências

BURKEMAN, Oliver; YOUNGE, Gary. Being Brenda. **The Guardian**, [S. l.], p. 01-01, 12 maio 2004. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2004/may/12/scienceandnature.gender>.

DR. Money e o Menino sem Pênis. [S. l.: s. n.], 2004. Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x5tql0s>.

COLAPINTO, John. The True Story of John/Joan. **Rolling Stone**, [S. l.], p. 54-97, 11 dez. 1997. Disponível em: http://michelle-martin.com/transgender/True_Story_of_John-Joan.pdf.

_____. **As nature made him**: the boy who was raised as a girl. New York : HarperCollins, 2000.

_____. **Sexo trocado**: a história real do menino criado como menina. São Paulo: Ediouro, 2001

DIAMOND, Milton. Biased-Interaction Theory of psychosexual development: “how does one know if one is male or female?” **Sex Roles**, v. 55, p.589–600, 2006. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11199-006-9115-y>

DIAMON, Milton; SIGMUNDSON, Keith. Sex reassignment at birth: long-term review and clinical implications. **Arch Pediatr Adolesc Med.**, v.151, n.3, p.298-304, mar 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/archpedi.1997.02170400084015>

FRIEDMAN, Richard C. Book Review. **Journal of the American Psychoanalytic Association**, v.49, n.4, agosto 2001. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/00030651010490041109>

GAETANO, Phil. David Reimer and John Money gender reassignment controversy: the John/Joan case. **Embryo Project Encyclopedia**, [s. l.], p. 01-03, 15 nov. 2017. Disponível em: <https://embryo.asu.edu/pages/david-reimer-and-john-money-gender-reassignment-controversy-johnjoan-case>.

GERSCHICK, Thomas J. Toward a theory of disability and gender. **Feminisms at a Millennium**, v. 25, n. 4, p.1263-1268, summer, 2000.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro , v. 30, n. 3, p. 409-425, dez. 2018 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000300002&lng=pt&nrm=iso. acessos em 07 out. 2023. <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n03A01>.

MCKENNA, Wendy; KESSLER, Suzanne J. Book review. **Archives of Sexual Behavior**, New York, v. 31, n. 3, p.301-306, jun, 2002). Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/e561a5f810cbd0fbaca6cc02c528236e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=48144>

MONEY, John. A First person history of pediatric psychoendocrinology. In: MONEY, John. **A first person history of pediatric psychoendocrinology**, 2002. p. 72-76. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=k4H6zhraLH0C&oi=fnd&pg=PA1&dq=reimer+%22John+Money%22&ots=DV3O6qBYLM&sig=EGdIBsFDQmHf pnVPob0lkDox7eU#v=onepage&q=reimer&f=false>.

SLOOP, John M. "A Van with a Bar and a Bed": ritualized gender norms in the John/Joan case. **Text and Performance Quarterly**, v.20, n.2, p.130-149, abril, 2000. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/55911106.pdf>

TIEFER, Leonore. Book review. **Archives of Sexual Behavior**, New York, v. 31, n. 3, p.301-306, jun, 2002). Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/e561a5f810cbd0fbaca6cc02c528236e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=48144>

WOO, Elaine. David Reimer, 38: After botched surgery, he was raised as a girl in gender experiment. **Los Angeles Times**, p. 1-5, 13 maio 2004. Disponível em:

<https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2004-may-13-me-reimer13-story.html>.

Experimento de Aprisionamento de Stanford

Mariana Souza Rodrigues

Isabella Simões da Cruz

Alice Nascimento Moraes Fernandes

Vitoria Amaral de Oliveira

Bruna Lenaz dos Santos

Evelyn de Carvalho

O experimento da prisão de Stanford foi uma investigação conduzida pelo psicólogo e professor Phillip Zimbardo, em conjunto com Craig Haney e Curtis Banks em 1971, na Universidade de Stanford, Califórnia (EUA), financiado principalmente pelo Escritório de pesquisa Naval Americana. O experimento confinou alunos-voluntários “comuns” e saudáveis, em uma simulação de prisão, divididos aleatoriamente em grupos de guardas e prisioneiros para explorar como o ambiente do cárcere pode afetar o comportamento humano. Eles buscavam analisar a percepção de papéis sociais em um ambiente prisional simulado e de como essa condição influencia no comportamento humano, podendo levar indivíduos a tendências de comportamentos autoritários, enquanto outros assumem uma atitude de submissão, de acordo com sua posição hierárquica. O experimento teve de ser interrompido com apenas seis dias, apesar de ter sido idealizado para duas semanas, devido aos resultados assustadores constatados e à preocupação com o rumo ético que a situação estava tomando. De todo modo, o estudo foi publicado em 1973, no *Journal of Abnormal Psychology*. Tornou-se um experimento amplamente

conhecido devido às suas representações no universo cinematográfico, captando o interesse do público geral.

História

Idealização

Em 1971, na Califórnia, Palo Alto, Universidade de Stanford, foi desenvolvido um experimento que tinha como objetivo obter uma melhor compreensão acerca dos mecanismos psicológicos básicos subjacentes à agressão humana. O principal investigador do estudo e condutor do experimento foi o Dr. Phillip Zimbardo, que teve sua pesquisa financiada pelo Escritório de Pesquisa Naval. A equipe de pesquisa do experimento foi formada por Phillip Zimbardo, David Jaffe, Craig Haney e Curtis Banks. Eles também estavam interessados em estudar como as dinâmicas de poder e os papéis sociais influenciam o comportamento humano, usando como base a teoria da desindividualização, criada por Gustave Le Bon em 1895. Foi questionada a ideia de que as pessoas nascem inerentemente boas ou más, argumentando que todos possuímos uma capacidade significativa de moldar nosso comportamento e escolher quem queremos ser.

As causas e efeitos de desempenhar os papéis designados foram estudados no contexto da simulação do ambiente de uma prisão. Originalmente, o experimento deveria durar duas semanas, mas foi interrompido no sexto dia.

O objetivo de Zimbardo com o Experimento da Prisão de Stanford era conscientizar sobre a necessidade de reformas prisionais ao nível psicológico. Ele queria evitar que homens que cometem crimes se tornassem desumanizados por experiências negativas na prisão, o que poderia transformá-los em criminosos piores do que eram inicialmente. Em resumo, o experimento buscava demonstrar que as prisões não são benéficas para os prisioneiros.

Método

Os guardas possuíam liberdade para implementar os procedimentos que julgassem eficientes para induzir os prisioneiros ao ambiente da “prisão”, e o único limite que foi imposto aos mesmos era que não houvesse abuso ou agressão física. Os prisioneiros encontraram-se submetidos às situações e condições da instituição a qual se voluntariaram. O comportamento dos dois grupos foi gravado e analisado como material do estudo. As formas de registro foram:

1. Transações entre e dentro de cada grupo de sujeitos, registrados através de vídeos e áudio, bem como observados diretamente.
2. Reações dos indivíduos em questionários, testes de humor, personalidade, relatórios dos turnos dos guardas e entrevistas pós-experimentais.

Setenta e cinco homens responderam a um anúncio de jornal que buscava voluntários do sexo masculino para participar de um estudo psicológico sobre a “vida na prisão” por um salário de 15 dólares por dia. A partir do grupo de 75 interessados em participar do experimento, foram selecionados 24 sujeitos que responderam a extensos questionários sobre seu histórico familiar, saúde física e mental, possíveis envolvimento em crimes e possível propensão comportamental à psicopatologia. Cada sujeito foi entrevistado pelos pesquisadores.

Aleatoriamente, metade dos sujeitos foi designada para o papel de “prisioneiros” e o restante assumiu o de “guardas”. Os voluntários eram todos estudantes universitários do sexo masculino, saudáveis e normais que estavam na área de Stanford durante as férias. Em sua maioria, eram de classe média e caucasianos (com exceção de um sujeito oriental) e todos eram estranhos uns aos outros, pois seria prejudicial ao experimento caso relações pré-existentes interferissem na pesquisa. Alguns voluntários não se envolveram no experimento, pois ficaram designados como guarda e prisioneiro “suplentes” caso fosse necessário.

Aspectos físicos da prisão

Com a finalidade de ter uma simulação fiel ao ambiente prisional, os pesquisadores buscaram consultores experientes para auxiliar na construção de um cenário “real” o bastante. O cenário foi construído no porão do prédio de psicologia da Universidade, onde as extremidades de um corredor de 35 pés foram fechadas, com uma única porta de saída/entrada da prisão, e na outra ponta

se localizava uma tela de observação onde atrás dela estava o equipamento de gravação, com espaço para os pesquisadores que observavam o experimento.

A prisão continha apenas 3 celas pequenas de 6x9 pés (1,8 por 2,7 metros), anteriormente usadas como laboratórios, que tiveram suas portas trocadas por grades de aço que continham números de identificação. Dentro das celas não havia mobília, somente colchões, lençóis e travesseiros para cada prisioneiro. O espaço “livre” no corredor era chamado de pátio, onde os prisioneiros tinham permissão para comer, praticar exercícios e andar.

Um pequeno armário (60cm de profundidade, 60cm largura, aproximadamente) foi utilizado pelos guardas como uma espécie de solitária para confinar os prisioneiros. Havia também salas que foram utilizadas como alojamento dos guardas, para trocarem de roupa ou descansar, um quarto para o “diretor” (David Jaffe) e “superintendente” (Phillip Zimbardo), além de uma sala para entrevistas e testes.

Instruções dos papéis e início do experimento

Foi informado aos participantes do experimento que seus papéis foram designados aleatoriamente e todos estavam de acordo. Os voluntários assinaram, então, um contrato que lhes garantia uma dieta minimamente adequada, roupas, moradia e cuidados médicos, além da remuneração financeira em troca de “atuar” no papel que tinham recebido durante o estudo. No contrato, também estava explícito que os prisioneiros estariam sob vigilância constante, logo,

não teriam privacidade e alguns de seus direitos civis básicos seriam suspensos. Os pesquisadores não passaram instruções para o grupo de jovens que foi sorteado para interpretar os papéis de detentos, somente que deveriam estar disponíveis em suas residências no dia que o experimento fosse iniciado.

Já os voluntários que ficaram com os papéis de guardas receberam orientações mais claras. Um dia antes dos prisioneiros serem detidos em suas casas, foi realizada uma reunião na qual os guardas foram apresentados aos principais investigadores do estudo, que também assumiram papéis dentro do experimento. O Dr. Zimbardo assumiu o papel de “superintendente” e seu assistente de pesquisa David Jaffe interpretou o “diretor” da prisão. A tarefa que os pesquisadores passaram aos guardas era que fosse mantido um “grau razoável de ordem” dentro da prisão para que seu funcionamento fosse eficaz. Foram impostos limites como agressão física, por considerações éticas e pragmáticas. O diretor passou as instruções administrativas que eram da responsabilidade dos guardas, sendo elas: seus turnos de trabalho, relatórios sobre seus respectivos turnos e a atividade de guardas e prisioneiros, relatório de “incidentes críticos” que detalhavam ocorrências fora do comum, além da administração das refeições, trabalho e programas de recreação para os prisioneiros.

Os prisioneiros foram alocados em trios para cada uma das três celas. Já os guardas se dividiam igualmente em trios, com turnos de 8 horas cada. Os guardas permaneciam na prisão simulada apenas durante seus turnos.

Os uniformes

Para fomentar a perda do sentimento de identidade e em seu lugar se instalar o anonimato, foram distribuídos uniformes para os dois grupos. No caso dos guardas, o uniforme era composto de camisas e calças cáqui simples, um apito, cassetetes de madeira e óculos de sol escuros para impossibilitar o contato visual. A cor dos uniformes tinha intenção de fazer referência aos uniformes militares, enquanto o apito e cassetete eram símbolos de controle e poder. O uniforme dos prisioneiros era formado por uma camisa grande e larga que continha seus números de identificação, sem roupas íntimas, uma corrente leve presa em torno dos tornozelos, sandálias de borracha e um gorro feito de meia-calça, além disso, não foi permitido nenhum objeto pessoal nas celas. Os uniformes buscavam causar desconforto e humilhação, simbolizando sua dependência e submissão aos guardas. Como estavam acorrentados, não era possível esquecer a opressão do ambiente. O gorro de meia-calça foi outra estratégia utilizada pelos pesquisadores para diminuir a individualidade dos prisioneiros, já que algumas pessoas costumam se expressar através do penteado, comprimento ou cor do cabelo. Os uniformes longos e folgados que se assemelhavam a “vestidos” causavam desconforto e dificultava os movimentos, os fazendo assumir posturas não familiares, de certa forma femininas - todas essas estratégias foram tomadas com o propósito de acelerar o processo de emasculação nos prisioneiros.

Rotina administrativa

Com as celas preenchidas, o diretor cumprimentava os presos e lia as regras da instituição (desenvolvidas pelos guardas e diretor), incluindo a proibição dos nomes de batismo e a utilização apenas dos números de identificação na intenção de despersonalizá-los. Essas regras eram checadas diariamente por três contagens dos indivíduos divididas em cada turno feita pelos guardas, que com o passar do experimento, foram ficando espontânea e progressivamente mais longas.

Diariamente, os prisioneiros tinham direito a três refeições, três visitas supervisionadas ao banheiro e duas horas para ler ou escrever cartas. Eles também recebiam atribuições de trabalho, recebendo certo valor por hora e acumulando 15 dólares por dia.

Semanalmente, eles recebiam dois períodos de visita, direito de assistir filmes e períodos de exercícios. Com o passar do tempo, essas características da rotina foram modificadas ou abandonadas pelos guardas, e alguns privilégios esquecidos pela equipe.

Os dias na prisão

Como o primeiro dia passou calmamente, nenhum dos experimentadores previu a revolta dos presos logo no segundo dia. Os prisioneiros arrancaram os gorros, se livraram dos números de identificação e trancaram-se dentro das celas, com as camas contra as portas. Os guardas chamaram reforços e resolveram utilizar a força para resolver a situação. Eles então dispararam nas celas com um jato de dióxido de carbono vindo de um extintor de incêndio, depois disso invadiram as celas, despindo os prisioneiros, retirando

suas camas e forçando os líderes da rebelião a solitária improvisada da prisão. Com a ameaça da revolta suprimida, os guardas decidiram utilizar "táticas psicológicas" que se constituíram em criar um grupo de prisioneiros privilegiados. O objetivo era quebrar a solidariedade entre os reclusos, que agora viam os privilegiados como "informantes", causando desconfiança entre os prisioneiros. Outro efeito da revolta foi aproximar mais os guardas, que começaram a ver a prisão simulada não como um experimento, mas sim uma prisão de fato, dessa forma aumentando o assédio e controle sobre os prisioneiros. Menos de 36 horas desde o início do experimento, um dos prisioneiros começou a demonstrar sinais de perturbação emocional aguda, choro incontrollável, raiva e pensamentos desorganizados. Mesmo com todos esses sintomas, os experimentadores hesitaram em liberar o detento, temendo que fosse uma encenação para ser libertado da prisão. O detento era o #8612 e foi libertado após uma crise. No dia seguinte, foi organizado um horário em que foram permitidas as visitas de amigos e familiares. Foi permitido aos prisioneiros que tomassem banho, se barbeassem e, então, foram obrigados a limpar e organizar suas celas, tudo com o objetivo de manipular os visitantes para que o ambiente parecesse "agradável". Os visitantes tiveram apenas 10 minutos com a vigilância de um guarda dos experimentos.

A seguinte revolta na prisão simulada foi o rumor de um suposto plano de fuga dos detentos. O rumor era de que o prisioneiro #8612, que havia sido libertado no dia anterior, iria reunir um grupo e retornar para libertar os detentos. A reação dos experimentadores foi se preocupar com a segurança da sua prisão, realizando uma reunião para discutirem como impedir a fuga. O Dr.

Zimbardo até mesmo procurou o Departamento de Polícia de Palo Alto e pediu a transferência dos prisioneiros do estudo para a antiga prisão, pedido que foi negado. O plano arquitetado pelos pesquisadores foi desmontar a prisão, obter mais guardas, acorrentar, colocar sacos e escondê-los em um depósito até que a invasão ocorresse, para então informar que o experimento tinha sido finalizado e os voluntários haviam sido libertados.

Zimbardo relata seu profundo envolvimento no personagem que interpretava, relatando a seguinte situação: seu ex-colega de quarto, Gordon Bower, pergunta a ele qual a variável independente do experimento. Zimbardo confessa ter sentido raiva a esta pergunta, pois no momento se encontrava preocupado com a possível fuga dos seus prisioneiros. Por fim, o boato se provou falso, causando frustrações nos pesquisadores e guardas. Essa frustração fez com que os guardas aumentassem o nível de assédio e humilhação sob os prisioneiros. Os guardas forçaram os prisioneiros a fazerem serviços repetitivos, como limpar os sanitários com as próprias mãos, além de obrigarem os detentos a fazer flexões, polichinelos e aumentavam a duração das contagens para várias horas cada. O Dr. Zimbardo chegou a convidar um padre que havia sido capelão prisional como consultor e entrevistador para os prisioneiros. A visita do padre confundiu ainda mais a visão dos detentos entre a simulação e a realidade.

O segundo prisioneiro foi libertado logo em seguida, após uma crise emocional, e foi quando o Dr. Zimbardo chegou até ele e disse que aquilo não era uma prisão de verdade, mas sim um experimento. No próximo dia, os pesquisadores reuniram secretários de departamento e estudantes de pós-graduação para

compor um “Conselho de Liberdade Condicional” para audiências de liberdade condicional, onde foi questionado aos detentos se renunciariam ao dinheiro que tinham ganhado até o momento em troca de sua liberdade.

O último ato de rebelião no experimento foi quando os investigadores chamaram o prisioneiro “suplente” para integrar o grupo dos detentos. Ao contrário dos detentos mais “antigos”, este novo detento se sentiu horrorizado com o tratamento e abuso de poder dos guardas, até mesmo decidindo fazer greve de fome para ser libertado. Os guardas tentaram forçar o detento a comer, e frustrados após várias tentativas fracassadas, o prisioneiro foi levado ao confinamento na solitária por 3 horas.

Na quinta e última noite, alguns dos pais entraram em contato com o Dr. Zimbardo, pedindo que um advogado fosse contratado para que seus filhos fossem soltos. Atendendo a este pedido, um advogado foi até a prisão simulada e entrevistou os detentos com perguntas padrões, mesmo sabendo que se tratava apenas de um experimento.

A simulação foi encerrada no sexto dia, de forma prematura. O Dr. Zimbardo relata ter encerrado o estudo desta forma por duas razões. A primeira foi a descoberta de que o nível de abuso que os guardas cometiam aumentava durante a noite, pois achavam que os pesquisadores não estavam observando, assim, sentiam mais liberdade para degradar os detentos como quisessem. Outro motivo foi a forte objeção de Christina Maslach, Ph.D de Stanford, em relação ao experimento. De 50 ou mais pessoas que se envolveram no estudo, ela foi a única a se revoltar e questionar a moralidade do experimento e dos investigadores. Dessa forma, a simulação da

prisão de Stanford foi encerrada. Por fim, os investigadores realizaram diversas sessões de encontros, primeiramente com todos os guardas, depois com os prisioneiros e, finalmente, com todos eles reunidos. O propósito desses encontros era relatar o que haviam observado uns nos outros e em si mesmos, a fim de compartilhar as experiências de todos, aproveitando também o momento para discutirem acerca da moral e comportamento registrados no estudo.

Produtos do experimento

Trinta e seis anos após o fim do experimento, em 2007, Phillip Zimbardo publicou o livro “Efeito Lúcifer: Entendendo como pessoas boas se tornam diabólicas”. O livro utilizou do experimento como base para pesquisas acerca dos fatores psicológicos e sociais que resultam em “atos imorais” vindo de pessoas que são consideradas “morais” ou “boas”. O livro teve uma boa recepção em questão de vendas e recebeu diversas críticas positivas.

No cinema, o experimento foi usado como inspiração três vezes, primeiro no filme alemão “Das Experiment”, o segundo foi um “remake” do primeiro, chamado “The Experiment” e lançado em 2010. Por último, em 2015 foi lançado “The Stanford Prison Experiment”.

Variáveis analisadas

O experimento da prisão de Stanford tinha a proposta de observar a dinâmica em um ambiente prisional simulado, o

comportamento tanto dos ditos prisioneiros e guardas, como seria a interação e adaptação desses grupos isolados e entre si. Eles buscavam analisar se o ambiente do cárcere, as relações de poder e submissão eram capazes de modificar a conduta de pessoas socialmente saudáveis em comportamentos disfuncionais, tão comumente observados no ambiente prisional real, como por exemplo: abuso de poder, torturas etc.

O comportamento do grupo e o desenrolar psico-cognitivo das cobaias eram analisados através de gravações de áudio e vídeo, ou sendo observados diretamente e estudados com testes psicológicos que acompanhavam o progresso - ou regresso - deles durante o experimento.

Linha teórica

A linha teórica adotada por Philip Zimbardo para a construção do experimento de Stanford é a chamada Teoria da Desindividualização. Ela foi pensada inicialmente pelo psicólogo francês Gustave Le Bon, no ano de 1895, como uma tentativa de entender o comportamento das pessoas quando elas estão sozinhas ou em grupo. Segundo ele, quando indivíduos se juntam em multidões, eles agem de maneiras que não agiriam individualmente. Isso pode incluir comportamentos destrutivos, uma sensação de impunidade e uma tendência maior a comportamentos transgressores, perdendo um pouco da própria identidade dentro do grupo.

Philip Zimbardo, inspirado por Le Bon, expandiu essa ideia em suas pesquisas. Ele explorou como a desindividualização pode

levar a comportamentos antissociais. A sua proposta de teoria da desindividualização explora como fatores internos e externos influenciam o comportamento dos indivíduos. Esses fatores incluem anonimato, responsabilidade compartilhada ou difusa, pertencimento a múltiplos grupos e uma percepção alterada do tempo. Quando esses elementos se combinam, eles criam um estado de desindividualização, no qual há uma mudança na auto-percepção e na maneira como os indivíduos veem os outros, o que resulta em uma redução da auto-observação e da preocupação com a avaliação social. Por outro lado, ele também diz que a desindividualização pode ser promovida pelo aumento da autoconsciência, levando os indivíduos a se verem como entidades distintas dentro do grupo.

Em suma, a desindividualização explorada por Zimbardo refere-se à situação em que os indivíduos agem em grupo sem uma forte percepção de sua própria identidade individual, o que pode levar a comportamentos que vão contra as normas sociais estabelecidas.

Personagens importantes

Philip Zimbardo

Philip G. Zimbardo nasceu em 23 de março de 1933 em Nova York, NY. Formou-se na Brooklyn College e concluiu seu Ph.D. em Yale, Connecticut. Philip sempre teve sua pesquisa focada em entender os fenômenos psicológicos básicos, com atual enfoque para: tempo, loucura, timidez, maldade e ação heroica. Em 1971, inspirado pelo Experimento de Milgram, realizado por Stanley Milgram, e pelo Experimento de Toyon Hall, realizado por seu

aluno David Jaffe, Zimbardo conduziu o Experimento de Aprisionamento de Stanford com a intenção de demonstrar o poder da situação social na distorção da identidade e valores morais do indivíduo, no qual ele atuou como experimentador e superintendente da prisão. Esse experimento levou o pesquisador a desenvolver o livro “The Lucifer Effect: Understanding How Good People Turn Evil” [O Efeito Lúcifer: Entendendo Como Pessoas Boas se Tornam Más] em 2007. Zimbardo foi presidente da American Psychological Association (APA) em 2001, atualmente é professor emérito de Stanford e o presidente do *Heroic Imagination Project*, organização que tem como objetivo aumentar o comportamento heroico entre pessoas comuns.

Christina Maslach

Christina Maslach nasceu em 21 de janeiro de 1946. Formou-se em Harvard-Radcliffe no ano de 1967 e concluiu seu Ph.D. em psicologia social em Stanford no ano de 1971. No mesmo ano, a pesquisadora estava concluindo seu doutorado e era colega de Craig Haney, além de estar envolvida romanticamente com Philip Zimbardo, e nesse contexto presenciou as primeiras ideias do experimento. Maslach visitou o experimento no quinto dia com o objetivo de realizar entrevistas aos guardas e reclusos e se opôs ao comportamento que presenciou na simulação. A pesquisadora foi a única dentre todas as pessoas que viram a prisão e questionar o estatuto moral do acontecimento. Maslach tem como principal foco de pesquisa o *burnout* causado pelo trabalho, e suas pesquisas levaram a Organização Mundial da Saúde (OMS) a reconhecer o

burnout como uma doença ocupacional na 11 Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11).

Craig Haney

Craig Heaney foi um importante agente do experimento, visto que ele foi um dos idealizadores junto de Philip Zimbardo e Curtis Banks. Na época, Haney era um estudante de graduação e tinha interesse em aplicar a psicologia social em questões relacionadas ao crime e punição, muito inspirado pelas lições deixadas por Stanley Milgram sobre a natureza humana. Ele também acreditava que a psicologia social poderia e deveria ser aplicada para a melhora da vida humana, e foi em um curso a respeito disso, ministrado por Zimbardo, que eles começaram a formular a ideia de um experimento baseado na estrutura de uma prisão. Haney foi o responsável pela entrevista dos participantes do experimento e nele teve o papel de “conselheiro psicológico”, o que fez com que periodicamente tivesse contato direto com os prisioneiros. Haney concluiu seu Ph.D em psicologia em Stanford, no ano de 1978. Atualmente, atua como professor de psicologia na Universidade da Califórnia, Santa Cruz, e é um especialista em condições de cárcere.

David Jaffe

Apesar de pouco creditado pelo Experimento de Aprisionamento de Stanford, David Jaffe teve um papel crucial em seu desenvolvimento. Jaffe foi responsável por conduzir um experimento que seria apresentado em um seminário para uma aula

de Zimbardo, em que simulava uma prisão em seu dormitório. Este experimento ficou conhecido como Experimento de Toyon Hall e, para isso, Jaffe fez diversas pesquisas e conheceu Carlos Prescott, um ex-presidiário que posteriormente viria a ser o consultor principal do Experimento de Aprisionamento de Stanford. Diversos elementos do Toyon Hall podem ser vistos no Experimento de Aprisionamento de Stanford. Jaffe desempenhou o papel de carcereiro no experimento conduzido por Zimbardo. Atualmente, é professor de pediatria na Washington University.

Reproduções do experimento

Os efeitos de três ambientes prisionais experimentais no comportamento de voluntários não presidiários

Em 1979, S. H. Lovibond, Mithiran e Adams ampliaram o Experimento da Prisão de Stanford, estudando os efeitos de possíveis mudanças na organização social de ambientes prisionais. Alguns aspectos do estudo replicaram o Experimento da Prisão de Stanford (por exemplo: os voluntários foram selecionados para investigar possíveis distúrbios psicológicos) e alguns não (por exemplo: os prisioneiros usavam uniformes padrão de prisão).

Três regimes prisionais experimentais foram examinados e comparados utilizando 60 voluntários não-presidiários (todos do sexo masculino), selecionados entre aqueles que responderam a um anúncio de jornal. O regime custodial padrão foi modelado com base em prisões existentes de segurança média a alta. O regime custodial individualizado, mais liberal, permitia aos prisioneiros alguma individualidade e autorrespeito, e o regime participativo

encorajava os guardas a engajarem em comportamentos construtivos e responsáveis com os prisioneiros.

Cada grupo passou quatro dias na prisão experimental e eram compostos por seis presos e quatro policiais cada um. Os três regimes diferiam significativamente no caráter das relações entre os guardas e os prisioneiros. O regime custodial padrão levou a muita hostilidade entre os prisioneiros e guardas, entretanto, os relacionamentos guarda-prisioneiros nos outros dois regimes foram benéficos e diferentes do observado no Experimento da Prisão de Stanford. Os resultados foram entendidos como mais uma evidência de que as relações hostis e afrontosas nas prisões são uma função da organização social das prisões e não das características pessoais dos participantes, contribuindo com o argumento de que a orientação e características de demanda de Zimbardo e seus co-experimentadores provavelmente desempenharam papel importante no resultado do Experimento da Prisão de Stanford.

BBC Prison Study

Em 2002, dois psicólogos sociais britânicos, Alex Haslam e Stephen Reicher, realizaram um experimento semelhante ao Experimento da Prisão de Stanford, em parceria com a BBC, que foi filmado e exibido na TV. O estudo tinha como objetivo abordar questões sobre a tirania e a resistência, revisitando as ideias levantadas por Zimbardo em seu experimento.

Para selecionar os candidatos, eles publicaram anúncios em diversos jornais britânicos que pedia a participação de homens em um experimento de Ciências Sociais que seria transmitido na TV.

322 pessoas responderam e passaram por três etapas de triagem, que abordavam critérios éticos e científicos. Após esse processo, restaram 15 homens considerados decentes.

Para garantir que guardas e prisioneiros fossem psicologicamente semelhantes, os psicólogos usaram um procedimento mais rigoroso para separar os grupos. Eles escolheram 10 homens para serem prisioneiros e 5 para serem guardas. Apesar de ser uma prisão fictícia, a diferença de status e poder era real para representar a gama de instituições de poder desigual existentes.

Os principais resultados do estudo revelaram a identificação, organização e poder de grupo. Quando as pessoas partilham de uma identidade comum, isso as levaria a objetivos e valores semelhantes. Por outro lado, quando as pessoas não têm um sentido de identidade comum, não conseguiriam chegar a um acordo sobre valores ou objetivos. Diferindo dos resultados do Experimento da Prisão de Stanford, Haslam e Reicher afirmam que os indivíduos não se adaptam cega ou inconscientemente aos papéis, ao contrário, só agem em termos de um papel quando o enxergam como parte de sua identidade.

Hipóteses e resultados

A hipótese dos pesquisadores era de que mesmo homens considerados “normais” e inteligentes, quando colocados em uma situação em que a relação de poder era bem definida, a de guardas e prisioneiros, apresentariam aumento do comportamento agressivo

no caso dos guardas e de comportamento submisso no caso dos prisioneiros.

O resultado do experimento se mostrou favorável à hipótese, visto que o comportamento de passividade dos “prisioneiros” aumentou, e o comportamento agressivo dos “guardas” foi tanto que a situação ultrapassou as expectativas Zimbardo. Houveram ocasiões em que “prisioneiros” foram soltos antes por conta de crises e outros efeitos emocionais que a experiência causou neles. A situação ficou tão fora de controle que o experimento teve que ser encerrado antes do tempo de duração que havia sido estipulado.

Críticas

Erich Fromm

O escritor e psicanalista Erich Fromm está entre os primeiros críticos do Experimento de Aprisionamento de Stanford em seu livro “The Anatomy Of Human Destructiveness” [A Anatomia da Destrutividade Humana], e levanta alguns consideráveis pontos argumentativos em sua crítica, tais como a imprecisão na formulação dos dados da pesquisa, a falta de uma avaliação autocrítica dos resultados e a falha em checar seus resultados com prisões reais do mesmo tipo.

Fromm começa a parte essencial de sua crítica comentando sobre a desnecessária imprecisão nas informações da pesquisa publicada, onde Haney, Banks e Zimbardo detalham o comportamento dos “guardas”, o que implica na tese crucial do experimento, usando palavras como “alguns” ou “poucos” para

quantificá-los. Fromm considera este um erro banal, visto que na publicação anterior do experimento, a qual teve acesso, foi dada a estimativa de um terço de guardas serem considerados sádicos.

Fromm também contesta a interpretação dos idealizadores sobre o experimento. Segundo ele, o estudo não prova que o ambiente prisional pode transformar pessoas em sádicos, na verdade, o crítico exclama que o estudo prova o contrário, visto que dois terços dos guardas não praticaram atos de sadismo por prazer pessoal, provando que não é tão fácil transformar pessoas apenas fornecendo a situação adequada. Além disso, o autor pontua que os experimentadores não levaram em consideração a diferença entre agir de acordo com regras sádicas e desfrutar da crueldade.

Fromm encontra outro problema, dessa vez na seleção dos sujeitos de estudo. Para começar, ele não acredita que a avaliação psicológica feita pelos experimentadores tenha sido suficientemente eficaz para identificar traços sádicos ou masoquistas nos sujeitos. Da perspectiva psicanalítica, esses traços de personalidade podem ser completamente inconscientes, portanto, apenas um experimentador com experiência nos processos da inconsciência poderia aplicar e interpretar os testes (projetivos) corretamente. Além disso, a completa ausência de sujeitos sem predisposições sádicas contradiz estudos citados pelo autor, os quais garantem que a porcentagem de sádicos inconscientes na sociedade não é zero. De qualquer maneira, o autor afirma que a inexistência dessa categoria indica a falha dos testes aplicados.

O autor também acredita que a dificuldade dos prisioneiros em distinguir a realidade do personagem que esses interpretavam

não aconteceu de forma orgânica. Ele indica que a confusão surge por algumas circunstâncias:

1. As condições contratuais não entraram em acordo com a realidade já que os indivíduos não poderiam esperar encontrar uma atmosfera tão degradante e humilhante quanto a da prisão encenada.
2. O envolvimento da polícia não era esperado por eles, visto a raridade da presença destes em estudos universitários, fazendo com que os sujeitos não compreendessem se estavam sendo realmente presos ou levados para a experimentação.
3. A falta de esclarecimento em relação ao abandono do experimento. O autor relata que não encontrou menções no artigo dos idealizadores informando o direito dos sujeitos em desistir do experimento e, na verdade, quando a saída foi requisitada, os pesquisadores dificultaram sua efetivação.

Segundo o crítico, é por causa destes fatores que a conclusão sobre a indistinção da realidade pelos sujeitos prisioneiros não pode ser levada em conta.

Por último, Fromm critica a falta de checagem de seus resultados em prisões reais. Para o autor, o fato de terem apenas um ex-presidiário e um padre de cadeia como consultores e testemunhas de que as evidências encontradas correspondem com o que acontece em prisões reais não é o suficiente. o crítico declara que os

experimentadores deveriam, por exemplo, fazer uma série de entrevistas com vários ex-presidiários. Além disso, conclui que os pesquisadores do projeto deveriam ter delimitado e apresentado a porcentagem de prisões equivalentes à que eles se propuseram replicar nos Estados Unidos.

Banuazizi e Movahedi

Banuazizi e Movahedi são os autores do artigo "Interpersonal Dynamics in a Simulated Prison: A Methodological Analysis". Nesse artigo, os pesquisadores se propõem a analisar criticamente os principais aspectos do Experimento de aprisionamento de Stanford e produzir uma pesquisa a fim de provar seus pontos. Eles questionam a verossimilidade da prisão simulada em comparação à realidade e as possíveis características de demanda existentes no comportamento dos sujeitos.

Os autores concordam que, morfologicamente, a prisão simulada era realmente plausível ao compará-la com uma real, porém eles trazem à luz o significado simbólico de algumas características da prisão para os sujeitos de estudo e clamam não terem sido considerados pelos experimentadores. Segundo eles, essas características podem ser interpretadas diferentemente dependendo da pessoa e do contexto que estão inseridas. Na experimentação, por exemplo, os sujeitos prisioneiros precisam usar toucas de nylon como uma adaptação das cabeças raspadas na prisão, porém, enquanto a raspagem seria "ruim" para um prisioneiro real, a touca seria um simples lembrete da permanência do sujeito em um experimento científico, algo honroso e que expõe

sua bravura. Portanto, segundo os escritores, as condições e processos de uma prisão real, replicadas funcionalmente na prisão simulada, não foram interpretadas pelos sujeitos de estudo da mesma forma que são interpretadas por prisioneiros reais.

Os escritores continuam sua crítica, comentando sobre as dificuldades de interpretação e características de demanda. Segundo eles, apesar de Zimbardo argumentar que seus sujeitos de estudo tiveram sua realidade transformada usando a situação em que dois prisioneiros aceitaram abdicar do dinheiro ganho pela liberdade condicional, os autores exclamam que os sujeitos não pedem para sair do experimento, mas sim da prisão simulada. Segundo eles, sair da prisão, seja por intermédio de fuga ou liberdade condicional, não dispensaria os sujeitos do experimento em si, visto que eles ainda estariam atuando como prisioneiros, fazendo apenas o que é senso comum sobre seu comportamento. Desse modo, os autores apontam essas como evidências de uma hipótese “ad hoc” fabricada pelos experimentadores sobre a mudança de realidade dos sujeitos. Portanto, Banuazizi e Movahedi concluem que os experimentadores falham em sua tentativa de provar a transformação da realidade dos sujeitos e a irrelevância das características de demanda em seu trabalho, por não serem capazes de distinguir a prisão simulada do experimento em si.

Haslam e Reicher

Haslam e Reicher conduziram um experimento para a BBC baseado no Experimento de aprisionamento de Stanford. No artigo “Rethinking the Psychology of Tyrann” [Repensando a Psicologia

da Tirania], eles criticam especificamente como Zimbardo conduziu o experimento. Segundo eles, a participação de Zimbardo foi de instrução aos guardas, levando-os ao sadismo quando dava instruções para acabar com a individualidade dos prisioneiros e incentivava a tomar o poder. Esse envolvimento teria, para eles, colocado em questão a validade interna de suas análises.

Carlo Prescott

Carlo Prescott foi um dos consultores do Experimento de Aprisionamento de Stanford, o qual, mais tarde, relatou ao jornal universitário Stanford Daily seu arrependimento em ter participado. Segundo ele, o experimento foi um exercício teatral feito para absolver certos indivíduos de responsabilidades por suas escolhas morais e confessa que as atitudes de sadismo dos guardas foram inspiradas por seu tempo como detento em uma prisão real, e não genuinamente ideia dos sujeitos. Considerando assim o experimento inválido e um erro pessoal.

Peter Gray

O psicólogo Peter Gray, em seu blog no site Psychology Today, leva em consideração as críticas feitas por Banuazizi e Movahedi e Carlo Prescott para construir sua própria. Assim como os citados acima, ele acredita que o comportamento sádico dos guardas foi guiado por características de demanda, e o dos prisioneiros nos primeiros dias de estudo (revoltas e planejamento de fugas), mas foram subsequentemente afetados pelas ações dos

guardas e exaustão (passividade e desejo de sair). Gray indica que o resultado seria óbvio e contesta a necessidade do experimento e, por fim, expõe sua descrença em simulações para representar experiências reais de guardas e prisioneiros.

Referências

BANUAZIZI, A.; MOVAHEDI, S. Interpersonal dynamics in a simulated prison: A methodological analysis. **Am Psychol**, [S.l.], v. 30, n. 2, p. 152–160, 1975. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fh0076835>.

FROMM, E. **The Anatomy of Human Destructiveness**. 3. ed. Michigan: Holt, Rinehart and Winston, 1973. 534 p. Disponível em: <https://archive.org/details/ErichFrommTheAnatomyOfHumanDestructiveness/page/n3/mode/2up>

GRAY, P. Why Zimbardo's Prison Experiment Isn't in My Textbook. In: **Psychology Today**. 19 out 2013. Disponível em: <https://www.psychologytoday.com/intl/blog/freedom-learn/201310/why-zimbardo-s-prison-experiment-isn-t-in-my-textbook>.

HANEY, C.; BANKS, C.; Zimbardo, P. A Study of Prisoners and Guards in a Simulated Prison. In: Warwick Organizational Behaviour Staff. **Organizational Studies: critical perspectives on business and management**. Nova York, 2001. cap 65, p.1663-1679. Disponível em: <https://www.routledge.com/Organizational->

Studies-Critical-Perspectives-on-Business-and-
Management/UniversityofWarwicksOrganizationalBehaviourStaff
/p/book/9780415215534?srltid=AfmBOopma9JFOWa14LUFK
DmG-vp9Oz6dLtKm_KzTYyjAeQTzgIr3M-KI.

LE TEXIER, T. Debunking the Stanford Prison Experiment. **Am Psychol**, [S.l.], v. 74, n. 7, p. 823-839, 2019. DOI 10.1037/amp0000401. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31380664/>.

O que é desindividuação em psicologia? Definição e Exemplos. **Greelane**, c. 2020. Disponível em: <https://www.greelane.com/pt/ci%C3%A4ncia-tecnologia-matem%C3%A1tica/ci%C3%A4ncias-sociais/what-is-deindividuation-in-psychology-4797893/>.

PHILIP G. Zimbardo. Social Psychology Network, c.2001. Disponível em: <https://zimbardo.socialpsychology.org/>.

PRESCOTT, C. The Lie of The Stanford Prison Experiment. **The Stanford Daily**, Palo Alto, 28 abr 2005. Disponível em: https://archives.stanforddaily.com/2005/04/28?page=4§ion=MODSMD_ARTICLE21#issue.

REICHER, S. D.; SPEARS R.; POSTMES T. A Social Identity Model of Deindividuation Phenomena. **European Review of Social Psychology**, v. 6, n. 1, p. 161-198, mar 2011. Disponível

em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14792779443000049>.

REICHER, S. D.; HASLAM, A. Rethinking the Psychology of Tyranny: The BBC Prison Study. **British Journal of Social Psychology**, Reino Unido, v. 45, n. 1, p. 1 - 45, mar 2006. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2006-04388-001>.

THE STANFORD Prison Experiment: a simulation of the psychology of imprisonment. Stanford Prison Experiment, 1999. Disponível em: <https://www.prisonexp.org/>.

THE STUDY. **The BBC Prison Study**. c.2008. Disponível em: <http://www.bbcprisonstudy.org/index.php?p=115>.

VILANOVA, F.; BERIA F.; COSTA, A. et al. Deindividuation: from le bon to the social identity model of deindividuation effects. **Cogent Psychology**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 1-21, abr 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23311908.2017.1308104#abstract>.

ZIMBARDO, P. G.; MASLACH, C.; HANEY, C. Reflections on the Stanford prison experiment: genesis, transformations, consequences. In: BLASS, T. **Obedience to Authority: current perspectives on the milgram paradigm**. Nova York: Psychology

Press, 1999. cap. 11, p. 207-252. Disponível em:
<https://archive.org/details/obediencetoautho0000unse/page/n9/mode/2up>.

Teste de Apercepção Temática (TAT)

Débora Pinheiro de Oliveira

Luísa Mello da Silva

Maria Formiga Menezes

Maria Luíza Marchezini Saliba

Mikaelle Vitória Sousa de Almeida

Rayca Rafaelly Pereira Siqueira Lobato

O Teste de Apercepção Temática (“Thematic Apperception Test”, TAT) é um teste projetivo utilizado para identificar emoções, impulsos, sentimentos e conflitos complexos da personalidade. Foi elaborado por uma equipe de pesquisa liderada por Henry A. Murray na Universidade de Harvard, durante a década de 1930, tendo sua descrição formal publicada pela primeira vez em 1936 pela Clínica Psicológica de Harvard. O TAT foi embasado na teoria da Personologia, também idealizada por Murray, uma teoria dinâmica da personalidade que afirma que o comportamento não pode ser entendido isoladamente do dinamismo pessoal e destaca que os comportamentos individuais são influenciados pelos cenários em que o indivíduo está inserido. O elemento central da investigação de Murray foi o fenômeno da apercepção, que envolve a interpretação subjetiva de um objeto reconhecido, influenciada pelos desejos e necessidades do indivíduo. Ele enfatizava a importância da apercepção para entender comportamento e a personalidade, propondo um mecanismo que induzisse esse processo. Murray acreditava que, ao decifrar cenários sociais complexos, o sujeito revela mais sobre si mesmo do que sobre as

situações observadas. O teste foi proposto como uma ferramenta para avaliar o conhecimento detalhado da personalidade e/ou como forma de planejar intervenções terapêuticas de curto prazo. Contudo, no Brasil, o SATEPSI (Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos) classificou, em 23/10/2023, o TAT como desfavorável para uso profissional na atual conjuntura, uma vez que suas normas e propriedades psicométricas foram consideradas vencidas.

História

Antecedentes

O Teste de Apercepção Temática foi criado ao longo da década de 1930, por Henry A. Murray, em conjunto com a equipe de pesquisa da Clínica Psicológica de Harvard, liderada por ele. Assim, o TAT nasceu do crescente interesse da psicologia na época em testes projetivos e da carência de um método mais elaborado para entender a complexidade da personalidade humana.

Nesse contexto, a inspiração inicial para Murray começar o desenvolvimento de um teste fundamentado em histórias através de figuras foi o relato de sua aluna, Cecília Roberts, que tentou explorar a imaginação de seu filho. Sendo assim, Roberts pediu que seu filho narrasse uma história sobre um dos desenhos de um livro infantil e a criança assim o fez, criando seu próprio enredo. Embora atualmente soe incomum e inadequado que profissionais da pesquisa usem seus próprios familiares como objeto de pesquisa, a filha de Murray foi uma das envolvidas em um dos primeiros experimentos dirigidos pelo psicólogo.

Vale ressaltar também que o uso de histórias como base para decifrar características psicológicas já existia antes do surgimento do TAT. O psicólogo belga André Jacquemin apontou que o instrumento anterior ao TAT foi o “Social Picture Test”, proposto por Lawrence A. Schwartz em 1932, no qual oito cartões contendo situações de delinquência e abandono eram exibidos a crianças e adolescentes com tais características. A partir das imagens, eles eram supliciados a criar histórias, o que funcionava como forma de análise e terapia.

Além disso, destaca-se a investigação de Freud sobre o inconsciente como um dos contribuintes para o aumento do interesse da psicologia em testes projetivos e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do TAT, uma vez que o psicanalista acreditava que as histórias criadas evidenciam aspectos profundos sobre o sujeito.

Entretanto, apesar da influência da teoria da psicanálise no trabalho de Murray, o TAT foi embasado e concretizado na teoria da Personologia, desenvolvida por ele. Em suma, a Personologia é uma teoria dinâmica de personalidade que aponta que um segmento do comportamento não pode ser entendido isoladamente do dinamismo pessoal e salienta os comportamentos individuais, como influenciados pelos cenários em que um indivíduo está inserido.

O conceito de apercepção

O fenômeno da apercepção, foi o elemento central da investigação de Murray. Ele diz respeito ao processo de interpretação e atribuição subjetiva de significado a um objeto

previamente reconhecido. O psicólogo apontava que esse fenômeno era influenciado por coeficientes como os desejos e as necessidades do indivíduo. Assim, Murray salienta a importância de compreender a apercepção como essencial para a compreensão do comportamento e da personalidade do sujeito. Então, Murray sugeriu a elaboração de um mecanismo que induzisse o indivíduo ao processo de apercepção, fundamentado na ideia de que quando um sujeito decifra um cenário social complexo, esse sujeito é capaz de descrever mais a si mesmo, do que descrever as situações as quais observa e relata.

Cabe apontar que o primeiro registro formal sobre o conceito de apercepção foi feito no século XVII, na obra do alemão Gottfried W. Leibniz. Para o filósofo, a apercepção se refere tanto à percepção passiva quanto à percepção ativa, sendo assim, está relacionada à autoconsciência.

Posteriormente, o conceito de apercepção é retomado como objeto de investigação científica por Wundt no final do século XIX. Segundo o alemão, esse fenômeno a apercepção é um complexo processo de esclarecimento e organização das sensações, que demanda da consciência ativa. Embora Wundt e Leibniz pensem dessa maneira, para Murray, a apercepção implica na ressignificação de um objeto já conhecido.

O teste

O Teste de Apercepção Temática é um teste projetivo usado para descobrir emoções, complexos, impulsos, sentimentos e conflitos da personalidade, revelando tendências que o paciente

pode não ter consciência ou não as admitir. Desse modo, é um importante instrumento para estudos da interpretação do comportamento, psicoses, personalidades, doenças psicossomáticas e neuroses. Este instrumento foi destacado como um teste auxiliar para o desenvolvimento de intervenções terapêuticas de tempo reduzido, quando a pessoa em que o instrumento é utilizado em questão não julga necessário ou não tem condições de fazer uma análise completa, e/ou para o entendimento mais profundo da personalidade. Nesse ínterim, o desenvolvimento de histórias usando o teste supracitado conseguiria analisar os motivos principais da personalidade e seu funcionamento no que tange à visão que os pacientes teriam de si e de acontecimentos interpessoais diferentes e amplos nos quais estes podem se envolver ao longo de suas vidas.

Assim, o TAT surge como um teste projetivo que permitiria aos psicólogos compreenderem aspectos inconscientes da personalidade de forma mais profunda e abrangente do que as medidas tradicionais vigentes até o momento, como as escalas de avaliação, que fornecem dados sobre traços de personalidade conscientes e autoavaliados. Além disso, o objetivo era desenvolver uma técnica que abrangesse cenários clínicos e de pesquisa e que permitisse uma análise qualitativa mais detalhada do indivíduo.

Em suma, o TAT nasceu da fusão de influências teóricas, interesse em métodos projetivos e a falta de um método mais complexo para entender a profundidade da personalidade humana, contribuindo para a evolução da compreensão da psique humana. A primeira descrição formal do teste foi feita em 1936 e seu manual foi oficialmente lançado em 1943, após a terceira revisão. No Brasil,

o teste foi aprovado pelo SATEPSI em 23/10/2003, mas é considerado desfavorável desde 23/10/2023 devido a não atualização do material.

Relevância

TAT foi adicionado no emblemático artigo “Projective Methods For the Study of Personality” [Os Métodos Projetivos para o Estudo da Personalidade], de Lawrence K. Frank, em 1939, como um exemplo deste tipo de ferramenta, e se consagrou como instrumento de estudo e pesquisa da personalidade nos Estados Unidos, seu país de desenvolvimento, e mundialmente.

Além disso, o teste alcançou notável fama entre os psicólogos clínicos e nos programas de capacitação de psicólogos norte-americanos sendo, desde então, considerado um dos cinco testes psicológicos mais utilizados no mundo.

Entretanto, ao mesmo tempo em que se mostrou uma ferramenta promissora, a ausência de uma uniformização em sua utilização impede a fixação de seus elementos como instrumento de análise, convertendo-o no “prazer do clínico e o pesadelo do estatístico” (Vene, 1981), ou seja, é considerado adequado para um profissional clínico devido à sua profundidade, mas é um desafio para um estatístico, por conta das dificuldades de quantificação e padronização dos dados envolvidos. Atualmente, o TAT ainda é foco de discussões acerca de sua singularidade como método de avaliação psicológica, assim como sua capacidade e restrições nesse sentido.

Diante disso, Murray afirma, no “Manual do Teste de Apercepção Temática” de 1943, que o futuro do TAT se segura na possibilidade de aperfeiçoar o intérprete, apontado por ele como o objeto esquecido da psicologia, mais do que aperfeiçoar o material, o que estimulou que diversos estudiosos dessem continuidade nos estudos de Murray, além da elaboração de diferentes sistemas de codificação e interpretações do TAT e de outros testes.

Personagens Importantes

Henry A. Murray

Henry Alexander Murray, norte-americano nascido em 18 de maio de 1893 na cidade de Nova York, formou-se em artes na Universidade de Harvard, com um trabalho em história. Posteriormente, estudou medicina e exerceu seu mestrado de biologia na Universidade de Columbia, além do doutorado em bioquímica pela Universidade de Cambridge. Murray, então, tornou-se diretor da Clínica Psicológica de Harvard, onde dedicou-se por 40 anos ao estudo da imaginação e organização da personalidade humana.

Arquitetou um sistema de psicologia chamado Personologia, cujo objetivo é compreender a complexidade e a singularidade da personalidade humana. No ano de 1935, Murray e Christiana Morgan, sua assistente, desenvolveram juntos uma conceituação de apercepção para o período, referindo-se à metodologia de exibição de figuras hipotéticas em um alento objetivo, efetuando, a partir do conceito, o Teste de Apercepção Temática. Logo após, Murray publicou a obra "Explorações na Personalidade" - teoria clássica da

psicologia - que inclui uma descrição do TAT e a teoria da Personologia.

Contudo, Henry faleceu em 23 de junho de 1988 aos 95 anos na cidade de Cambridge, em Massachusetts, deixando suas contribuições ao estudo da psique.

Christiana Morgan

Christina Drummond Morgan nasceu na cidade de Boston, em Massachusetts, em 1897. Morgan se formou em um curso de auxiliar de enfermagem na cidade de Nova York e atuou na área em diversos hospitais de Massachusetts.

Em meados de 1926, Morgan migra para Zurich, na Suíça, para ser analisada por Carl Jung, que, durante a década de 1930, veio a usar materiais produzidos por sua paciente em seus seminários. Assim, no final de 1926, Morgan retorna à Boston e inicia suas pesquisas na Clínica Psicológica de Harvard junto de seu parceiro de trabalho e de vida, Henry Murray.

Morgan faleceu em 1967 e deixou contribuições significativas no campo da psicanálise e nos estudos dos métodos projetivos.

Martin Mayman

Martin Mayman nasceu em Nova York, nos Estados Unidos, em 1924. Doutor em psicologia clínica, também foi professor na Universidade de Michigan e foi codiretor da Clínica de Psicologia nessa universidade.

A pesquisa de Mayman era focada em avaliações de personalidade, testes psicológicos e técnicas projetivas. Dessa forma, o psicólogo e seus estudos contribuíram com os de Murray para o aprimoramento do Teste de Apercepção Temática. O livro “Diagnostic Psychological Testing” [Testagem Diagnóstico Psicológico], publicado por Mayman em 1969, colaborou com o TAT e outros testes ao abordar sobre a aplicação e interpretação desses em contextos clínicos.

Em 1997, Mayman se aposentou e veio a falecer em 1999, deixando um valioso legado para o estudo da psicologia clínica em diversos aspectos.

Silvan S. Tomkins

Silvan Solomon Tomkins nasceu no ano de 1911 nos Estados Unidos da América, estudou inglês, filosofia e psicologia na Universidade da Pensilvânia, onde fez mestrado e doutorado.

Durante o pós-doutorado, mudou-se para a Clínica Psicológica de Harvard, onde iniciou seu trabalho sobre personalidade com Murray. Partiu para o estudo da psicanálise e foi coautor junto de Henry em 1943, da obra "Psicopatologia Contemporânea: Um Livro de Referência". Após 4 anos, em 1947, redigiu e publicou "O Teste de Apercepção Temática: A Teoria e Técnica de Interpretação" em conjunto com sua segunda esposa, Elizabeth Tomkins, e faleceu aos 80 anos, também nos EUA.

Materiais

O Teste de Apercepção Temática é composto pelo manual de sua determinada edição e 31 pranchas com gravuras.

Manual

O manual contém histórico, fundamentos teóricos, método, administração, análise e interpretação das histórias, interpretação da pontuação, estudos de validade no Brasil, discussão dos resultados.

Pranchas

Além disso, o teste conta com 31 lâminas com imagens em preto e branco, isto é, cartões com imagens que podem conter pessoas (do mesmo sexo ou de sexos diferentes, podendo ser da mesma geração ou de gerações distintas), ações, lugares ou figuras não humanas, tendo em vista que apenas o cartão 16 é completamente em branco, pois visa a criação de uma história que independe de uma figura. Segundo H. Murray, as pranchas não apresentam temas específicos e apresentam contornos imprecisos e impressões difusas. O criador do teste defende que as gravuras se trata de situações humanas clássicas e, conforme Vica Shentoub, docente da Universidade Paris Descartes, no “Teste de Apercepção Temática (TAT) Teoria e Método”, essas imagens tratam de situações suscetíveis a reativar conflitos universais.

Ademais, vale ressaltar que normalmente não são utilizados todos os cartões disponíveis e que, na classificação dos cartões, são utilizadas as letras iniciais dos grupos abordados no teste em suas

respectivas línguas, tendo em vista que há adaptações do teste em diferentes nacionalidades, assim como números para identificar os destinatários das pranchas, pois há uma divisão em alguns conjuntos de imagens, de acordo com o sexo e a idade do paciente.

Na edição para o Brasil, é adotada a seguinte convenção:

Em relação aos cartões universais se usa apenas o número, entretanto, para mulheres, homens, crianças do sexo feminino (menina) e crianças do sexo masculino (rapaz), utiliza-se o número seguido das respectivas letras: F, H, M e R.

Pranchas/cartões utilizados no teste

É importante elencar alguns cartões que são utilizados no teste, sendo eles:

1: Um menino está contemplando um violino que está sobre uma mesa à sua frente.

2: Cena campestre: em primeiro plano uma jovem com livros nas mãos; ao fundo, um homem trabalha no campo e uma mulher mais velha observa.

3RH: No chão, encostado em um sofá, está a forma encolhida de um menino com a cabeça apoiada no braço direito, ao lado dele, no chão, está um revólver.

3MF: Uma jovem está de pé, com a cabeça baixa, o rosto coberto com a mão direita. Seu braço esquerdo está esticado para a frente contra uma porta de madeira.

4: Uma mulher segura os ombros de um homem cujo rosto e corpo estão virados para o lado, como se ele estivesse tentando se afastar dela.

5: Uma mulher de meia-idade está parada na soleira de uma porta entreaberta, olhando para uma sala.

6RH: Uma senhora idosa e baixa está de costas para um jovem alto. Este último olha para baixo com uma expressão perplexa.

6MF: Uma jovem sentada na beira de um sofá olha por cima do ombro para um homem mais velho com um cachimbo na boca que parece estar se dirigindo a ela.

7RH: Um homem de cabelos grisalhos está olhando para um homem mais jovem que olha taciturno para o espaço.

7MF: Um homem mais velho está sentado num sofá ao lado de uma menina, falando ou lendo para ela. A menina, que segura uma boneca no colo, desvia o olhar.

8RH: Um adolescente parece fora de cena. De um lado é visível o cano de uma espingarda e, ao fundo, a cena obscura de uma operação cirúrgica, como uma imagem-devaneio.

8MF: Uma jovem está sentada com o queixo apoiado na mão, olhando para o espaço.

9RH: Quatro homens de macacão estão deitados na grama aparentando estarem relaxados

9MF: Uma jovem com uma revista e uma bolsa na mão olha por trás de uma árvore para outra mulher em um vestido de festa correndo pela praia.

10: A cabeça de uma jovem apoiada no ombro de um homem.

11: Uma estrada que contorna um abismo profundo entre altas falésias. Na estrada ao longe há figuras obscuras. Projetando-se

do penhasco rochoso de um lado está a longa cabeça e pescoço de um dragão.

12H: Um jovem está deitado na carruagem com os olhos fechados. Inclinado sobre ele está a forma esquelética de um homem idoso, com a mão estendida sobre o rosto da figura reclinada.

12F: O retrato de uma jovem. Uma velha estranha com um xale na cabeça está fazendo uma careta ao fundo.

12RM: Um bote abandonado que está ao lado de uma árvore na margem de um rio.

13HF: Uma jovem está de pé com a cabeça enterrada em seu braço. Atrás dele está a figura de uma mulher deitada na cama.

13R: Um menino sentado na soleira de uma casa de madeira.

13M: Uma menina subindo as escadas.

14: A silhueta de um homem (ou mulher) contra uma janela brilhante. O resto da imagem é totalmente preto.

15: Um homem magro com mãos cerradas está parado entre lápides.

16: (Cartão em Branco)

17RH: Um homem nu está agarrado a uma corda. Ele está no ato de subir ou descer.

17MF: Uma ponte de água. Uma figura feminina se inclina sobre a grade. Ao fundo estão edifícios altos e pequenas figuras de homens.

18RH: Um homem é agarrado por trás por três mãos. A figura dos seus antagonistas é invisível.

18MF: Uma mulher tem as mãos apertadas contra a garganta de outra mulher que ela parece estar punindo de costas no corrimão de uma escada.

19: Uma imagem estranha de formações de nuvens pairando sobre uma cabana coberta de neve no campo.

20: A figura mal iluminada de um homem (ou mulher) na calada da noite encostado em um poste de luz.

Folha de análise

Sendo assim, vale ressaltar a utilização de uma folha de análise para auxiliar a progressão do teste, isto significa, organizar os dados obtidos. De modo geral, a folha de análise se divide em três partes: a primeira Procedimentos presentes se subdividindo em outras cinco intitulações, a segunda Avaliação das modalidades de funcionamento mental com três tipos de resultados e a terceira Hipótese sobre a organização estrutural. Para saber mais sobre a folha de análise, consulte o tópico “Modo de avaliação”.

Constructo Avaliado

O constructo avaliado no teste é, primeiramente, o conhecimento aprofundado acerca da personalidade e suas características marcantes, que com a ajuda dos estímulos, revelam tendências, emoções e conflitos, que são inibidas pelo paciente inconscientemente e como ele se organiza e desorganiza em relação a eles.

Quanto à personalidade, para Murray e ao criar o teste, ela não era uma descrição do comportamento do sujeito, mas sim uma abstração formulada pelo teórico, definindo-a como um compromisso entre os impulsos do indivíduo e as demandas do ambiente.

Apesar do constructo de maneira geral abordar a personalidade, cada prancha/desenho permite que sejam avaliados, também, conceitos mais específicos a partir dos estímulos e das histórias contadas. Sendo os mais comuns de acordo com cada prancha:

1: Relações com a autoridade (reações às mesmas) e aspirações, objetivos, dificuldades e realizações (comum em pacientes ambiciosos).

2: Relações familiares, percepção do ambiente, nível de aspiração e atitude frente aos pais. Podem ainda ser abordadas as relações heterossexuais, associações aos papéis femininos (maternidade versus realização profissional) e o conflito razão versus emoção.

3RH: Associações referentes a tristeza, abandono, desespero, depressão e suicídio.

3MF: Áreas do desespero e da culpa.

4: Conflitos nas relações heterossexuais como abandono, traição e ciúmes e a relação controle versus impulso (pode sugerir dificuldades do paciente em sua vida matrimonial).

5: Imagem da mãe-esposa, atitudes antissociais e, ou, reações ao inesperado.

6RH: Relação com a figura materna (dependência-independência, abandono-culpa).

6MF: Relação com a figura paterna.

7RH: Atitude frente da figura paterna, eventualmente conteúdos homossexuais podem aparecer, a atitude do paciente frente à terapia e os indícios das tendências antissociais.

7MF: Relação com a figura materna e pode ser investigada a problemática em relação à maternidade.

8RH: As histórias podem revelar as tendências agressivas do paciente.

8MF: Podem ser feitas associações referentes aos conteúdos devaneios e conflitos atuais (pode ser feita uma comparação com a prancha 14).

9RH: Atitudes frente ao ócio e trabalho, sentimentos quanto à própria capacidade e possibilidade de atuação. Também são abrangidas áreas da relação em grupo e a homossexualidade.

9MF: Espionagem, culpa, perseguição e rivalidade feminina são abordadas, assim como atitudes frente ao perigo, desconhecido e proibido.

10: Conflitos do casal e atitude frente à separação, projetando favorecidamente relações heterossexuais satisfatórias.

11: O estímulo oferecido por essa prancha é um dos mais indefinidos da série, mas sendo a temática mais frequente a atitude do sujeito frente ao perigo e a maneira como ele experimenta a ansiedade.

12H: Revelam na, maioria das vezes, a atitude do paciente em relação aos homens adultos e o papel da impotência e passividade na sua personalidade. Nesse sentido, pode-se revelar atitude frente à terapia, à própria situação do teste e a figuras de autoridade.

12F: Revelam atitudes na relação mãe-filha, no casamento e na ansiedade frente ao envelhecimento.

12RM: Evocam as fantasias desejadas

13HM: A prancha comumente aborda a atitude do paciente frente a mulheres, sexo, e sobre o sentimento de culpa, a atitude frente ao alcoolismo e a agressividade.

13R: Evoca as carências, expectativas, solidão e abandono.

13M: As temáticas são semelhantes as mesmas dos meninos.

14: Os temas mais frequentes são a contemplação, a aspiração e o autoquestionamento.

15: A relação com morte, castigo e culpa são abordadas (segundo Murray a pessoa morta representa alguém que o paciente dirige sua agressividade).

16: Como o estímulo é em branco o paciente precisa se projetar totalmente, mas as temáticas gerais referem-se geralmente às necessidades mais urgentes dele.

17RH: As histórias estão comumente associadas a desejos de reconhecimento, exibicionismo e narcisismo.

17MF: Sentimentos de despedida e a tendência do paciente em manter a esperança ou ceder ao suicídio são provocados evocando temas como a frustração, depressão e suicídio.

18RH: Temáticas referentes a vícios e males físicos podem surgir.

18MF: Relações entre figuras femininas, mãe, filha, irmã ou mulheres no geral e podem aparecer sentimentos de inferioridade e reação a submissão.

19: Conteúdos referentes à necessidade de amparo e proteção em determinados ambientes são os mais comuns.

20: O fechamento do protocolo indica as principais aflições e perspectivas do paciente.

Modo de Avaliação

Método

O TAT possui um critério de avaliação composto por cinco fatores, são eles: Rigidez, Labilidade, Inibição, Comportamento e Emergência dos processos primários. O procedimento consiste na apresentação de alguns dos cartões disponíveis para o examinado em duas sessões diferentes, com um intervalo de pelo menos um dia entre elas, enquanto o aplicador — instruído a manter-se neutro, evitando dizer que é uma oportunidade para o uso livre da imaginação — solicita que histórias particulares sejam criadas para cada figura, suscitando sentimentos complexos e tendências inconscientes.

Dispondo do discurso do paciente sobre as imagens expostas, o examinador deve realizar um apuramento das histórias, auxiliado pelo conceito de herói, com o desígnio de perceber os estímulos e as correlações que levaram o sujeito a criar tais situações. Ao fim do protocolo de aplicação do instrumento, uma folha de análise é preenchida com a inquirição do aplicador de acordo com os cinco fatores pré-estabelecidos, atingindo o resultado do teste. A versão da folha de análise de 1983, possui uma divisão de três partes, são elas: Procedimentos presentes, Avaliação das modalidades de funcionamento mental e Hipótese sobre a organização estrutural.

Procedimentos presentes

Na primeira parte da folha, estão presentes os procedimentos que se referem aos mecanismos neuróticos, ou seja, os conflitos intersistêmicos, os fatores das séries de A e B estão relacionados com o conflito intrapessoal.

Nos fatores da série A (Rigidez), é avaliado em duas partes (A. 1 e A. 2) o que molda as histórias, além do repertório utilizado, como referências literárias, culturais, sociais, senso comum e sonhos (A. 1) e como a história é contada, sendo consideradas as descrições, formas de utilização língua, hesitações e comportamentos diversos na fala (A. 2).

Nos fatores da série B (Labilidade), avalia-se em duas partes (B.1 e B.2) de formas não tão distintas a construção da história, o que existe nela e a interpretação do que foi construído. Dessa forma analisa-se a presença de teatralismo, diálogos, fantasias pessoais, personagens, representações de estados emocionais, tipo de valor dado ao final das histórias, estilo, relações e presenças de temas de medo e catástrofe de forma dramatizada.

O procedimento C revela os mecanismos ligados à angústia e à fuga fóbica. Nos fatores da série C (Inibição), é avaliado como o paciente se sente ao contar a história e os pontos negativos do seu comportamento. As modalidades “N” são observadas em pacientes com problemas ligados ao narcisismo e as respostas da modalidade do tipo “M” estão ligadas a mecanismos antidepressivos.

O procedimento D está relacionado ao comportamento físico do paciente com decorrer da história que atesta determinadas

ocasiões de mentalização. Os fatores da série D são chamados de Comportamento.

Os procedimentos E avaliam os pensamentos em processos primários como deformações do real, projeções e separações, atestando a falha do pensamento secundário e da vigilância. Os fatores da série E são chamados de Emergência dos processos primários.

Avaliação das modalidades de funcionamento mental

A segunda parte está relacionada ao conceito de Legibilidade que considera as relações dinâmicas das diversas modalidades do funcionamento mental e na introdução da abordagem da terceira parte da folha que discute a hipótese sobre a organização estrutural.

A Legibilidade pode ser de três tipos diferentes: Tipo 1 (Legibilidade mais), Tipo 2 (Legibilidade mais ou menos) e Tipo 3 (Legibilidade menos ou mais ou menos). Cabe ao aplicador do teste avaliar qual tipo o paciente atingiu de acordo com os pré-requisitos definidos para cada Legibilidade pela folha.

Hipótese sobre a organização estrutural

A última parte da folha, avalia os elementos colocados na ficha, desta forma, relacionando-se com a segunda parte do teste e na integração dos conteúdos das narrativas, levando em consideração três elementos diferenciais: natureza da angústia, natureza do conflito e tipo de relação de objeto dominante.

É importante ressaltar que a problemática singular do sujeito não é considerada nessa última parte da avaliação e sim discutida durante a construção de cada uma das narrativas e antes, se preocupando se o paciente simbolizou o conteúdo da imagem, de sua própria maneira, e caso não, o que fez ele a substituir.

O herói

O conceito de herói surge para facilitar a análise das histórias contadas, uma vez que ele é o personagem com o qual o avaliado se identifica, em sua maioria, é aquele do mesmo sexo e mesma idade, em geral, está retratado na prancha e desempenha o papel principal no drama. Podem existir mais de um herói em certos casos.

Os heróis são caracterizados pelo psicólogo de acordo com atributos como superioridade e inferioridade. Ao descrever as reações dos heróis, o aplicador pode analisar o comportamento condizente com o que pretende saber sobre o sujeito. É empregada uma lista com estados internos/emoções (abatimento, conflito, instabilidade emocional) e necessidades (agressão, ajuda, degradação), classificada em conformidade com as motivações de certa atividade. Originalmente, a força das emoções manifestadas era computada por uma escala, entretanto, o sistema de pontuação foi pouco utilizado, sendo assim, trocado pelo sistema de interpretação.

As forças do ambiente do herói (pressões) são consideradas pelo avaliador que deve observar a natureza das situações, concentrar uma atenção especial aos objetos que não constam nas pranchas, ou seja, que foram inventados, e marcar os traços

recorrentes das pessoas com quem o herói se relaciona. Algumas pressões podem ser: afiliação, agressão, ajuda e dominância.

Ao final das percepções sobre o protagonista, os eventos de necessidade e pressão devem ser analisados pelo psicólogo junto das dificuldades que o herói passa. A relação entre uma necessidade, uma pressão e o desfecho formam um tema simples, combinações desses temas são chamados de temas complexos - enredo, motivação e tema que auxiliam na avaliação.

Contextos de Utilização

Cramer, psicóloga estadunidense famosa por seus livros “Protecting The Self: Defense Mechanisms in Action” [Protegendo o Self: Mecanismos de Defesa em Ação] e “The Development of Defense Mechanisms” [O Desenvolvimento de Mecanismos de Defesa], além do que diz respeito ao teste, “Storytelling, Narrative and The Thematic Apperception Test” [Contação de História, Narrativa e o Teste de Apercepção Temática], em seus estudos relacionados ao TAT, afirma que o histórico das pesquisas que utilizaram o teste nos Estados Unidos pode ser descrita em “ondas” de interesse em relação ao instrumento, onde uma série de estudos são publicados em pouco tempo. A primeira “onda” teria acontecido nos anos 40 e início dos anos 50, caracterizada por trabalhos descritivos e teóricos em sua maioria. A segunda onda surgiu no início dos anos 60, tratando-se predominantemente de estudos metodizados, com foco no suporte empírico e maior rigor psicométrico.

O histórico mais antigo de pesquisa com o TAT são os estudos relacionados a tipos de necessidades ou motivação pessoal (segundo a proposta da Personologia de Murray), desenvolvidos por David McClelland e John Atkinson nos anos 40. Em experimentos seguintes, Atkinson e McClelland passaram a utilizar o teste como impulso para pesquisas sobre as relações entre motivações, e posteriormente, sobre a apercepção. Esses pesquisadores mostraram a subida da presença de temáticas de privação de alimento nas histórias do TAT de indivíduos com tempos divergentes sem comer (1, 4 e 16 horas), de acordo com o aumento do tempo de privação. Os outros trabalhos de tais pesquisadores buscavam uma medida mais padronizada usando o TAT para a necessidade de realização (ou nAch) o que concedeu o amadurecimento subsequente sobre outras motivações com o mesmo método. Em suma, consistia na rememoração de um motivo e o apontamento estudado de sua presença nas histórias criadas a partir dos cartões do teste através da comparação de itens das narrativas de conjuntos em diferentes posições do mesmo motivo. Tais estudos, sobre a necessidade de poder, afiliação e intimidade são descritos por Cramer e Winter (psicólogo clínico, PhD pela Universidade de Michigan).

Outras linhas de pesquisa que utilizaram o TAT, também trabalhadas por Cramer e Winter, trouxeram temas como a autodefinição, estilos de adaptação a eventos de vida importantes, motivações sexuais (sua expressão ou repressão nas histórias), estilos de maestria egóica para o enfrentamento do estresse, e o medo de obter sucesso.

No Brasil, o contexto em que o teste é mais utilizado está relacionado a apresentações de características sobre a personalidade de populações específicas e/ou situações particulares. Mais recentemente, o TAT foi aplicado em adolescentes em depressão e com câncer, usuários abusivos de substâncias psicoativas, indicação para cirurgia cardíaca de implante valvar e transplante de medula óssea, pacientes com câncer de mama e do aparelho digestório, transtorno de personalidade borderline, adolescentes grávidas em hospital geral, em pesquisas na área da saúde em relação a escolha da Medicina para os alunos do curso e para o entendimento de características psicológicas de pessoas com quadros como insônia crônica. Em cenários jurídicos, o teste em destaque foi utilizado em pesquisas sobre pessoas em processos por disputa de guarda.

Ainda existem outras pesquisas brasileiras — teses e dissertações — em que o teste foi aplicado. Em suma, o TAT foi adotado em estudos sobre representações de maternidade e paternidade, rotina de mulheres grávidas, vínculos conjugais, características de personalidade de idosos 80+, movimentos oculares de pessoas com esquizofrenia, estudos experimentais em psicologia evolucionista e representações sociais de adolescentes e adultos em condições de reclusão ou aprisionamento. Nesse contexto, Souza modificou cartões do TAT ao adicionar imagens de troca de moedas ou elas em si com a intenção de estudar a percepção do dinheiro em técnicas aperceptivo-temáticas, e por fim, Simpson, Miranda, Azevedo e Fugerato discutiram ponderações relacionadas a utilização de estímulos que tiveram o TAT como base, e na realização de Desenhos-Estórias como maneira de acessar representações sociais do envelhecimento humano.

Críticas

Eficácia do teste

O Teste de Apercepção Temática (TAT), apesar de sua longa história e popularidade, não escapou de críticas que levantaram preocupações fundamentais sobre sua eficácia como ferramenta de avaliação psicológica. O principal tópico criticado por pesquisadores franceses e americanos foram os desafios enfrentados devido à falta de padronização, gerando dificuldades pela ausência de uma teoria unificada sobre os funcionamentos mentais específicos avaliados pelo TAT. A falta de uma metodologia homogênea para administração e interpretação do teste pode levar a resultados inconsistentes e subjetivos, tornando-se um ponto negativo para o desenvolvimento eficiente de pesquisas. Assim, o TAT revelou-se uma ferramenta complexa de lidar, tanto em pesquisas quanto em clínicas, devido à falta de uma abordagem consistente em sua aplicação.

Seguindo essa linha de raciocínio, uma crítica significativa ao Teste de Apercepção Temática (TAT) diz respeito à subjetividade na interpretação das respostas. Devido à natureza aberta e interpretativa do teste, as respostas dos participantes são frequentemente analisadas de forma subjetiva pelo examinador. Essa subjetividade pode resultar em interpretações tendenciosas e inconsistentes, comprometendo a validade do teste como ferramenta de avaliação psicológica. A falta de critérios objetivos para interpretar as respostas do TAT pode levar a uma variabilidade significativa nos resultados entre diferentes examinadores,

dificultando a obtenção de conclusões consistentes e confiáveis sobre a saúde mental e emocional dos indivíduos testados. Portanto, a subjetividade na interpretação das respostas do TAT representa uma crítica importante que deve ser levada em consideração ao avaliar a eficácia e a utilidade do teste.

Escassez de estudos

Outra crítica importante é a escassez de estudos sobre o TAT. Nesse contexto, é necessário realizar mais pesquisas utilizando o teste, com uma revisão crítica dos estudos brasileiros já realizados. Utilizando a base de dados BVS-Psi para localizar artigos relevantes, percebe-se uma falta de estudos sobre as características psicométricas do teste, com exceção de um trabalho realizado por Silva (1983), incluído no manual do TAT (Murray, 1943/2005). Este estudo discute o fato de que os cartões do TAT são antigos, mas sugere que isso não afeta a resposta das pessoas aos estímulos, independentemente de os cartões serem originais ou modernizados. A falta de pesquisas recentes sobre o TAT destaca a importância de dedicar mais esforços nessa área.

Essas críticas são amplamente citadas em artigos sobre o teste, pois comprometem significativamente seu avanço para torná-lo mais eficaz. Por esses e outros motivos, o TAT é atualmente classificado desfavoravelmente para uso profissional pelo SATEPSI (Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos), uma vez que teve suas normas e propriedades psicométricas consideradas vencidas. Para que o teste possa voltar a ser utilizado, é necessário resolver seus fatores limitantes por meio de novos estudos, o que ressalta a

importância de pesquisas específicas sobre o TAT para resolver seus problemas e permitir seu uso profissional adequado no futuro.

Referências bibliográficas

CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Satepsi**. Brasília, DF: 2023. Disponível em: <https://satepsi.cfp.org.br/testesDesfavoraveis.cfm>.

Christiana Morgan papers. Boston: Francis A. Countway Library of Medicine, c.2002. Disponível em: <https://hollisarchives.lib.harvard.edu/repositories/14/resources/4558>.

FERNANDES, I. B. O Teste de Apercepção Temática (TAT): teoria e método de v. shentoub. apresentação de seis narrativas. **Revista Portuguesa de Psicologia**, Lisboa, v. 22, n. 22, p. 111-131, 1985. DOI https://www.google.com/url?q=https%3A%2F%2Fdoi.org%2F10.21631%2Frp22_111&sa=D&sntz=1&usg=AOvVaw14FyeqHfT_MCHT4Nz8A0Ly.

FOWLER, G. Henry A. Murray Is Dead At 95; Developer Of Personality Theory. **The New York Times**, 24 jun 1988. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1988/06/24/obituaries/henry-a-murray-is-dead-at-95-developer-of-personality-theory.html>.

FRANK, A. J.; ELIZABETH, A. W. **A Silvan Tomkins Handbook: Foundations for Affect Theory**. 1. ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2020. 217 p. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/book/78624>.

HENRY Murray. In: *Encyclopædia Britannica*. Reino Unido. Disponível em: <https://www.britannica.com/technology/measurement>.

LEONARDI, J. L. Breves considerações sobre a concepção do objeto de estudo da Psicologia para Wundt e para Brentano. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 1-15, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100002&lng=pt&nrm=iso.
Martin Mayman papers. Michigan: Bentley Historical Library, c.2010. Disponível em: <https://findingaids.lib.umich.edu/catalog/umich-bhl-027>.

PARADA, A. P. BARBIERI, V. Reflexões sobre o uso clínico do TAT na contemporaneidade. **Psico-USF**, São Paulo, v. 16, n. 1, p.117-125, jan/abril 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/wwwR9fHbK4J3vNJh8g7PTpn/#>.

PEREIRA, J. O. **A projeção tem cor?: uma discussão sobre a ausência de pessoas negras no teste de apercepção temática, à luz da psicanálise**. 2020. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Disponível em:

<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26296>.

PINTO, E. R. Conceitos fundamentais dos métodos projetivos.

Ágora, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 135–153, jan 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982014000100009>.

SCADUTO, A. A. **O Teste de Apercepção Temática (TAT) em Adultos**: dados normativos para o sistema morvaliano. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI 10.11606/T.59.2016.tde-11052016-104942. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-11052016-104942/pt-br.php>.

SCADUTO, A. A.; BARBIERI, V. Em defesa do TAT: uma revisão crítica das pesquisas sobre o teste no Brasil. **Aval. psicol.**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 299-305, 2013. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000300004&lng=pt&nrm=iso.

SHENTOUB, V. Teste de Apercepção Temática (TAT). Teoria e Método. **AP**, Porto, v. 1, n. 1, p. 23-30, 1983. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.12/2083>.

TAT: Manual de Aplicação e Avaliação. São Paulo: Valor do Conhecimento, 2020. Disponível em:
<https://www.valordoconhecimento.com.br/produto/tat-manual-de-aplicacao-e-avaliacao-87266?srsltid=AfmBOoo0n-AxNcId6zeW2ntqXxjl90wkRWXjq5R9tv5CzKO68ueU4hm8>.

John E. Douglas

Júlia Lombardi Carneiro

John Edward Douglas nasceu em 18 de junho de 1945, no condado de Brooklyn, em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Ele é psicólogo e durante 25 anos atuou como agente do FBI. Nesse período, estudou o comportamento de criminosos condenados e desenvolveu um método de análise de perfis que se tornou parte dos processos investigativos do FBI, inserindo a psicologia em um contexto em que ela não era considerada válida. Ele se tornou um personagem muito importante para a área da psicologia criminal, sendo reconhecido mundialmente como o arquiteto do “perfil criminal”. Atualmente, Douglas está aposentado, mas ainda realiza consultas esporádicas e apresenta palestras sobre o tema.

Biografia

Primeiros anos e educação

John Edward Douglas nasceu em 18 de junho de 1945, no condado de Brooklyn, em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Ele vivia com seu pai, Jack Douglas, sua mãe e sua irmã, Arlene, que é quatro anos mais velha.

Quando completou 8 anos de idade, Douglas e a família se mudaram para Hempstead, uma vila localizada na ilha de Long Island, em Nova York.

Durante a infância, seu desempenho escolar era pouco satisfatório. Ele não se interessava pelas disciplinas que eram oferecidas e mantinha suas notas apenas próximas da média necessária. A única tarefa escolar que o interessava verdadeiramente era a contação de histórias, e esse foi um campo bastante estudado e desenvolvido por ele nesse período.

Ele também se destacava na área do esporte. Na adolescência, foi arremessador na equipe de beisebol e atuou como defensor de futebol americano na Hempstead High School. No futuro, Douglas viria a relatar que seu desempenho nos jogos o fez cultivar certo interesse pela psicologia. Isso porque, durante as partidas, ele estudava formas de desestabilizar o time adversário. Para isso, incentivava seus colegas de equipe a performar quedas falsas, fingirem ataques entre si e a grunhir e expressar gemidos de dor, acreditando que isso levaria seus adversários a pensar que o time era instável e inconsequente, e que apresentavam risco.

Outro evento que relaciona à psicologia foi o período em que trabalhou como segurança em algumas boates, aos 18 anos. Suas funções eram a de identificar menores de idade na fila de entrada, bem como impedir e solucionar brigas entre os clientes. Para a primeira tarefa, ele adotou a estratégia de analisar, discretamente, pessoas em posições atrás das que estava conversando, a fim de observar quem parecia nervoso ou hesitante e identificar possíveis intrusos. Quanto às brigas, ele recorria à sua experiência como atleta e se apresentava como uma pessoa imprevisível, perigosa, com o objetivo de amedrontar os clientes, para que acreditassem que não sairiam impunes caso iniciassem um conflito. Quando isso não era o suficiente, ao menor indício de que um sujeito armaria uma briga,

ele imediatamente o retirava do local, antes mesmo de acontecer um problema real.

John Douglas passou a maior parte de sua infância e adolescência cultivando o sonho de se tornar veterinário. Ele tinha uma variedade de animais de estimação, como gatos, cachorros, coelhos e até cobras. Seu objetivo era estudar na Universidade Cornell, mas ele não foi aceito no processo seletivo. Assim, optou por se matricular na Universidade Estadual de Montana, se mudando para a região em 1963.

Seu tempo na universidade foi conturbado. Além de manter um desempenho acadêmico ruim, Douglas se envolveu em problemas com a lei.

Ele passou a ser membro da fraternidade estudantil *Sigma Phi Epsilon*, que era formada exclusivamente por homens e promovia atividades recreativas com muita frequência. Certa vez, durante uma dessas atividades, Douglas foi pego pela polícia utilizando uma identidade falsa para comprar bebidas. Seu segundo delito, em 1965, foi ainda mais grave. Nesse caso, ele estava como passageiro em um carro que se envolveu em uma perseguição policial, após o motorista não parar com o chamado da polícia, com medo de descobrirem que portavam bebidas alcoólicas no porta-malas. Ele conseguiu fugir, mas foi denunciado por um colega que não escapou. Depois desse episódio, decidiu sair da faculdade, voltar a viver com seus pais e traçar um rumo diferente para a sua vida.

Atuação militar

Em 1966, quando a Guerra do Vietnã estava se intensificando, Douglas foi convocado para se alistar no serviço militar obrigatório. Ele foi selecionado, mas, ao invés de se juntar ao exército, se alistou à força aérea, acreditando que a probabilidade de ele ser convocado para estar na guerra seria mais baixa e que lá ele teria melhores oportunidades de estudo.

Ele começou atuando como datilógrafo e, diante de seu histórico de atletismo e da disponibilidade de uma vaga na unidade, em pouco tempo, se tornou coordenador de programas esportivos, cargo que o tornou elegível para uma iniciativa governamental que promovia a educação. Ele foi aceito no programa e passou a receber uma bolsa de 75% para frequentar a Universidade do Leste do Novo México, onde iniciou o curso de Psicologia.

Enquanto ainda estava servindo na força aérea, Douglas finalizou a graduação e começou um mestrado em psicologia industrial. No entanto, em 1969, ele se envolveu em uma briga com alguns colegas da base em que trabalhava. Seus superiores, a fim de evitar um processo na corte marcial, o dispensaram antes do tempo.

Início da carreira no FBI

No outono de 1970, John Douglas conheceu um homem chamado Frank Haines, que era agente do Departamento Federal de Investigação, o FBI. Haines tinha contato com oficiais da Força Aérea e já conhecia a reputação de Douglas. Ele o convidou para se alistar no FBI, mas não recebeu uma resposta afirmativa. Ainda

assim, os dois mantiveram contato e acabaram desenvolvendo uma relação amigável.

Douglas passou a frequentar a casa de Haines e rapidamente se deparou com um estilo de vida muito diferente. Enquanto ele vivia apenas com um auxílio financeiro do governo, por conta de sua dispensa do exército, Haines parecia ter uma rotina extremamente confortável. Foi assim que, interessado em melhorar sua qualidade de vida, Douglas decidiu tentar ingressar nessa carreira e se alistou no FBI.

Em novembro de 1970, aos 25 anos, John Douglas foi bem-sucedido na prova de admissão e aceitou uma proposta de trabalho no FBI por um período de teste.

Ele viajou até a cidade de Quantico, na Virgínia, onde fica a base do FBI, e lá foi submetido a um treinamento rigoroso em direito penal, análise de impressões digitais, crimes violentos e de colarinho branco, técnicas de detenção, armas, combate corpo a corpo e história da função do FBI, para a aplicação das leis no país.

Ao fim do programa, Douglas recebeu credenciais permanentes, um revólver, seis balas e foi enviado para trabalhar em Detroit, tendo se mudado para o Sul da cidade para morar com outros dois agentes, Bob McGonigel e Jack Knust. Lá, Douglas foi designado para trabalhar na Unidade de Crimes Reativos, o que significava que ele trabalharia com crimes que já haviam ocorrido, como assaltos a bancos e extorsões.

No ano de 1971, Douglas conheceu Pamela Elizabeth Modica, na época com 21 anos e aluna da Eastern Michigan University. A relação entre os dois logo ficou séria. No Natal

daquele mesmo ano, ficaram noivos e, em junho do ano seguinte, se casaram.

Em seu segundo ano de serviço, John Douglas foi transferido para Milwaukee, onde viveria pelos próximos cinco anos, e ficou encarregado pelo recrutamento, uma função que envolvia viagens por todo o estado. Ele se tornou o recrutador mais produtivo do país, chegando a ter uma taxa de sucesso quatro vezes maior que a sua cota. Ele não queria continuar trabalhando nessa área, mas, por conta de sua alta produtividade, seus superiores se negavam a trocá-lo de função. Assim, ele propôs um acordo, afirmando que continuaria trabalhando nessa área se fosse nomeado como primeiro substituto de seu chefe, Herb Hoxie, se pudesse usar um carro do FBI e se fosse indicado para receber fundos da Administração de Assistência a Autoridades Policiais para uma pós-graduação. Esse acordo foi aprovado e, assim, ele iniciou um mestrado em psicologia da educação, na Universidade de Wisconsin.

Algum tempo depois, Douglas passou a se interessar pelo trabalho da SWAT, a equipe de armas e táticas especiais. Ele conseguiu fazer parte do time e passou a atuar como franco-atirador, uma posição que fica mais na retaguarda e dá tiros à distância.

O líder dessa equipe, David Kohl, acabou se tornando diretor-assistente adjunto em Quantico e pediu para que Douglas liderasse a Unidade de Apoio Administrativo. Ele aceitou a proposta e passou a trabalhar, principalmente, em casos de assaltos a bancos.

Ainda nesse período, Douglas foi transferido para trabalhar em uma reserva indígena, onde passou cerca de um mês e investigou pelo menos seis assassinatos. Apesar das dificuldades, foi uma

experiência importante, na qual ele se aproximou ainda mais da investigação das cenas de crime.

Em dezembro de 1975, John Douglas e sua esposa tiveram a primeira filha, Erika, enquanto ele terminava sua pós-graduação. Eles ainda viriam a ter mais dois filhos, que se chamariam Lauren e Jed.

Academia Nacional do FBI

O processo de prisão e interrogatório dos suspeitos eram fonte de muito interesse a Douglas. Ele se interessava no psiquismo do criminoso e no porquê de ele ter cometido os atos que cometeu, e, sempre que tinha oportunidade, perguntava para eles sobre suas motivações e planejamento.

Com o passar do tempo, seu encanto pela SWAT se esvaiu e o conhecimento que havia adquirido durante o mestrado o fez ter interesse em outro tipo de desafio. Segundo ele, a parte mais difícil do trabalho era tentar resolver a situação antes que tiros fossem trocados. Assim, Douglas foi enviado para um curso de duas semanas de negociação de reféns na Academia do FBI, em Quantico.

Na época, as técnicas eram ensinadas pela Unidade de Ciência Comportamental, mas boa parte do FBI e do mundo legal em geral acreditava que a psicologia era uma ciência fraca e que não tinha utilidade nesse meio. A turma que Douglas participou contava com cerca de 50 alunos. Nela, estudavam os tipos de tomadores de reféns e os fenômenos que surgiram a partir dessas situações, como a síndrome de Estocolmo e os princípios da negociação. O curso

também permitia que escutassem as gravações de negociações reais e contava com treinamento de armas de fogo.

O desempenho de John Douglas durante esse curso chamou a atenção de seus superiores, que o indicaram à Jack Pfaff, chefe da Unidade de Ciência Comportamental. Pfaff convidou Douglas para voltar à Quantico em breve e a trabalhar como conselheiro do programa da Academia Nacional do FBI, cargo que ele aceitou prontamente.

Douglas permanecia trabalhando no esquadrão reativo e na equipe da SWAT em Milwaukee, mas passava a maior parte do tempo viajando pelo estado para treinar executivos para lidar com sequestros e ameaças de extorsão. Durante esse tempo, ele conseguiu implantar um sistema que reduziu o número de assaltos a bancos. Esse sistema consistia em um conjunto básico de códigos que permitia identificar se o local estava em algum perigo. Assim, a primeira pessoa a chegar ao banco deveria fazer alguma coisa em específico, como mudar uma planta de lugar ou ajustar a cortina, para demonstrar que estava segura. Se o sinal não fosse dado, a próxima pessoa a chegar não entraria no banco, mas chamaria a polícia imediatamente.

Em 1976, Douglas voltou a Quantico para cumprir seu trabalho temporário como conselheiro da 107ª sessão da academia nacional, que teria a duração de 11 semanas. O programa atendia a agentes da lei de alto escalão de todo o mundo, que haviam sido recomendados por seus respectivos comandantes e aceitos pela equipe de Quantico. Durante esse tempo, Douglas também assistiu a aulas da Academia Nacional e aprendeu sobre o método de ensino.

Ao final do programa, em dezembro, tanto a Unidade de Ciência Comportamental quanto a Unidade de Educação ofereceram-lhe um trabalho. Douglas aceitou a proposta da Unidade de Ciência Comportamental. Assim, em junho de 1977, Douglas foi transferido para Quantico.

Unidade de Ciência Comportamental

Aos 32 anos, John Douglas passou a fazer parte da Unidade de Ciência Comportamental do FBI. Era junho de 1977 e dos nove agentes que chegaram na mesma época que ele, quase todos estavam envolvidos na função de ensinar, incluindo o próprio Douglas. Nesse período, o principal curso oferecido na Academia Nacional era o de psicologia criminal aplicada, que focava em descobrir a motivação por trás dos crimes. Os outros cursos eram problemas policiais contemporâneos, sindicatos policiais, relações com a comunidade, sociologia, psicologia e crimes sexuais.

John Douglas, agora na função de professor, passou a se sentir desconfortável com o fato de que estava tratando de assuntos em suas aulas, os quais ele mesmo não tinha experiência — assim como a maioria dos outros professores. O conteúdo das aulas não era fundamentado por uma linha teórica. Ele se tratava, na verdade, de histórias de guerra, apresentadas e difundidas na unidade por policiais que participaram de casos emblemáticos. Douglas não achava coerente que ele estivesse lecionando sobre experiências de campo, que ele nunca teve, para policiais que tinham muito mais conhecimento do que ele.

Como forma de mudar essa narrativa, passou a colocar os alunos como protagonistas das aulas. Antes de começar, ele os perguntava se alguém ali tinha estado presente durante a investigação dos casos que seriam abordados. Em pouco tempo, ele foi conseguindo o respeito dos policiais e passou a ser consultado para dar opiniões sobre os casos em que estavam trabalhando. No entanto, John Douglas ainda não se sentia confiante com seu trabalho. Achava que precisava saber mais e ir em busca de um conhecimento que pudesse fazer alguma diferença.

Análise de perfis

Quando ainda trabalhava na SWAT, Douglas começou a frequentar o grupo de detetives de homicídios da cidade e a sala do médico legista. Embora adorasse esse trabalho, o que realmente o interessava era o lado psicológico. Ele teve acesso a muitos casos e ficou especialmente impressionado com o de Edward Gein que, em 1950, utilizava a pele dos corpos de pessoas que assassinava como adereços para sua casa. Douglas queria entender o que se passava na cabeça de um assassino como esse e o que o levava a cometer um homicídio de determinada maneira. Sua experiência com os detetives e o período em que lecionou em Quantico fizeram com que ele passasse a se interessar profundamente pelas análises de perfil, e ele decidiu que seguiria por esse caminho.

Naquela época, nenhuma autoridade considerava a análise de perfil como uma ferramenta válida. Por isso, qualquer pessoa que estivesse disposta a estudar ou reproduzir o assunto, precisava fazer isso de maneira informal, sem manter registros, para que não

houvesse nenhum risco de envergonhar o FBI. Dessa forma, o trabalho desses analistas era focado em consultorias esporádicas a policiais interessados, mas não existia um programa organizado que a definisse como uma função da Unidade de Ciência Comportamental.

Assim, junto de seu colega de profissão, Bob Ressler, Douglas resolveu iniciar uma série de entrevistas com criminosos, sem comunicar seus superiores, com o objetivo de entender suas personalidades e motivações.

Por intermédio de pessoas de confiança que mantinham dentro do sistema penal, conseguiram organizar a primeira entrevista, com o *serial killer* Edmund Kemper, na época, cumprindo prisão perpétua no Centro Médico Estadual da Califórnia, que ficava na cidade de Vacaville.

Douglas e Ressler passaram a fazer essas visitas de forma frequente e conseguiram entrevistar mais de meia dúzia de criminosos durante os primeiros meses de pesquisa. Seus estudos eram focados em como a mente dos criminosos funcionava e, através de várias revisões, foram entendendo como deveriam interpretar as respostas dadas por eles de maneira que não fossem influenciados e manipulados. Eles consideravam que entender a escolha das vítimas, o modo como o crime foi conduzido, a vida do prisioneiro antes dos crimes e uma série de outros fatores tornaria possível estabelecer padrões de comportamento que ajudariam a identificar outros criminosos no futuro.

Os criminosos, por sua vez, não demonstraram resistência ao falar com eles. Acreditava-se que existia um motivo para isso, a depender do criminoso. Em geral, ele aproveitava a presença da

polícia porque era fanático por agentes da lei; acreditava que poderia tirar algum benefício delas, caso agisse corretamente; queria reviver suas experiências e fantasias, falando sobre elas; se sentia ignorado e usava dessa oportunidade para ser o centro das atenções; ou aproveitava esse momento para cooperar com a polícia, acreditando estar compensando pelo que fez.

Em pouco tempo, o trabalho de Douglas e Ressler foi se tornando conhecido entre os policiais. Em 1979, eles já haviam recebido cerca de 50 pedidos de análise de perfil, e os instrutores da Academia do FBI tentavam trabalhar neles entre uma aula e outra. No ano seguinte, esse número duplicou. Assim, Douglas passou a ser o único agente da Unidade trabalhando integralmente com o tema. Ele dava palestras sobre o assunto e cuidava de praticamente todos os casos de homicídio que chegavam até eles. Foi dessa forma que garantiu o recém-criado cargo de gerente do programa de análise de perfis de personalidades criminosas.

Até esse momento, a dupla ainda não havia encontrado uma forma de transformar a pesquisa em algo estruturado e sistematizado. Eles apresentaram a proposta para a Dra Ann Burgess, uma professora da área da saúde mental, que demonstrou interesse imediato no projeto. Trabalhando juntos, conseguiram um auxílio de 400 mil dólares do Instituto Nacional de Justiça, financiado pelo Governo, organizaram o funcionamento do experimento e estipularam que o projeto fosse durar entre 3 e 4 anos.

O grupo conseguiu completar um estudo detalhado de 36 indivíduos até 1983 e, dentre os entrevistados, estavam nomes muitos populares, como Ted Bundy, David Berkowitz e Charles

Manson. Além disso, também coletaram dados de 118 vítimas, a maioria mulheres. Em 1988, essas conclusões foram organizadas em um livro chamado “Sexual Homicide: Patterns and Motives” [Homicídio Sexual: Padrões e Motivos]. No entanto, como os autores relatam, o livro trouxe mais perguntas do que respostas e os levou à conclusão de que a mente de criminosos precisa ser um objeto de estudo contínuo.

A análise de perfis passou a ser uma ferramenta utilizada em muitas investigações. Entendendo o *modus operandi* do criminoso e como isso refletia em seu comportamento, vida pessoal e relações, conseguiam estipular um perfil de como seria aquela pessoa e esse perfil era capaz de os aproximar de potenciais suspeitos.

Douglas permaneceu estudando o tema, assim como seus colegas de pesquisa, mas tentou trazer o assunto para o campo prático. Ele esteve envolvido na investigação de casos mundialmente conhecidos, como o dos *seriais killers* Robert Hansen e Nathaniel Code, e se tornou um nome muito popular entre os profissionais da área por ter conseguido formular perfis corretos, que ajudaram a identificar muitos criminosos.

Douglas publicou diversas obras que se tornaram peças essenciais para a construção da análise de perfis. No início dos anos 1980, já estava trabalhando em mais de 150 casos por ano e recebia chamados por todo o mundo. Ele criou e dirigiu o Programa de Perfil Criminal do FBI, que hoje é chamado de Unidade de Análise Comportamental, e foi diretor da Unidade de Apoio Investigativo. Treinou pessoalmente muitos agentes e fez com que o método se tornasse mundialmente conhecido. Seu trabalho o fez ser reconhecido como o arquiteto do “perfil criminal”.

Em 1995, após 25 anos de serviço, Douglas se aposentou como agente especial no FBI. Atualmente, ele continua dando palestras sobre o assunto e eventualmente participa da investigação de alguns casos como consultor.

Contribuições

Análise de perfis

John Douglas é um personagem muito importante para a psicologia criminal. Seu trabalho de pesquisa, popularização e implantação da técnica de análise de perfis foi um fator fundamental para que a psicologia deixasse de ser vista como um fator dispensável quando se trata de personalidades criminosas.

Ele propôs uma série de pontos que deveriam ser analisados entre as cenas de crime, o tipo de crime e a escolha das vítimas, que permitiriam entender mais sobre os suspeitos e poderiam levar até a sua identificação. Seus esforços resultaram na criação do Programa de Perfil Criminal do FBI, que hoje funciona sob o nome de Unidade de Análise Comportamental e é responsável pela prisão de criminosos violentos por todo o mundo.

Críticas

Análise de perfis

As críticas que se relacionam ao nome de John Douglas estão diretamente ligadas à sua técnica de análise de perfis. Muitos psicólogos, psiquiatras e, principalmente, policiais, criticam o uso

dessa ferramenta dentro de investigações. Isso porque, embora exista uma pesquisa científica que fundamente essa prática, sua aplicação é dedutiva e nem sempre condiz com a realidade. Além disso, quando se desenvolve um perfil, os suspeitos que não se assemelham ao mesmo costumam ser descartados, o que pode induzir as investigações ao erro.

Dentre os casos em que o perfil foi apresentado de maneira incorreta, o mais emblemático é o do assassino em série Dennis Rader, conhecido como BTK, que atuou entre 1974 e 1991.

De acordo com os estudos de Douglas, Rader seria um homem pouco importante, solitário e sem relacionamentos duradouros, que encontrava nos crimes uma posição dominante que nunca pôde exercer. No entanto, ele seria uma pessoa egocêntrica, e esse fato o faria ser descoberto.

Douglas acertou no último ponto. Rader foi preso em 2005, após ter sido rastreado pela polícia através de um disquete que ele mesmo enviou, na tentativa de trazer visibilidade aos seus crimes passados. Mas, diferente do que havia sido proposto, ele era casado, tinha dois filhos, um trabalho estável e até ocupava uma posição de supervisor.

Esse caso não foi o único em que a análise de perfil estava errada. Embora Douglas apresente a técnica a partir da perspectiva de que ela deve ser utilizada como um apoio e não um direcionamento, muitas vezes, ela se torna o motivo para que casos não sejam solucionados por muito tempo, o que faz com que ela seja rejeitada por muitos profissionais.

Cronologia biográfica

- 1945 - John Douglas nasce, no condado de Brooklyn;
- 1963 - Inicia seus estudos na Universidade Estadual de Montana;
- 1966 - Se junta à Força Aérea Americana;
- 1966 - Começa a cursar psicologia na Universidade do Leste do Novo México;
- 1969 - É dispensado da Força Aérea Americana;
- 1970 - Passa a trabalhar no FBI;
- 1971 - Se muda para Milwaukee para atuar como recrutador;
- 1972 - Inicia um mestrado em Psicologia da Educação na Universidade de Wisconsin;
- ~1973-1975 - Entra para a equipe da SWAT e se torna líder da Unidade de Apoio Administrativo;
- 1976 - Atua como conselheiro da Academia Nacional por um período temporário;
- 1977 - É contratado para trabalhar na Unidade de Ciência Comportamental como professor;
- 1979 - Inicia sua pesquisa sobre análise de perfis;
- 1988 - Publica um livro baseado no resultado dessas pesquisas, o Sexual Homicide: Patterns and Motives [Homicídio Sexual: Padrões e Motivos];
- 1980 - Cria e passa a dirigir o Programa de Perfil Criminal do FBI;
- 1990 - Se torna diretor da Unidade de Apoio Investigativo;
- 1995 - Se aposenta, mas continua trabalhando na área de forma eventual.

Prêmios e reconhecimentos

Douglas recebeu dois prêmios Thomas Jefferson de excelência acadêmica da Universidade de Virginia, por seu trabalho no estudo de mentes criminosas.

Retratos na mídia

As técnicas desenvolvidas por Douglas e seus colaboradores na confecção de perfis de criminosos é amplamente presente em produções cinematográficas. Já nos anos 1990, séries de TV mostram o uso desses perfis. Do mesmo modo, o próprio John Douglas foi, ele próprio, utilizado como inspiração para a criação de alguns personagens.

O personagem Jack Crawford do filme *O Silêncio dos Inocentes* foi inspirado em John Douglas e o livro no qual o filme foi baseado teve como referência a história do criminoso Edward Gein, que o autor do livro conheceu enquanto assistia aulas da Unidade de Análise Comportamental. Além disso, o diretor e o elenco do filme visitaram Quantico como parte da preparação para as filmagens;

No seriado *Criminal Minds*, são retratadas histórias ficcionais que são investigadas por agentes da Unidade de Análise Comportamental, que foi criada por John Douglas, e os personagens Jason Gideon e David Rossi foram inspirados nele; A série *Mindhunter*, da Netflix, foi inspirada no livro de mesmo nome, publicado por John Douglas e Mark Olshaker, e o

personagem principal, Holden Ford, foi inspirado em John Douglas;

O programa “Killer Next Door” foi apresentado por John Douglas e apresentou alguns de seus casos mais famosos;

Diversas produções empregam elementos que refletem o trabalho de Douglas, como os seriados *The Profiler*, *CSI*, *Arquivo X* e *Elementar*;

Muitos produtores solicitam consultas com John Douglas para aprimorar os aspectos criminais que pretendem relatar em suas obras, como foi o caso do filme *Um Olhar no Paraíso*.

Referências

DOUGLAS, J; DODD, J. **Inside the mind of BTK**: the true story behind the thirty-year hunt for the notorious Wichita serial killer. 1a edição. São Francisco: John Wiley & Sons, Inc., 2007.

DOUGLAS, J; OLSHAKER, M. **Mindhunter**: o primeiro caçador de serial killers americano. 1a edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

FEDERAL Bureau of Investigation. FBI **Law enforcement bulletin**. December, 1986. Disponível em: <<https://leb.fbi.gov/file-repository/archives/december-1986.pdf/view>>.

MASTERCLASS: legendary profiler & FBI investigative support unit founder. Disponível em: <<https://mindhunterfbi.com/>>.

CAPS Clarice Lispector

Stella Costa Angelo

Amanda Albernaz de Freitas

Maurício Coutinho Pereira

Raphaela Silveira de Oliveira

Lucas Vieira Coutinho

Lorenzo Miguel Donato de Oliveira Santos

Arthur Arruda Leal Ferreira

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Clarice Lispector é uma unidade de saúde mental localizada no Rio de Janeiro e oferece serviços de atenção e atendimento psicossocial para pessoas em sofrimento psíquico grave, além de possuir caráter territorial. A trajetória do CAPS Clarice Lispector remete à Zona Norte do Rio de Janeiro, mais especificamente ao bairro do Engenho de Dentro, onde o referido CAPS atualmente se situa. De forma mais precisa, ele se situa no espaço do antigo Centro Psiquiátrico Pedro II, o qual foi um dos maiores e mais antigos hospitais do setor no Brasil. Esse, por sua vez, remonta ao Hospício Pedro II, que foi a primeira instituição psiquiátrica do Brasil — localizada no atual campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro na Praia Vermelha — para o tratamento de pessoas avaliadas na época como alienadas. Ou seja, a história do CAPS Clarice Lispector remonta em algumas linhas à história da mais antiga instituição de tratamento de saúde mental no Brasil.

História

História entre 1830 e 1930

Essa história teve início a partir da década de 1830, quando médicos do então Distrito Federal do Brasil, atual Rio de Janeiro, começaram a debater a necessidade de criar um manicômio para tratar pacientes com doenças mentais, visto que, com a ausência de um espaço específico para essa demanda, esses pacientes eram presos ou enviados para a Santa Casa de Misericórdia. A Santa Casa, assim, desempenhou um papel chave na institucionalização e implantação dos aparatos psiquiátricos, além da mobilização para a construção do Hospício Pedro II. É importante igualmente destacar que o Código criminal de 1832 igualmente já previa em seu artigo 12º uma casa destinada aos loucos que tivessem cometido crimes (BRASIL, 1832).

Nada obstante esses debates iniciais, foi somente em 1838 que a primeira iniciativa surgiu de forma clara e objetiva visando a criação de um espaço próprio para o manejo da loucura no Brasil. Tal proposta encontra-se em um relatório da Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Porém, apenas em 18 de julho de 1841, dia da Sagração de Dom Pedro II como imperador, foi decretada a construção de um hospital próprio para os ditos alienados, a saber, o chamado Hospício Pedro II. Esse começou como um anexo da Santa Casa de Misericórdia até ser concluída sua construção, em 1852, na então Praia da Saudade, atual Urca/ Praia Vermelha, na zona sul da cidade.

Após a Proclamação da República, em 1889, ele foi renomeado como Hospício Nacional de Alienados e,

posteriormente, Hospital Nacional de Alienados (HNA). Esse processo de modificação na nomenclatura se deu a partir do decreto Nº 142-A de 11 de janeiro de 1890, decreto esse que foi também responsável pela retirada da Santa Casa da Misericórdia da direção do hospital, transferindo-a para a classe médica. Segundo o decreto:

(...) após considerar a criação de uma assistência para alienados e constatar o fim dos motivos para manter o Hospício Pedro II sob controle da Santa Casa da Misericórdia, resolve (...) desanexá-lo daquele hospital [A Santa Casa] e constituí-lo estabelecimento público independente, com a denominação de Hospício Nacional de Alienados, que se regerá por instruções que serão oportunamente expedidas (...)

Ao longo dos anos, houve diversas mudanças administrativas e na direção do HNA, com figuras consideradas proeminentes da psiquiatria brasileira ocupando seus cargos de direção. Dentre eles, pode-se citar João Carlos Teixeira Brandão, de 1887 até 1901, tendo sido responsável pela criação do Pavilhão de Observação, que, articulado à cadeira de Clínica Psiquiátrica, promoveu a associação entre a formação acadêmica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a formação prática do HNA. Além desse, pode ser citado Juliano Moreira, que permaneceu no cargo de 1903 até 1930 e empenhou-se para adequar a estrutura do estabelecimento às tendências científicas da época.

Estabelecimentos anexos/criação das colônias

Com o intuito de lidar com a superpopulação do hospital (HNA), foram estabelecidos anexos, como as Colônias da Ilha do Governador, de São Bento e da Barão de Mesquita, instituídos a partir do decreto N^o206-A, de 15 de fevereiro de 1890, todas dentro de um regime de internação. Em 1923, essas colônias foram substituídas pela Colônia Agrícola de Jacarepaguá, onde hoje há o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira.

A principal diferença entre os pacientes que se dirigiam ao HNA e dos que iam para as Colônias fica explicitada no terceiro artigo do supramencionado decreto: enquanto o HNA, estabelecimento central da Assistência aos Alienados, é destinado aos doentes pensionistas curáveis ou incuráveis cuja estadia é custeada pelo Estado ou por familiares; as Colônias, por sua vez, são:

[...] exclusivamente reservadas para os alienados indigentes, capazes de se entregarem à exploração agrícola e às indústrias [...]. Sendo assim, o que era para ser uma alternativa ao modelo asilar o Hospício se tornou uma extensão pouco auspiciosa do mesmo para onde eram remetidos os indivíduos identificados como casos crônicos e pouco alvissareiros. (MACHADO; GOMES; FERREIRA, 2023, p. 4)

Desta feita, fica evidente que os doentes nas Colônias são aqueles que podem – e devem – trabalhar. Uma série de outros

decretos reforçam a diferença entre os pacientes que circulavam pelo HNA e os que circulavam pelas Colônias. No Decreto Nº 8.834 de 11 de julho de 1911, o qual cria a Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, em seu artigo 74 é claro ao afirmar que: “As colônias serão reservadas a alienados indigentes, transferidos do Hospital Nacional e capazes de entregar-se à exploração agrícola e outras pequenas indústrias.”

Nesse cenário, em 1911, foi aberta, destinada às mulheres, a Colônia de Engenho de Dentro, essa é de suma importância na história do que, anos mais tarde, viria a se localizar o CAPS Clarice. A referida colônia, entre os anos de 1923 e 1937 passou a ser denominada Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, posteriormente, modificou a sua nomenclatura de Colônia Gustavo Riedel e, já em 1938, passou a denominar-se Centro Psiquiátrico Nacional. Inicialmente, a criação dessa colônia também se deu para atender à demanda de superlotação do Hospital Nacional de Alienados, tendo como diretor Simplício de Lemos Braule Pinto, de 1911 a 1918 e, em seguida, Gustavo Kholer Riedel entre 1918 e 1932.

Em outro verbete da WikiHP, intitulado "Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro", há a seguinte descrição:

A colônia se destina a pacientes do HNA mulheres, indigentes e aptas a trabalhar, uma vez que o trabalho era tido como estratégia terapêutica. Além disso, pretendia-se também estender ao subúrbio serviços de prevenção e higiene mental, o que, mais tarde, acarretou

na oferta gratuita de assistência médica para a comunidade no entorno devido a surtos de doenças no período.

Saída da Praia Vermelha para o bairro do Engenho de Dentro

Portanto, a essa altura da história tem-se o Hospital Nacional dos Alienados, na Praia Vermelha, e a Colônia de Alienados do Engenho de Dentro, que após diversas alterações de nomes, em 1938, chamava-se Centro Psiquiátrico Nacional. Foi em 1938 que o Dr. Adaauto Botelho propôs a criação do Serviço Nacional de Doenças Mentais, resultando na transferência dos pacientes do HNA, que a essa altura já estava muito sobrecarregado, para o Centro Psiquiátrico Nacional (CPN) em 1943. Segundo o site do Centro Cultural do Ministério da Saúde:

Em 1938, o Dr. Adaauto Botelho ao assumir a direção da Assistência aos Alienados transferiu os doentes do Hospício Nacional de Alienados para o Centro Psiquiátrico do Engenho de Dentro, antiga Colônia de Alienadas. A Urca, bairro onde se localizava o antigo hospício havia tornado-se bairro residencial, portanto, não sendo mais conveniente a presença do hospício no local. (mostra virtual "Hospício de Pedro II: da construção à desconstrução)

O verbete “Hospital Nacional de Psicopatas 1927-1943”, de Cristiana Facchinetti, presente no Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil, explica que:

[...] a transferência efetivou-se em 1943 com a desativação das instalações do antigo Hospício Nacional de Alienados e sua incorporação pela Universidade do Brasil. O fim do Hospital Nacional de Alienados foi resultado da reestruturação do Ministério de Educação e Saúde (1937), que envolveu a criação do Serviço Nacional de Doenças Mentais, em 1941. Na Praia Vermelha ficaram, sob a responsabilidade da Universidade do Brasil, o Pavilhão de Observação e Diagnósticos (nomeado de Instituto de Psicopatologia) e o Instituto de Neurosífilis, que se tornaram, respectivamente, o Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Philipe Pinel, inclusive o Pavilhão de Observação e Diagnóstico, que passou a se denominar Instituto de Psicopatologia, onde atualmente é o Instituto de Psiquiatria da UFRJ. (FACCHINETTI, 2011 p. 252)

Em 1965, o Marechal Castello Branco, através do Decreto-lei 55.474, criou a denominação para o Centro Psiquiátrico Nacional, que passou a ser intitulado Centro Psiquiátrico Pedro II (CPPII). Em dezembro de 1999, o CPPII foi municipalizado e, a partir de 5 de setembro de 2000, através do Decreto 18.917, passou à denominação de Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS).

História a partir da década de 1990

Desta história de longa duração são produzidos dois cortes na década de 1990: o primeiro na própria orientação nas políticas de assistência em saúde mental com a institucionalização de serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, como os Centros de Atenção Psicossociais (os CAPS), conforme o movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Além do corte na orientação dos serviços, há um corte espacial localizado na enfermaria feminina do hospital, prioritariamente com os grupos de profissionais responsáveis por atender usuários com internações recorrentes. Os pacientes atendidos, em grande parte, provinham de enfermarias na Baixada Fluminense e passaram a ter assistência garantida no CPPII, através do chamado “Grupo de Egressos”. O referido grupo tinha como objetivo buscar outras alternativas além das internações e, para atingir esse fim, os atendimentos semanais poderiam se desdobrar em visitas domiciliares e acompanhamentos às crises. A partir de 1998, com aumento da necessidade de cuidados, abre-se um espaço no terraço do prédio de enfermarias para a realização de grupos e oficinas, integrando não só o Grupo de Egressos, mas também contando com a participação dos internos, especificamente daqueles que são pacientes de longa internação. Nesse mesmo momento, está ocorrendo a Municipalização do Centro Psiquiátrico Pedro II, assim, a instituição, em 1999, passa a se chamar (IMASNS), enquanto o prédio de enfermarias é renomeado de “Unidade Hospitalar Professor Aduino Botelho” para “Casa do Sol”.

Não obstante essas modificações, esse espaço para a realização de grupos e oficinas ainda era mantido informalmente, o

que trazia problemáticas, havia a necessidade de conhecer os novos integrantes e suas histórias, que se expandiam para além dos limites do Grupo de Egressos, levando a equipe a buscar a consolidação de um lugar institucional. Diante dessa necessidade de formalização, em 2000, são formadas as bases do serviço que continuaria funcionando dentro do IMASNS por mais 5 anos - o então nomeado Centro de Convivência. Esse se estabelece com o objetivo de ultrapassar o lugar de um espaço de convivência para se implicar formalmente no tratamento de cada um dos usuários. No meio desse processo, há a chegada de novos profissionais concursados, que se fez possível diante da municipalização do CPPII, e com a presença de um supervisor de equipe passa a haver uma implementação de institucionalidade e de discussão permanente das estratégias de cuidado com os usuários.

O novo serviço foi instituído sob a gerência de Edmar Oliveira, e a Subgerência de Atenção Psicossocial ficou a cargo de Marcos José Martins. Dessa forma, os antigos serviços de atenção diária passaram a se alinhar ao trabalho da direção do futuro CAPS Clarice Lispector. Foi então decidido, a partir das características prévias dos 3 serviços de atenção diária que funcionavam no instituto - Casa D'Engenho, Espaço Aberto ao Tempo e Centro de Convivência -, que o Centro de Convivência seria responsável pelos pacientes (ou usuários, numa linguagem mais atual, mas usaremos o termo pacientes devido à época) institucionalizados do Nise e pelos pacientes externos, o que consolidou a permanência de seu espaço dentro do próprio instituto, uma vez que consideravam que os pacientes não frequentariam o serviço se não fosse dentro do próprio Nise. Seguindo essa lógica, o Centro de Convivência ficou

responsável pelo próprio bairro do Engenho de Dentro e por bairros vizinhos, como Água Santa, Encantado e Liberdade. No entanto, os desafios de se operar no espaço o andar térreo de onde viviam muitos dos residentes do hospital logo apareceram. Sendo um ambiente sem portas e um espaço onde muitos dos pacientes já costumavam frequentar, colocou-se a necessidade de estabelecer fronteiras entre esse novo espaço e as enfermarias. Também foram discutidas formas de trabalho conjunto dada a percepção de uma diferença de relação entre os pacientes institucionalizados e os externos, o que, até a inauguração do CAPS, implicou em várias ações e desenhos de trabalho conjunto, resultando em um arranjo particular para este CAPS.

Da efetiva inauguração do CAPS Clarice Lispector

Em 2004, há a possibilidade de mudança do espaço físico desse serviço com o intuito de se desvencilhar do hospital. Esse processo se fez a partir de uma articulação entre diversas instâncias gestoras, a saber: a Coordenação do CAPS, a Direção do Instituto Nise da Silveira, a Assessoria de Saúde Mental da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ) e a Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde, culminando assim na criação de uma instituição nos moldes dos demais CAPS do Rio de Janeiro.

A inauguração do CAPS Clarice Lispector, realizada no dia 23 de maio de 2005, no bairro do Encantado, trouxe as marcas difusas de um espaço refeito e construído a partir da articulação entre o Programa de Moradia do Instituto Nise da Silveira (cuja orientação era marcada pelo viés da desinstitucionalização dos

usuários) e a coordenação do CAPS. A partir dessa implementação, o CAPS passa por processos semelhantes a de outros centros de atenção no que tange às variações nas políticas municipais de saúde e a discussões de caráter nacional, que dizem respeito aos próprios destinos da reforma. No entanto, é importante destacar que a localização dentro do próprio complexo do instituto Nise da Silveira auxilia em alguns processos referentes à tomada de decisão e mesmo o suprimento do corpo técnico para as equipes multidisciplinares. Vale também destacar a mudança para CAPS III durante a pandemia de Covid-19. Assim pode ser caracterizada a história do CAPS Clarice Lispector: uma curta história em corte com as práticas manicomiais, mas em conexão com territórios, espaços e heranças dos antigos asilos.

Conclusão

Assim pode ser caracterizada a história do CAPS Clarice Lispector: uma exemplificação histórica e prática a respeito do manejo da loucura no Brasil. Temos assim uma curta história em corte com as práticas manicomiais, mas ao mesmo tempo em conexão com territórios, espaços e heranças dos antigos asilos.

Referências

AS COLÔNIAS: Hospício de Pedro II.

BRASIL, **Código do Processo Criminal do Imperio de 1832**. Lei de 29 de dezembro de 1832. Coleção das Leis do Brasil.

DECRETO No 142-A, DE 11 DE JANEIRO DE 1890.

FACCHINETTI, CRISTIANA. Hospital Nacional de Psicopatas 1927-1943. In. JACÓ-VILELA, A. M (Org.). **Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago Editora Conselho Federal de Psicologia, 2011.

MACHADO, F; GOMES, D. Lima Barreto e Bispo do Rosário: narrativas de resistência em meio a confinamentos. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, p. 8, 6 set. 2021.

MACHADO, F; GOMES, D; FERREIRA, A. O trabalho como gesto criativo :discutindo a ressocialização através do trabalho a partir da história das Colônias Agrícolas para Alienados no Brasil. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, p. e423–e423, 31 dez. 2023.

MACEDO, Marta; RECHTAND, Mauro; e MIRA, Karina. Pensando o cuidado dentro e fora – a criação do CAPS Clarice Lispector In: **Archivos contemporâneos do engenho de dentro**. Rio de Janeiro. Editora MS. 2007. p. 71 - 81

SILVA, C. Colônia de Alienados de Engenho de Dentro (1911-1932). XXIX Simpósio de História Nacional. Anais... Em: COLÔNIA DE ALIENADOS DE ENGENHO DE DENTRO (1911-1932). Brasília, DF: 2017.

Resenha

Resenha do Livro *Locuras en primera persona*, de Rafael Huertas

Arthur Arruda Leal Ferreira

Luana Oliveira Clemente

Amanda Albernaz de Freitas

Adjailton Ferreira de Albuquerque Junior

Elen Congil da Cunha

Maísa Pachela Garcia

Maria Clara da Silva Quintan

Maurício Continho Pereira

Paulo Vitor Fernandes Costa de Lima

Raphaela Silveira de Oliveira

Victória Farias de Brito

Vitória Maria França de Paula

O livro de Rafael Huertas é uma dessas preciosidades do mercado editorial que não apenas brinda o leitor com material inédito, mas inspira heurísticamente todo um conjunto de novos trabalhos na perspectiva da história em primeira pessoa. Ao longo da obra, uma série de posições epistemológicas são tomadas, alinhando o trabalho com a perspectiva de uma história vista por baixo (conforme uma tradição que vai de Gramsci a Roy Porter). Na sequência das propostas encontramos a de conhecimento situado (conforme as epistemologias feministas de Donna Haraway e Sandra Harding) e o ponto de vista dos Mad Studies (proposto por Richard Ingram). Passamos a um breve exame destes capítulos. Não seria um

equivoco incluir entre as referências a história oral na perspectiva de autores como Alessandro Portelli (2017)

No primeiro capítulo, o autor traça toda uma discussão política sobre o uso do termo loucura (aqui com clara inspiração no trabalho do filósofo Peter Pelbart). Ainda que o livro em sua sequência possa oscilar entre algumas interpretações mais próximas da psiquiatria e condescendentes com as suas leituras diagnósticas, a citada tomada de posição política já no primeiro capítulo é crucial à obra. Os capítulos seguintes podem ser lidos de forma quase independente, mas assinalam uma abordagem que gradualmente passa da validação dos escritos em primeira pessoa (baseado no relato autobiográfico), ao tema das vozes femininas e da militância dissidente.

Já no segundo capítulo, Huertas tece análises sobre as diferentes formas de construção da escrita na loucura, olhando para a subjetividade dos escritores e suas múltiplas expressões. Para isso, ele se utiliza do termo “yo disidente” da autora Ana Martínez Pérez-Canales, ainda que com um sentido um pouco diferente. Na primeira metade deste capítulo o autor nos aponta que a literatura citada estaria em um certo limite entre a obra literária e o delírio/loucura, visto que ela pode ser meio para manifestação de um eu dissidente que se transcreve como arte e material criativo, ao mesmo tempo que pode ser ferramenta para o autor lidar com sua própria subjetividade. Huertas então elabora sobre os escritos de Fernando Pessoa e James Joyce, personagens para os quais a literatura teve, segundo o autor, um papel de salvação. Isso porque, Pessoa, através de seus heterônimos, expõe sua subjetividade e também constrói meios para atenuar sua sensação de solidão e

tormento. Joyce, por sua vez, expõe a linguagem em sua obra de tal forma que o autor parece desaparecer, deixando a linguagem tomar conta de si.

Na segunda metade do capítulo, Huertas segue por um caminho semelhante, mas direciona seu foco para os relatos de sujeitos delirantes, assim parecendo buscar reivindicar uma voz própria da loucura. O autor afirma a importância de olhar em primeiro plano para o sujeito, e não para o delírio, com o intuito que se sobressaia nas análises dos escritos a capacidade do sujeito delirante de construir uma narrativa criativa, a qual mantenha viva sua identidade e que evite uma desintegração do Eu. É perceptível, portanto, um esforço de despsiquiatrização do delírio que, ao invés de ser tomado como aniquilamento do Eu, é pelo autor visto como trabalho subjetivo, numa manifestação singular.

No entanto, embora exista esse esforço, a elaboração de uma íntima relação entre a produção dos autores e sua história clínica chama atenção se consideradas as perspectivas políticas tomadas inicialmente por Huertas. Nesse sentido, podemos notar que o autor parte de análises das obras a partir do efeito delas com relação à progressão clínica do caso, o que acaba passando por uma certa captura pelo discurso psi. Assim, a riqueza dos textos por vezes é enquadrada como expressões de sofrimento que aparecem atreladas a alguma psicopatologia.

Não obstante, é importante ressaltar o sucesso do autor em relatar essas histórias marginalizadas, considerando o papel da escrita enquanto mecanismo de sobrevivência dentro dos manicômios. Assim, trata-se de uma luta que demonstra a realidade manicomial enquanto aniquiladora dessas subjetividades, o que em

muito está distante do objetivo de “cura” ou “tratamento” da loucura, usados geralmente para justificar a existência dessas instituições.

No terceiro capítulo, denominado “Escribir en el manicomio”, partindo da proposta de uma história feita “pelas baixeiras”, Huertas traz cartas de pacientes da Casa de Santa Isabel de Leganés. Tais cartas nunca foram enviadas, tendo sido interceptadas e arquivadas junto aos prontuários. Ao contrário do trabalho realizado no seu livro anterior chamado *Cartas desde el manicomio* (Huertas et al, 2018), no qual as cartas eram simplesmente publicadas, o autor agora se propõe a interpretar tais escritos, mapeando os diferentes usos, produções e estratégias engendradas pelas cartas analisadas. No decorrer do capítulo, Huertas aponta uma série de motivos pelos quais as cartas e ligações telefônicas eram censuradas, dentre eles: coletar dados sobre enfermidade; evitar prejuízos ao enfermo ou a outrem e, ainda, calar denúncias que comprometeriam a instituição psiquiátrica. É feito, então, o mapeamento das negociações e resistências encontradas nas cartas, como: escritos de fúria e vingança, ameaças de suicídio e reivindicações de sanidade.

Embora as discussões tecidas no capítulo sejam de grande relevância para o campo da saúde mental, há pontos que levantam questionamento. Em primeiro lugar, vale trazer em cena o que, no início do capítulo, Huertas chama de paratopia: o não-lugar, um lugar impossível, incapaz de evocar sentimento de pertencimento. Ao perguntar-se se o manicômio seria ou não uma paratopia, conclui-se que esse seria um debate estéril de polaridades falsas, pois deve-se ter em conta os usos e significados atribuídos pelos próprios

internos. Já no início do texto há, portanto, um posicionamento contundente em favor de uma atribuição pessoal e situada ao se descrever a experiência manicomial.

Contudo, há um ponto de virada no texto em que a sobredeterminação do sentido atribuído à cada experiência asilar parece dar lugar a um realismo psiquiátrico. Essa virada se dá, principalmente, ao afirmar que “não temos escolha senão aceitar uma margem de incerteza ao analisar as múltiplas expressões [nas cartas] que negam o transtorno mental, que denunciam o confinamento ou que pedem com desespero um melhor trato” (Huertas, 2020, p. 75). Tal afirmação vai de encontro não só com o posicionamento inicial do capítulo, mas também com o de propostas historiográficas que pensamos ser interessantes. Por exemplo, o trabalho de Meihy (2010) diz que não há mentiras em narrativas; pelo contrário, são as versões dos fatos que mais interessam. Então, argumentamos que temos, na verdade, outra escolha: a de acolher as narrativas das cartas sem submetê-las a “margens de incerteza”, e assim, tomá-las tais como se apresentam.

Por último, vale ressaltar que o percurso histórico traçado por Huertas na construção do capítulo parece corroborar com uma narrativa celebratória das mudanças ocorridas na Casa de Santa Isabel de Leganés. À medida que o autor deixa de lado as cartas manicomiais, retidas no período marcado pela institucionalização, e parte para as revistas produzidas na instituição reformada, a partir do movimento da Antipsiquiatria, parece ser traçada uma história otimista que trata de uma emancipação dos loucos a partir da produção e divulgação dos escritos reformistas. Embora há que se reconhecer os ganhos possibilitados por essas produções, há

também que se situar a escolha desse corte historiográfico adotado pelo autor. Assim, podemos nos perguntar se houve cartas retidas nos prontuários da instituição reformista? Se sim, qual era o teor delas? O que poderiam revelar sobre as continuidades e as rupturas da instituição no decorrer do movimento da Antipsiquiatria? Tais questões, embora não levantadas, são válidas para se pensar em uma história que se volte também para as complexidades do trato com a saúde mental no cotidiano

No quarto capítulo, Huertas reafirma a importância da escrita, abordando-a enquanto uma das formas com que as mulheres institucionalizadas encontraram para resistir aos jogos de poder do manicômio, por meio de denúncias das condições degradantes às quais elas lá eram impostas. Apesar das histórias femininas serem singulares, o marco do gênero carrega um traço comum para que essas mulheres fossem ainda mais descredibilizadas, o que tornou, por vezes, angustiante a leitura dos casos. Parte dessa angústia está no fato das cartas aqui analisadas, assim como as do capítulo anterior, nunca terem conseguido transpassar os muros do manicômio.

Além do mais, Huertas traz uma reflexão muito pertinente sobre a dupla condição subalterna das mulheres, que além de sofrerem com o estigma da loucura, carregam o peso do gênero, ao qual se liga uma ideia difundida até hoje: que a loucura é uma característica “feminina”. Tal fato é evidenciado, inclusive, quando homens considerados loucos recebem atributos relacionados ao feminino, como a irracionalidade e visceralidade, e são conduzidos a lugares históricos ocupados por mulheres como o silêncio e a submissão.

Para compor o capítulo cinco intitulado “Estar loca y ser activista”, Huertas traz a narrativa de Kate Millet, ativista que marcou a chamada segunda onda do feminismo, a qual se deu a partir dos anos sessenta. Kate, em seu livro, “Viagem ao manicômio”, traz uma narrativa em primeira pessoa sobre suas internações involuntárias em diversos asilos nos Estados Unidos e na Irlanda. Huertas traz a perspectiva de Kate enquanto “sobrevivente da psiquiatria”. E, considerando o ditado feminista citado no livro: “lo personal es político”, podemos afirmar que, ainda que a experiência de Millet tenha sido descrita como pessoal, ela se coloca como política ao se assemelhar a de muitas outras pessoas que passaram pelo sistema psiquiátrico.

Os trechos resgatados do livro de Millet foram divididos em subtópicos. No primeiro, intitulado “ingresos manicomiales”, o autor destaca que, em uma tentativa de internação forçada, Millet evita que essa ocorra ao chamar a polícia, argumentando que não se pode obrigar alguém a ser internado sem violar seus direitos civis. Além disso, outro caso interessante relatado é o de quando ela contou com o apoio de um grupo feminista para que saísse de uma internação.

No segundo subtópico, intitulado “el manicomio como institución total” o autor dialoga com as teorizações de Foucault e Goffman para pensar a estrutura dos manicômios. Ele as diferencia da obra de Millet, pois o que por eles foi escrito, por ela foi vivido e sofrido em primeira pessoa.

Ao longo do terceiro subtópico intitulado “¿terapia o castigo?”, o autor traz a questão do tratamento de choque como um mecanismo de punição dos institucionalizados. Além disso, a

medicação também é levantada como um castigo quando ocorria por meio de ameaças com relação à sua aplicação, bem como quando a administração desses remédios se dava sem critério e/ou diálogo com os pacientes. O autor em seguida debate sobre a toxicidade de certos medicamentos que, ainda assim, são largamente utilizados em detrimento do risco para seus usuários, trazendo em cena o depoimento de Millet acerca do uso de lítio. Neste aspecto a sua atuação aparece em sintonia com grupos como GAM (Silveira, 2016).

Nos dois últimos subtópicos, intitulados “estar loca...” e “...y ser activista”, Huertas destaca reflexões internas e sofrimentos de Millet acerca da experiência da loucura, do estigma e da medicação. O autor reflete sobre a questão do diagnóstico e a identidade que se constrói a partir dele. Dentro desse contexto, ser ativista, para Huertas, é romper com uma única forma de pensar a loucura, permitindo-se partir das próprias vivências dos ditos loucos e fazendo, assim uma alusão ao título da obra: loucura em primeira pessoa.

À vista disso, o sexto e último capítulo, intitulado “De supervivientes y activistas”, destaca a transformação de ex-pacientes em ativistas na luta antimanicomial e no ativismo em primeira pessoa. Esses indivíduos, que passaram por experiências dentro do sistema psiquiátrico, encontraram forças em suas próprias histórias e hoje utilizam suas vozes para promover mudanças significativas na lida com a loucura. Além disso, eles têm promovido um movimento que enfatiza o pensar e agir de forma coletiva em relação à saúde mental, possibilitando transcender as limitações do campo técnico-

assistencial e promover um projeto societário de transformação (Passos, 2017).

Nesse sentido, a ativista e ex-paciente Judi Chamberlin é evocada, argumentando acerca do ativismo na “primeira pessoa” que rejeita terminologias estigmatizantes e patologizantes aplicadas pela psiquiatria. A autora propõe uma união entre os chamados “doentes mentais” para constituírem e se integrarem na sociedade sem depender exclusivamente da presença de especialistas, sendo, portanto, uma abordagem centrada na autonomia, no empoderamento e na inclusão.

A partir disso, Huertas passa pela noção de “empoderamento”, trazendo três diferentes formas: o modelo radical, o modelo socioliberal e o modelo neoliberal. Durante o texto, trabalha-se mais com o modelo radical baseado nas teorias crítico-emancipatórias de Paulo Freire, ligadas aos movimentos sociais. Tal modelo estaria atrelado à transformações sociais e ao questionamento do sistema capitalista, visando reconhecer os grupos subalternos. Para aprofundar o conceito de empoderamento, Huertas retoma a ativista Judi Chamberlin, a qual ao ter reconhecido a ambiguidade do termo, afirma que o empoderamento seria uma noção complexa e um processo dinâmico que envolveria alguns aspectos como: poder de decisão, acesso à informação, recursos, entre outros. Além do empoderamento, a noção de recuperação também já assumiu diversas formas, sendo atualmente reduzida, no neoliberalismo, a uma mudança pessoal, e não versa tanto sobre direitos civis e autonomia. Desse modo, tratam-se os usuários como consumidores de serviços, o que os responsabiliza por uma

participação ativa no tratamento, levando ao individualismo e medicalização da subjetividade.

Por fim, Huertas enfatiza a importância do ativismo em primeira pessoa, na medida em que ele questiona o cenário imóvel e fechado da saúde mental, produzindo efeitos para além da lógica vigente. Quando a loucura toma a palavra é possível ampliar as possibilidades de cuidado e denunciar violação de direitos, ou seja, é preciso pensar e agir sobre a loucura de modo a tornar possível novas experiências. Então, desde a literatura, à escrita de cartas, indo até o ativismo antimanicomial, Huertas tece esse extenso panorama das narrativas em primeira pessoa de eus dissidentes. Embora certos pontos levantem questionamento por acenarem para o realismo psiquiátrico e sua leitura diagnóstica, a posição política vigente no livro é de grande contribuição para o campo da história das práticas psiquiátricas. *Locuras en primera persona* é, portanto, uma obra complexa, heurística e seminal que definitivamente merece a leitura.

Instituições financiadoras

Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão da UFRJ (PROFAEX)

Referências bibliográficas

Huertas, R., Villasante, O., Candela, R., Conseglieri, A., Torre, P. V., & Tierno, R. (2018). **Cartas desde el manicomio**: experiencias de

internamiento en la Casa de Santa Isabel de Leganés. 1. ed. Madrid: Los Libros de la Catarata.

Huertas, R. (2020). **Locuras en primera persona**. 1. ed. Madrid: Los Libros de la Catarata.

Meihy, J. C. S. B. (2010). **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto.

Passos, R. G. (2018). **“Holocausto ou Navio Negreiro?”**: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. Argum, Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-22.

Portelli, A. (2017). **Um trabalho de relação**: observações sobre a história oral. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.7, no 13 jul-dez, 2017. p.182-195

Silveira, M. (2016). **A formação na Gestão Autônoma da Medicação: políticas e práticas de cuidado em saúde mental**. Tese apresentada no Programa de Pós Graduação em psicologia da UFF,

Sobre os Autores

Pesquisadores

André Elias Morelli Ribeiro

Docente no Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e do programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ). É doutor em psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e coordenador do projeto Portal História da Psicologia, além de ser o editor da Editora do Portal História da Psicologia.

Arthur Arruda Leal Ferreira

Docente titular no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é um dos principais nomes do campo da história da psicologia e dos estudos em Michel Foucault no Brasil e no mundo. Já orientou um sem número de dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de uma ampla e variada obra publicada em diferentes idiomas.

Kurt Danziger

É considerado um dos maiores historiadores da psicologia, com uma vasta obra reconhecida internacionalmente e tida como central para o desenvolvimento do campo da história da psicologia. Atualmente, está aposentado.

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos

Psicólogo, mestre em psicologia e doutorando em filosofia, já atuou como docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Autor de numerosos artigos científicos, capítulos de livros e outros escritos, é considerado um dos principais pensadores emergentes das relações da filosofia com a psicologia.

Russell Goodman

Professor emérito no Departamento de Filosofia da New Mexico University e doutor em filosofia pela Johns Hopkins University, é um dos mais importantes pesquisadores sobre o pragmatismo e filosofia norte-americana do mundo.

Discentes e Outros Colaboradores

Adjailton Ferreira de Albuquerque Junior

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Alice Nascimento Moraes Fernandes

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Amanda Albernaz de Freitas

Graduada em direito, discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Bruna Lenaz dos Santos

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Débora Pinheiro de Oliveira

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Elen Cougil da Cunha

Psicóloga pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Evelyn de Carvalho

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Isabela Ventura Rodrigues

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Izabella Simões da Cruz

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Julia Lombardi Carneiro

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Lívia dos Santos Martinelli

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Lorenzo Miguel Donato de Oliveira Santos

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luana Oliveira Clemente

Mestranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lucas Vieira Coutinho

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luísa Mello da Silva

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Maísa Pachela Garcia

Psicóloga pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Clara da Silva Quintan

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Formiga Menezes

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Maria Luiza Marchezini Saliba

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Mariana Souza Rodrigues

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Maurício Coutinho Pereira

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mikaelle Vitória Sousa de Almeida

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Paulo Vitor Fernandes Costa de Lima

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pietra Blankenheim Mainfeld

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Raphaela Silveira de Oliveira

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rayca Rafaelly Pereira Siqueira Lobato

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Stella Costa Angelo

Victória Farias de Brito

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Vitória Amaral de Oliveira

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Vitória Maria França de Paula

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Contribuições para o Boletim do Portal História da Psicologia

A submissão de propostas para futuras edições do Boletim do Portal História da Psicologia pode ser feita por meio do formulário eletrônico disponível na seção *Boletim do Portal* no *website* da Editora do Portal História da Psicologia.

Os editores do Boletim do Portal História da Psicologia aceitam as seguintes modalidades de texto para serem publicados em seus volumes:

Verbetes de enciclopédia

Estes devem ser publicados também na WikiHP (Enciclopédia Eletrônica de História da Psicologia), seguindo as diretrizes desta enciclopédia. Por gentileza, verifique as normas para identificação de autores e normas complementares na obra de referência da enciclopédia.

Traduções de textos clássicos

Estes devem conter comentários e explicações que auxiliem o leitor a compreender o conteúdo, seja na forma de notas de rodapé ou como uma seção à parte.

Traduções em geral

Estes devem estar acompanhados da devida autorização para tradução e publicação em língua portuguesa. A responsabilidade

pelos direitos de publicação da tradução são total responsabilidade do proponente.

Reedição de textos clássicos

Estes devem conter comentários e explicações que auxiliem o leitor a compreender o conteúdo. Os textos clássicos reeditados podem ser em português ou espanhol, e não podem ser traduções de textos escritos originalmente em outros idiomas, exceto casos excepcionais.

Ensaio

Poderão ser publicados ensaios de qualquer natureza dentro do escopo das publicações da Editora do Portal História da Psicologia.

Resenhas

Resenhas de livros publicados a qualquer tempo também podem ser integrados ao Boletim. Resenhas de textos clássicos também poderão ser aceitos, bem como comentários sobre conjuntos de resenhas de obras de referência.

Relatos

São aceitos relatos de eventos, viagens de pesquisa, estágios de pesquisa, visitas a instituições relevantes entre outros relatos de acontecimentos importantes para a história da psicologia.

Entrevistas

Podem ser entrevistados ou atuarem na condição de entrevistadores quaisquer pessoas que apresentem condições de conduzir entrevistas ou de apresentar informações relevantes para a história da psicologia.

Comentários sobre manuscritos publicados em edições anteriores

Caso tenha objeções, questões ou deseja concordar, discordar ou dialogar com textos publicados em qualquer volume do Boletim do Portal, os manuscritos também podem ser enviados para os editores da Editora do Portal História da Psicologia.

Questões adicionais

A publicação de materiais nos volumes do Boletim pode envolver custos a serem cobrados dos autores e/ou proponentes. Todas as publicações precisam ser aprovadas pelo Conselho Editorial da Editora do Portal História da Psicologia.

A Editora do Portal História da Psicologia só publica materiais na área da história e filosofia das ciências humanas, e dá preferência para materiais da área da história da psicologia. Todas as propostas de publicação devem ser enviadas para

editora@historiadapsicologia.com.br

ou pelo *website* da Editora do Portal.

Proponentes deverão renunciar a todos os direitos financeiros e vantagens financeiras eventualmente obtidas pelas publicações produzidas na Editora do Portal História da Psicologia, que jamais,

em nenhuma hipótese, remunerará qualquer autor, co-autor ou tradutor de qualquer texto publicado em seus volumes. Por seu lado, a Editora do Portal História da Psicologia sempre publicará volumes no formato digital (*e-book*) e os manterá disponíveis gratuitamente para os leitores, tanto em seu próprio *website* quanto em repositórios parceiros. A simples submissão de manuscritos para a Editora do Portal História da Psicologia implica automaticamente na concordância com estes termos.

The background is a complex collage of various geometric shapes and patterns. It includes concentric circles, triangles, squares, and rectangles in shades of pink, red, blue, and grey. There are also lines, grids, and abstract patterns that create a sense of depth and movement. The overall aesthetic is modern and artistic, with a focus on geometric forms and color contrasts.

O Boletim do Portal História da Psicologia é uma publicação anual da Editora do Portal História da Psicologia, braço editorial do Portal História da Psicologia. O Boletim tem o objetivo de trazer materiais inéditos e reedições que colaborem com o debate acadêmico, a pesquisa, o ensino e extensão em história da psicologia. Este terceiro volume traz traduções, resenha e verbetes originais de temas relevantes e atuais para o contexto da psicologia contemporânea e o campo brasileiro de estudo em história da psicologia